

METODOLOGIA DA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

EM LINGUAGEM DESCOMPLICADA



JULIANO MILTON KRUGER

METODOLOGIA DA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Em Linguagem Descomplicada



AVALIAÇÃO, PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Maria Alice Benevides CRB-1/5889

Metodologia da pesquisa em Administração: em linguagem descomplicada [recurso eletrônico] / Juliano Milton Kruger.
– 1.ed. – Curitiba-PR, Editora Bagai, 2023.

Recurso digital.
Formato: e-book

Acesso em www.editorabagai.com.br

ISBN: 978-65-5368-212-2

1. Administração. 2. Metodologia. 3. Pesquisa.
I. Kruger, Juliano Milton.

CDD 658

10-2023/29

Índice para catálogo sistemático:
1. Administração: metodologia; pesquisa. 658

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-212-2.03.04.23>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da **Editora BAGAI** por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfilmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Juliano Milton Kruger

METODOLOGIA DA PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

Em Linguagem Descomplicada



1.ª Edição - Copyright© 2023 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Bagai.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es). As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Cleber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Julieane Pohlmann Bulla
<i>Diagramação e Adaptação de Capa</i>	Brenner Silva
<i>Design de Capa</i>	Juliano Milton Kruger (Licença de imagem: Adobe Stock #254160131)
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOCHAPECÓ Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo – CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Andressa Grazielle Brandt – IFC – UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo – UPM – MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPB Dr. Carlos Alberto Ferreira – PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPIAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti – PUCPR Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos – UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima – UFPI Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESC Dr. Ermane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodríguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Hélder Rodrigues Maiunga – ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jorge Henrique Gualandi – IFES Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya – CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger – IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis – UFPA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luísa Maria Serrano de Carvalho - Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPB Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. María Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPEl Dra. Patricia de Oliveira - IF BAIANO Dr. Porfírio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Cauica Ferreira – UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dra. Sueli da Silva Aquino – FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore – UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo - UEM Dr. William Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissell López Bestard- SEDUCRS

APRESENTAÇÃO

Assista à apresentação desta obra no canal do autor.



A escrita de um livro de metodologia é certamente uma atividade desafiadora na carreira de qualquer professor. Estamos habituados a escrever trabalhos acadêmico-científicos, a orientar alunos em projetos de iniciação científica e em trabalhos de conclusão de curso, a participar de bancas de avaliação dos mesmos trabalhos, a participar de editais de fomento em agências de pesquisa, entre outras atividades de pesquisa; porém, estamos acostumados a aplicar procedimentos metodológicos e não os teorizar.

Já faz alguns anos que sinto a falta de um material que reúna, de forma simples, direta e em uma linguagem descomplicada, orientações de como se organizam os estudos para desenvolver pesquisas científicas; um material que esclareça o que é a ciência e o seu “método”, mas que também seja capaz de detalhar o processo de pesquisa com suas fases com vistas à elaboração de projetos e relatórios de pesquisas científicas; que seja um guia para definir os instrumentos mais comuns de uso em pesquisas na área da Administração; e, principalmente, que consiga discutir sobre a linguagem científica, sobre práticas de plágio e sobre a apresentação de trabalhos às bancas examinadoras. O material a que me refiro precisa realmente possibilitar ao estudante, seja ele de que nível for, informações e “dicas” que contribuam para o êxito tanto da sua divulgação científica, quanto da apresentação dos seus achados. O que normalmente eu encontrava eram livros “densos” e pesados entre 500 e 1000 páginas que pela própria indicação aos estudantes, já se percebia a aversão e o desestímulo. Assim surge o livro “Metodologia da Pesquisa em Administração: em linguagem descomplicada”: uma obra simples, compacta, mas com informações essenciais sobre o processo de pesquisa na área da Administração.

A obra foi pensada e dividida em **sete capítulos**. O **primeiro** aborda o que chamamos de “métodos de estudo”. Afinal, como é possível desenvolver pesquisas científicas sem conhecer formas de organizar esses materiais que colhemos, notas de aula etc.? Ao nosso ver, torna-se questão central saber organizar o conhecimento para a prática da pesquisa científica.

O **segundo** capítulo inicia o leitor (você) à ciência. Explica, portanto, o que é ciência, metodologia e pesquisa científica. Como vou produzir conhecimento científico sem saber o que é ciência? Que metodologias e métodos utilizar? Pois bem, isso é fundamental, não é?

O **terceiro** capítulo aborda os tipos e as estratégias de pesquisa. Assim, você será capaz de pensar quais abordagens e procedimentos são possíveis de serem adotados para a sua proposta de investigação e como essa proposta se classificaria cientificamente. E por qual motivo eu preciso aprender a classificar cientificamente uma pesquisa? Porque você faz pesquisa para o melhoramento da ciência e não para ficar armazenada em uma gaveta (não que não possa, mas não é o objetivo). Assim, outros pesquisadores precisam ter capacidade de replicar a sua pesquisa utilizando métodos semelhantes aos que você utilizou e, com isso, fazer a ciência da Administração evoluir. Como eles saberão os métodos utilizados se você não for capaz de classificar a sua pesquisa de forma científica? Muito bem; já percebeu a importância de abordarmos isso, certo?

O **quarto** capítulo trata do projeto de pesquisa. Nesse momento, já sei como organizar os estudos, o que é ciência e como se dá a produção do conhecimento científico; já conheci os tipos e estratégias de pesquisa; e agora? Aqui vamos definir as etapas de elaboração de um projeto de pesquisa e de como você pode começar a pensar na sua investigação acerca do tema, na problematização, nos objetivos, nas hipóteses, no marco teórico conceitual e nos instrumentos de coleta de dados. Além disso, vai entender a necessidade de explorar o campo empírico de pesquisa para delinear as etapas, bem como definir o tempo e os recursos necessários para desenvolvê-la.

No **quinto** capítulo, você será conduzido a entender os diversos instrumentos e técnicas de coleta de dados possíveis para que a sua pesquisa possa lograr êxito. Não adianta ter um tema, uma problemática, objetivos bem definidos, ou mesmo uma classificação metodológica bem fundamentada da pesquisa, se os seus instrumentos para coletar os dados são falhos ou incompletos. Por isso a necessidade de elencar esses instrumentos e permitir

a você fazer a(s) melhor(es) escolha(s) a depender do tipo, abordagem ou estratégia de pesquisa que definiu. Ademais, a pergunta que você pode estar fazendo neste momento é: já colhi os dados; e agora? Como eu faço a análise e a interpretação desses dados? Este capítulo também destina uma seção a tratar das técnicas de análise e interpretação de dados que não trata da análise propriamente dita, mas de como fazê-la.

O **sexto** capítulo é o que eu chamo de “capítulo da burocracia”. Nele você aprenderá sobre como se estruturam e organizam os trabalhos científicos. Assim, você conhecerá os parâmetros definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que envolvem a produção e a divulgação de trabalhos científicos. Pois bem, trataremos das partes do trabalho acadêmico-científico, das normas de formatação, de como citar e referenciar materiais, bem como sobre a apresentação gráfica de siglas, equações, fórmulas, ilustrações, tabelas, quadros e notas de rodapé em relatórios de pesquisa científica. Todas essas normas estão exemplificadas visualmente para dar um caráter mais prático da burocracia que reveste os trabalhos científicos.

O **último capítulo (sétimo)** é especial. Ele evita que você cometa erros básicos na apresentação de trabalhos. Ele é uma espécie de “compilado de dicas” acerca de como utilizar a linguagem científica para expressar seus resultados de pesquisa. No entanto, esse capítulo não é especial apenas por isso, ele também lhe explica como identificar e evitar o plágio (cópias não autorizadas de materiais sem citar fontes) e, além disso, destina uma seção sobre como apresentar trabalhos acadêmicos para bancas examinadoras, fazendo um apanhado de questões que muitos de nós precisaríamos saber previamente (e muitas vezes não sabemos) para evitar o nervosismo e a frustração em momentos de defesas públicas.

Assim, esta obra reúne aquilo que considero mais importante sobre pesquisa científica. Nossa pretensão nunca foi de esgotar o assunto; até porque isso é impossível. Nem os manuais de 1.000 páginas que você vê circulando por aí são capazes de tal proeza.

Prefiro pensar assim: Se você, a partir desta obra, for capaz de organizar a sua pesquisa científica e apresentá-la publicamente, eu já me darei por satisfeito.

Espero que desfrute da leitura e das videoaulas preparadas!

Bons estudos!

Prof. Dr. Juliano Milton Kruger

PREFÁCIO

Prefaciар o livro de um colega de labuta e um amigo é motivo de grande alegria, orgulho e incomparável honra.

O Prof. Dr. Juliano Milton Kruger possui diversas qualidades positivas das quais destaco seu profissionalismo, sua incansável busca pelo conhecimento e o desejo de multiplicar seu saber com os discentes ou qualquer pessoa que esteja precisando, isso o faz tão especial para mim.

A obra que ora apresenta-se ao leitor, intitulada *Metodologia da Pesquisa em Administração em Linguagem descomplicada*, nos traz em sete capítulos, idealizados e formatados de forma simples e direta, como organizar-se para desenvolver uma pesquisa científica. Um verdadeiro passo a passo para uma construção de um trabalho acadêmico de excelência de forma eficaz. Sua temática é atual e possui a linguagem acessível, sem, todavia, perder o padrão da linguagem científica. Assim, a obra possui um subsídio importante a ser utilizado como instrumento para a realização de seu sonho acadêmico e profissional.

Parabenizo mais uma vez o autor pela originalidade e clareza de como abordou o tema, além da competência, coragem e disposição que o tratou. Aproveito para agradecer o honroso convite que me foi dado para prefaciар tão singular obra, que será referência de muitas pesquisas acadêmicas.

Profa. Dra. Sienne Cunha de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO I -	
MÉTODOS DE ESTUDO	11
Introdução.....	11
Autonomia e Visão Crítica	12
Documentação dos Estudos.....	14
Análise e Interpretação Textual.....	20
Resumo, Resenha e Resenha Crítica.....	23
Resumo do Capítulo	25
Referências	25
 CAPÍTULO II -	
CIÊNCIA, METODOLOGIA E PESQUISA CIENTÍFICA.....	27
Introdução.....	27
A Ciência e o Conhecimento Científico	28
Tipos de Conhecimento	32
Escolas do Pensamento Científico: o positivismo e o construtivismo	34
Classificação das Ciências.....	39
Metodologia e Método	41
A Pesquisa Científica em Administração	45
Resumo do Capítulo	46
Referências	47
 CAPÍTULO III -	
TIPOS E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA.....	49
Introdução.....	49
Tipos de Pesquisa.....	50
Naturezas da Pesquisa.....	55
Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa	56
Estratégias de Pesquisa.....	62
Horizonte Temporal	78
Resumo do Capítulo	80
Referências	80
 CAPÍTULO IV -	
O PROJETO DE PESQUISA.....	83
Introdução.....	83
Preparação da Pesquisa	83
Exemplos corretos na definição de objetivos específicos:	88
O Projeto de Pesquisa.....	90
Fases da Pesquisa	92
Resumo do Capítulo	109
Referências	109

CAPÍTULO V -

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	111
Introdução.....	111
Observação.....	112
Entrevistas	116
Questionários.....	120
Análise e Interpretação de Dados.....	122
Resumo do Capítulo	125
Referências	125

CAPÍTULO VI -

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	127
Introdução.....	127
Estrutura de Relatórios de Pesquisa.....	128
Formatação.....	160
Citações	161
Citação incorporada no texto:.....	162
Citação abaixo do texto:.....	162
No fluxo textual:.....	166
No final da citação:	166
Siglas	167
Equações e fórmulas.....	167
Ilustrações	168
Tabelas e Quadros.....	169
Notas de rodapé	170
Resumo do Capítulo	172
Referências	172

CAPÍTULO VII -

LINGUAGEM CIENTÍFICA, PLÁGIO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS EM

BANCAS EXAMINADORAS	175
Introdução.....	175
Linguagem Científica	176
Plágio	179
Apresentação de Trabalhos em Bancas Examinadoras	185
Resumo do Capítulo	193
Referências	193

CONCLUSÃO DA OBRA	195
SOBRE O AUTOR.....	197
ÍNDICE REMISSIVO.....	198

CAPÍTULO I - MÉTODOS DE ESTUDO

Assista ao resumo deste capítulo no canal do autor.



Objetivos de Aprendizagem:

- Conhecer instrumentos para estudos de textos acadêmicos;
- Compreender a importância da documentação enquanto método de estudo; e
- Criar um roteiro de estudos para a análise e a interpretação de textos.

Introdução

Muitos estudantes quando iniciam seus estudos em nível superior ou mesmo em pós-graduação possuem dificuldades com a organização. Essa dificuldade vem, muitas vezes, de um processo de educação bancária e de um ensino muito conteudista. Ao adentrar no ensino superior e em cursos de pós-graduação, é necessário desenvolver autonomia, proatividade e visão crítica. O estudante passa a ser um protagonista do seu processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, da construção do conhecimento.

Mas, afinal de contas, você deve estar se perguntando por que se fala em organização de estudos em um livro que se propõe a discutir metodologia da pesquisa?

Ao tratarmos de textos científicos, necessitamos elaborar um plano de estudo e um cronograma desses estudos; conhecer instrumentos de trabalho como documentos e fontes bibliográficas; fazer anotações e fichamentos das leituras e das obras consultadas. Afinal de contas, você, como estudante de Administração no nível de graduação ou de pós-graduação, deve conhecer a importância do planejamento para atingir os objetivos organizacionais. Nos estudos e na elaboração de pesquisas científicas, não é diferente!

Assim, a proposta é discutirmos neste capítulo sobre a importância de estudar de forma planejada e organizada a partir do que chamei de “métodos de estudo”. Ainda, faz-se necessário que o estudante de Administração seja capaz de analisar o texto nos seus aspectos textual, temático e interpretativo.

Para isso, sem pretensão de esgotar o assunto, falaremos rapidamente sobre alguns gêneros textuais bastante utilizados na construção de trabalhos científico-acadêmicos: o resumo, a resenha e a resenha crítica.

Vamos lá?

Autonomia e Visão Crítica

Você deve saber, pois já experienciou, que o contexto do Ensino Superior é diferente do contexto do Ensino Médio. Se, por um lado, os estudantes de nível médio acabam por se acostumar a receber conteúdos previamente definidos pelos professores, por outro, os estudantes universitários enfrentam a necessidade de lidar com a **autonomia** nos estudos e com a **visão crítica** sobre eles.

Por conta disso, é fundamental a **autodisciplina**. Digamos que ela é um exercício para que você vença o trabalho, muitas vezes, solitário e árido de leitura e análise de **textos acadêmicos**.

Mas, o que são textos acadêmicos?

Segundo Chibeni (2014), são textos que apresentam resultados de alguma investigação científica, filosófica ou artística. Refletem, portanto, o rigor, a crítica, a preocupação constante com a objetividade e com a clareza inerentes à pesquisa acadêmica. Importante que sejamos capazes de distinguir o conteúdo (ideias, estrutura argumentativa etc.) e a forma (linguagem, disposição de elementos etc.). Embora se dê foco no conteúdo de um texto acadêmico, será difícil examiná-lo se a forma de escrita for deficiente. A boa redação depende fundamentalmente do contato que quem escreve possui com outros textos acadêmicos e, também, literários.

A **visão crítica**, por sua vez, é mais difícil de ser atingida, pois não é algo instrumental, que se aprende seguindo determinados procedimentos, ela advém do processo de formação integral de um indivíduo quando discerne, desconfia e problematiza algo. A visão crítica se desenvolve quando o estudante não encara conteúdos como verdades absolutas e inquestionáveis; quando ele passa a entender o conhecimento como um processo de construção contínua.

Porém, o duvidar pelo duvidar pode ser confundido como uma mera consideração leviana e muitas vezes infundada sobre algum assunto. Assim, já dizia René Descartes em seu *Discurso do Método* (DESCARTES, 1973) que a utilização da “dúvida” precisa ser um exercício metódico de verificação da verdade ancorando-se em argumentos bem fundados teoricamente.

O **método** dito por Descartes representa, então, o caminho sistemático e rigoroso do conhecimento que deve se alinhar ao papel fundamental da **autonomia** e da **visão crítica**.

E, o que é método?

Conforme apresenta Chauí (2000), a palavra advém do grego *methodos* e é composta por **meta** que significa “através de, por meio de” e **bodos**, “via ou caminho”. Assim, usar algum tipo de método é seguir

de forma ordenada um caminho com vistas a atingir algum objetivo ou atender a uma certa finalidade. No que diz respeito ao conhecimento, poderíamos entender o método como o caminho ordenado que o pensamento segue por meio de um conjunto de regras e procedimentos racionais com a finalidade de (1) conhecer algo desconhecido; (2) demonstrar ou colocar à prova uma verdade já conhecida; e (3) verificar conhecimentos já existentes para compreender se são verdadeiros ou não.

Quando falamos em autonomia do estudante, é importante destacar a tendência ocorrida principalmente a partir da década de 1970 que revisa a concepção de que o professor é o único detentor do saber. John Dewey, Charles Wedemeyer e Malcolm Knowles foram três importantes estudiosos do que ficou conhecido como uma aprendizagem centrada no estudante. Dewey (1916) cunhou o conceito de **atividade autônoma** como sendo um processo no qual se entende que somente através de observações, reflexões, formulações e sugestões próprias dos estudantes é que se pode ampliar e corrigir aquilo que já é conhecido. Wedemeyer (1975), por sua vez, cunhou o conceito de **atividade independente** e Knowles (1988) o da **aprendizagem autodirigida**, que consiste em os estudantes identificarem as suas próprias necessidades de aprendizagem, de acordo com os seus objetivos, elencando uma variedade de recursos pedagógicos e planejando estratégias para utilizá-los, avaliando a própria aprendizagem e tendo a sua avaliação validada.

Portanto, o estudante, ao trabalhar de forma autônoma, faz uso de um conjunto de procedimentos e instrumentos pedagógicos para organizar os seus estudos que não devem ser meramente conducentes de uma aprendizagem passiva, mas que o coloquem em um patamar de uma aprendizagem independente, autônoma e auto direcionada dos estudos, o deslocando ao lugar de sujeito protagonista do seu aprender.

Documentação dos Estudos

Iniciamos esta seção destacando que a documentação dos estudos não é a pesquisa documental de fontes que abordaremos mais para

frente. Aqui, o nosso intuito é tratar da documentação que faz parte do processo de registro (anotações) de estudos. A pesquisa documental é uma estratégia de pesquisa baseada na coleta de dados (de documentos ou registros) a partir de fontes bibliográficas e/ou empíricas e será tratada no Capítulo III.

Veja que quando nos são sugeridos materiais de estudo, precisamos estabelecer um plano de estudos desse material. Assim, as leituras exigidas, básicas e complementares precisam ser planejadas. Isso significa fazer a pesquisa documental que mencionamos acima localizando os textos na biblioteca, na Internet ou nos mais diversos veículos de divulgação científica; e organizar um cronograma de estudos e ações com atividades de leitura, que é o que chamamos de documentação dos estudos. Então, os estudos utilizam como instrumento de trabalho **a documentação** (notas de aula/leitura e apontamentos) e as **fontes de informação** (livros, artigos e revistas científicas).

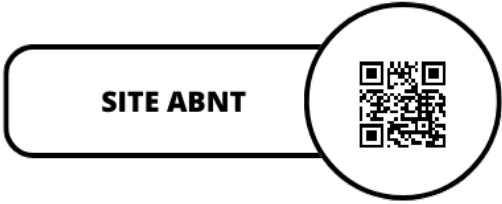
É importante que você perceba que a Internet fornece um universo de fontes de informação dos mais variados tipos; no entanto, essa facilidade de acesso nem sempre garante uma informação de relevância ou de qualidade. Assim, boa parte do conteúdo da Internet não tem nenhuma relevância para a formação do conhecimento acadêmico e para a ciência.

Você precisa, portanto, desenvolver visão crítica a respeito das fontes de informação a ponto de perceber o que é ou não relevante para o tema da sua pesquisa. Muitos materiais não seguem rigor e relevância científica e alguns sequer respeitam as normas acadêmicas estabelecidas pela **ABNT**.

ABNT?

Sim. A Associação Brasileira de Normas Técnicas é o órgão responsável pela normalização técnica no Brasil e define padrões para a redação de textos acadêmicos.

Conheça mais acessando o QR-Code:



As anotações e os apontamentos baseados em leituras, debates e diálogos feitos por você em aula ou durante seminários constituem-se em documentos essenciais para o processo de estudos.

Mas, como posso sintetizar e sistematizar essas anotações?

Você pode escrever isso em fichas impressas ou virtuais que se denomina de **fichamento**. O fichamento é um processo de documentação de anotações de aulas e/ou leituras em fichas. Deve conter a síntese das ideias principais e dos conhecimentos-chave propostos pelos autores ou pelo professor.

Figura 1.1 – Exemplo de fichamento de citação

Nome: Fulano de Tal (você)	Indicado por: Prof. Juliano
Identificação do Texto: CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade rural: uma abordagem decisorial. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.	Localização: Biblioteca Pessoal
Tema: Empresa rural (conceito).	Palavras-Chave: Conceito, Empresas Rurais Brasileiras.
[comentando sobre o que é uma empresa rural] “(...) Empresa rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica ou racionalmente o imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias.” (p. 3).	

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Você já se perguntou como faziam os estudiosos antes da existência de computadores? Pois bem, eles faziam fichamento das obras consultadas

nas bibliotecas físicas. Fichavam citações (cópias literais das palavras de autores) e resumos (apresentação dos pontos mais relevantes).

Uma **citação** é a menção em um texto de informação colhida em outra fonte para se esclarecer assunto em discussão, ou mesmo ilustrar ou sustentar alguma argumentação (MARTINS, 2000).

Severino (2007) identifica que um critério de fichamento eficiente é dividir o texto que está sendo analisado em parágrafos. Cada parágrafo é considerado uma unidade de leitura que se refere a um segmento do texto com um sentido. Assim, segundo ele, em um primeiro momento, é importante sintetizar a ideia chave do parágrafo por meio de uma única frase ou expressão. Na sequência, é possível que se construam sínteses mais elaboradas, condensando grupos de parágrafos ou seções textuais. Ao final, tem-se uma ficha sintética do texto que servirá tanto como instrumento de acesso rápido às ideias principais do texto quanto como base de escrita.

É possível, a depender da finalidade, ter vários tipos de fichamento. Você pode querer fazer o fichamento de um livro completo ou mesmo de trechos, por meio de citações. Vejamos:

- **Fichamento bibliográfico:** registro completo de uma fonte bibliográfica (livro, artigo, etc.);
- **Fichamento de citação:** registro parcial do conteúdo com trechos literais da obra por meio de citação direta como exemplo da Figura 1.1.
- **Fichamento de resumo:** registro das ideias principais do conteúdo da obra, semelhante a um resumo (de que trataremos adiante), porém, mantendo-se a estrutura de uma ficha.
- **Fichamento crítico:** registro completo de um livro ou artigo com destaque à reflexão crítica do autor (você). É semelhante a uma resenha (de que também trataremos adiante), avaliando o conteúdo ao invés de fazer um mero resumo ou síntese. Cabe destacar que, apesar da criticidade inclusa neste tipo de

fichamento, ele ainda não pode ser considerado uma resenha crítica (que também será tratada adiante) já que não utiliza obras externas àquela que está em análise para a reflexão crítica.

Mas, o que é um resumo, uma resenha e uma resenha crítica?

Trataremos à frente de caracterizar esses três tipos de gêneros textuais; porém, em linhas gerais, temos que: o **resumo** é um documento que apresenta, de forma sucinta e concisa, os pontos relevantes de um texto; a **resenha** é uma descrição detalhada de determinado conteúdo, que pode ser um livro, um capítulo, um artigo, que aprofunda e amplia a síntese realizada no resumo; e a **resenha crítica**, para além da resenha, é capaz de realizar uma reflexão crítica fundamentada em referências externas ao próprio texto.

Ainda conforme cita Severino (2007), a prática dessa documentação pode ser dividida em documentação temática, bibliográfica e geral. Portanto, você deve organizar seus fichamentos pensando nessa classificação:

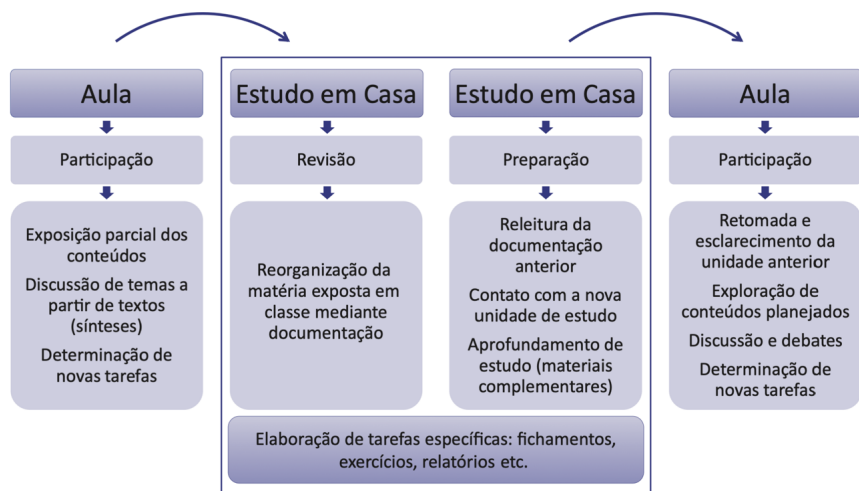
- **Documentação temática:** é o registro que procura organizar as diversas anotações, tais como aulas, leituras, livros, artigos, impressões pessoais etc., a partir de uma classificação ordenada por **tema** (o que se deseja provar ou desenvolver) ou assunto. Um exemplo: uma documentação sobre “contabilidade rural” deve conter diversos registros sintéticos a respeito das leituras (livros, revistas, artigos), anotações de aulas etc. sobre o tema específico. Os registros devem ser breves, porém, não superficiais ao ponto de não descaracterizar a essência do tema. O respeito às normas e aos padrões da ABNT, como por exemplo, as regras de citações diretas são importantes para que você não confunda o que foi escrito por você (ou os seus *insights*) e o que foi escrito por outros. As citações diretas devem ser registradas por meio de aspas (“”), seguidas pelas referências bibliográficas da obra (sobrenome do autor e ano de publica-

ção da obra, somadas ao número da página do trecho citado. Exemplo: (CREPALDI, 2012, p. 3).

- **Documentação bibliográfica:** enquanto a documentação temática ordena os fichamentos por tema, a documentação bibliográfica concentra-se no fichamento de uma única fonte bibliográfica, representada por um livro ou artigo acadêmico acerca de determinado assunto. Você deve procurar organizar os fichamentos bibliográficos seguindo uma classificação temática. Um exemplo: o fichamento de um artigo que fale sobre transparência e publicidade na Administração Pública deverá estar organizado junto ao fichamento de outro que fale sobre *accountability*, prestação de contas e acesso a informações financeiras do Governo Federal, por exemplo. O mesmo ocorre com livros que possuem uma temática comum. Os fichamentos de revistas, *sites* e anotações de aulas sobre “contabilidade rural” devem ser organizados em uma subseção, evitando que você misture fontes bibliográficas com outras fontes de informação, e assim por diante.
- **Documentação geral:** envolve a atividade contínua ao longo dos estudos para arquivamento e registro de documentos considerados importantes. Você pode ter matérias jornalísticas, cópias impressas ou digitais de revistas, artigos, *sites*, *blogs*, apostilas, trabalhos didáticos, capítulos de livros, entre outros. Esses documentos devem ser classificados de acordo com o assunto específico de seu interesse, com o objetivo de servir como fonte para consulta futura.

Um fluxo de atividades de estudo pode ser constituído quando você realiza a leitura de textos recomendados, faz o fichamento de textos e aulas, revisa suas anotações e fichamentos. Veja:

Figura 1.2 – Fluxograma de estudos



Fonte: elaborado a partir de Severino (2007) por Birochi (2015).

Análise e Interpretação Textual

Não podemos pensar em estudos sem que haja um processo de análise e interpretação de textos. Severino (2007) desenvolve um pequeno roteiro para facilitar o seu trabalho de análise de textos por meio de um sequenciamento de etapas.

Unidade de leitura

Quando do início da análise, você precisa delimitar a unidade de leitura, que, conforme já definimos, deve ser um trecho do texto (um parágrafo, uma seção, um capítulo etc.) coerente em relação ao seu conteúdo – ou seja, possuir sentido e coerência interna que possibilite estabelecer um contorno analítico (um limite) no texto sobre o que se argumenta.

Essa delimitação possui, para além de sua finalidade metodológica – a de construir um caminho em direção ao conteúdo do texto – a finalidade de aproximar o leitor da visão do autor. Assim, as unidades de leitura são sequências de passos ou etapas para compreender a abordagem que o autor pretende com o texto. Com isso, é possível perceber que

quanto mais precisas e encadeadas essas unidades de leitura estiverem, mais próximo você estará de compreender a lógica interna proposta pelo texto.

Análise textual

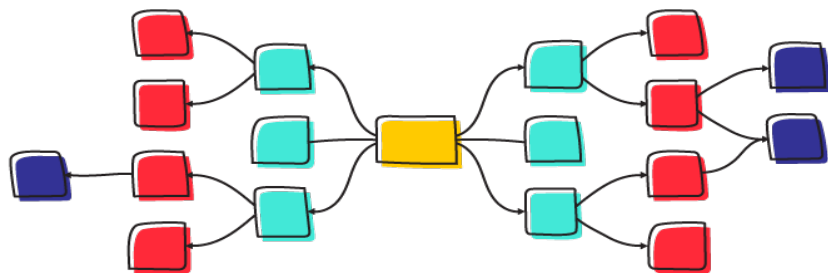
Não é difícil perceber que antes de interpretarmos um texto precisamos analisá-lo. Assim, na análise textual você deverá realizar uma leitura corrida do texto, sem aprofundamentos, a fim de obter uma visão ampla ou geral sobre o assunto abordado.

Essa análise pode ser feita com uma técnica de sublinhamento dos conceitos ou termos-chave do texto, assim como pela anotação dos questionamentos que surgirem ao longo dessa leitura.

Ao final, você deverá elaborar um breve esquema do texto como um **mapa conceitual**, que reflita a sua visão panorâmica sobre o conteúdo.

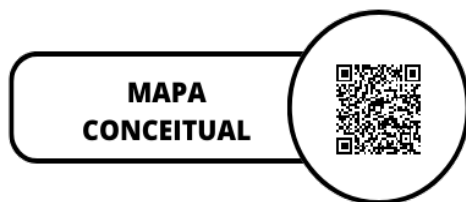
Um **mapa conceitual** é um diagrama ou ferramenta gráfica que representa visualmente as relações entre conceitos e ideias. A maioria dos mapas conceituais descreve ideias, como caixas ou círculos (também chamados de nós), que são estruturados hierarquicamente e conectados com linhas ou setas (também chamados de arcos).

Figura 1.3 – Exemplo de estrutura de um mapa conceitual



Fonte: Lucidspark (2023).

Conheça mais acessando o QR-Code:



Análise temática

Aqui você deve procurar problematizar o tema abordado. Esse processo inclui identificar:

- A ideia central ou tese do texto (o seu núcleo central).
- O conjunto de argumentos que o autor usa para sustentar a sua tese.
- As ideias secundárias representadas por componentes marginais ao núcleo central do texto e que são hierarquicamente inferiores em termos de importância.

Análise interpretativa

Uma última etapa é a reflexão sobre o conteúdo procurando distanciar-se criticamente dos argumentos do autor. Em outras palavras, aqui você deve se despir das “amarras” dos argumentos utilizados pelo autor, por mais convincentes que sejam, e construir uma espécie de diálogo reflexivo com o texto. Então, a lógica e a coerência interna do texto são colocadas em segundo plano e o **juízo crítico** é trazido à superfície.

Esse diálogo de ideias entre você e o autor pode gerar novas sínteses reflexivas sobre o que você está estudando.

Assim, é importante que você complete essa sequência para que reúna condições de identificar e compreender a abordagem que o autor propõe – a lógica interna do texto, bem como para realizar resumos, resenhas ou resenhas críticas desses materiais.

Resumo, Resenha e Resenha Crítica

Anteriormente fizemos uma breve conceituação do que vem a ser resumo, resenha e resenha crítica. É importante que você conheça esses gêneros textuais já que na academia eles são muito comuns e necessários quando você está fazendo análises e interpretações de textos científicos e acadêmicos.

O **resumo** é uma **síntese** das ideias principais de um texto. Uma síntese evoca pela dialética hegeliana (de Hegel) a existência de uma **tese**, que é uma afirmação ou situação inicialmente dada; uma **antítese**, que é uma oposição à tese e, a partir do conflito entre elas, a **síntese**, que, como o nome já diz, sintetiza as duas primeiras e faz emergir do conflito novos posicionamentos. Então, pode-se concluir que a síntese é capaz de generalizar o que contém um texto e conceber uma ideia geral dos diversos argumentos postos, no nosso caso, em diferentes tipos de textos.

Você deve procurar utilizar as suas próprias palavras para sintetizar as ideias do autor, evitando a simples reprodução literal dos trechos do conteúdo original. Isso permite que você realize um exercício intelectual, compreendendo a mensagem do autor, por meio da síntese de suas ideias e argumentos, o que melhora, além da sua capacidade de interpretar as ideias, a sua capacidade de escrever.

A **resenha** ou **resenha descritiva** é uma descrição detalhada de determinado conteúdo (um livro, um capítulo, um artigo etc.), que aprofunda e amplia o trabalho de síntese proposto no resumo. Esse gênero é muito comum no meio acadêmico e possui a finalidade de comunicar ao leitor, de forma objetiva e sintética, o conteúdo exposto. Nela, destacam-se as contribuições do autor sobre o assunto ou tema, como, por exemplo, novas teorias, abordagens específicas sobre um fenômeno, críticas do autor (não suas) sobre o assunto exposto etc. Conforme cita Severino (2007), deve-se evitar a itemização (criação de tópicos) do texto; ele deve ser escrito como texto único e contínuo.

Já a **resenha crítica**, além de comunicar de forma sintética o conteúdo do texto, também apresenta uma reflexão crítica sobre ele, proposta por quem a escreve (conhecido como resenhista). Essa reflexão crítica pressupõe domínio do assunto por parte do resenhista. Assim, ele precisa estabelecer relações com outros trabalhos ou abordagens que tratem do mesmo assunto. Você, na função de resenhista, deve fazer uso de citações diretas e indiretas, conforme estabelecido pela ABNT através da NBR 10520 (2002), além de, ao final da resenha, apresentar uma breve relação das referências que fundamentaram a sua crítica (LAKATOS; MARCONI, 2011).

A resenha crítica é, portanto, dotada de uma estrutura lógica coerente e rigorosa para que se possa dar suporte às argumentações e interpretações de quem a realiza. Quanto à extensão dela, isso pode variar, a depender das exigências e dos objetivos de quem a solicita.

No âmbito acadêmico, é muito comum os professores solicitarem resenhas críticas de seus alunos sobre capítulos de livros, livros inteiros ou artigos entre três e cinco páginas. As resenhas críticas também podem ser encontradas em revistas (sejam elas científicas ou não), que restringem a sua extensão pelo espaço editorial disponível para a publicação. Porém, em caráter muito específico, podemos encontrar resenhas contendo muitas páginas; que, pela sua extensão adquirem um novo formato denominado **ensaio teórico** ou, do inglês, *essay*, já que o texto acaba se distanciando em substância do texto original, “ensaiando” e conectando teorias.

Os ensaios teóricos não utilizam **metodologias** empíricas, nem coletam dados ou utilizam dados secundários.

Importante destacar que o termo **metodologia** faz referência à teoria sobre como pesquisas devem ser realizadas; em outras palavras, é o estudo dos métodos (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009). Martins (2000) destaca que a metodologia investiga os métodos empregados nas diferentes ciências, seus fundamentos e validade, e sua relação com as teorias científicas. Alguns autores ainda utilizam o termo “metodologia” para designar especificamente o “método científico”.

Ensaaios teóricos, portanto, não são artigos, monografias ou teses. São textos reflexivos e adotam com frequência uma postura crítica com relação às teorias (BERTERO, 2006).

Resumo do Capítulo

Este capítulo apresentou algumas orientações de estudo de textos acadêmicos. Nele, destacamos a necessidade de você desenvolver estudos com autonomia e visão crítica. Refletimos sobre a importância de se estabelecer um método de estudo como um caminho sistemático e rigoroso para a construção do conhecimento, já que, não se interpreta um texto sem conhecê-lo nos aspectos textual e temático.

Ainda, destacamos a importância de um cronograma de estudos estruturado. Apresentamos alguns instrumentos de trabalho, como a documentação baseada em fichamentos de leituras e notas de aulas para organizar o processo de consulta de fontes bibliográficas e documentais.

Ao final, definimos um roteiro simples para análise e interpretação textual baseado em análise textual, análise temática e análise interpretativa e apresentamos os gêneros textuais mais comuns no meio acadêmico: o resumo, a resenha e a resenha crítica.

Referências

- ABNT. **NBR-10520 (NB 896)**. Informação e documentação – Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- BERTERO, C. O. **Ensino e pesquisa em administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- BIROCHI, R. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2015.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CHIBENI, S. S. **O texto acadêmico**. Unicamp: Campinas: 2014. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/textoacademico.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- DESCARTES, R. Discurso do Método. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Difel, 1973.

- DEWEY, J. **Democracy and education**. Nova Iorque: McMillan, 1916.
- KNOWLES, M. Preface. In: BOUD, D. (Ed.). **Developing student autonomy**. Londres: Kogan Page/Nichols Publishing Company, 1988.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LUCID SOFTWARE INC. **O que é um mapa conceitual e como fazer um?**. Lucidspark, 2023. Disponível em: <https://lucidspark.com/pt/blog/o-que-e-e-como-fazer-mapa-conceitual>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2000.
- SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education, 2009.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- WEDEMEYER, C. **Implications of Open Learning for Independent Study**. Artigo apresentado na Conferência ICCE. Brighton, Inglaterra, 1975.

CAPÍTULO II - CIÊNCIA, METODOLOGIA E PESQUISA CIENTÍFICA

Assista ao resumo deste capítulo no canal do autor.



Objetivos de Aprendizagem:

- Definir o que é ciência;
- Identificar as principais características do conhecimento científico e distingui-lo de outros tipos de conhecimento;
- Compreender o que é metodologia e método científico; e
- Exemplificar algumas das especificidades da pesquisa científica em Administração.

Introdução

Neste capítulo, iremos conceituar a ciência e o conhecimento científico, estabelecendo as diferenças existentes entre eles. Na sequência, analisaremos os quatro tipos de conhecimento a partir da visão dos metodólogos Mário Bunge e Lakatos e Marconi. Logo após, nos deteremos ao conceito de “verdade científica” pela ótica do positivismo e do construtivismo. Ainda, veremos que critérios levam as ciências a serem classificadas como formais ou factuais; trataremos de compreender a diferença entre os conceitos de metodologia e método e, por fim, abordaremos a pesquisa científica em Administração, no intuito de perceber o que a constitui como campo de investigação particular diferente de outros campos do conhecimento.

Vamos lá?

A Ciência e o Conhecimento Científico

O que é conhecimento?

Antes de você compreender o que é o conhecimento, faça uma rápida reflexão sobre uma atividade muito comum realizada no âmbito das ciências, atividade esta que objetiva a formação do que podemos chamar de conhecimento científico: **o processo de pesquisa**.

Diariamente nos deparamos com outro tipo de pesquisa, que não é científica, mas nos ajuda a antecipar ou a prever alguns resultados futuros: que horas há engarrafamento no trânsito? Qual a melhor rota para chegar ao seu destino? Como estará o clima? Vai chover? Como fazer um doce ou um pudim?

Você pode nem imaginar, mas por detrás do comando dado à “Alexa” estão pesquisas que fazem uso de técnicas e mesmo estimativas para planejar, coletar e analisar os dados investigados. Como resultado desse processo, são apontadas tendências e traçadas possíveis previsões.

Apesar de essas técnicas e métodos serem bem aceitos pelo público em função de sua capacidade de antecipar tendências sobre acontecimentos e comportamentos, elas não podem, por não satisfazerem ao menos duas condições, serem consideradas científicas. Veja que condições são essas:

1. Contribuir para o desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimento (o conhecimento científico); e
2. Estar em conformidade com as premissas do método científico (BHATTACHERJEE, 2012, p. 1).

A primeira condição que diz respeito à contribuição para o desenvolvimento da ciência ou do conhecimento científico pressupõe a aceitação de um tipo de conhecimento que respeite condições no estabelecimento da verdade (CHAUÍ, 2000); e, também, que dialogue e seja aceito por uma comunidade constituída por especialistas em uma gama de assuntos e temas específicos – a comunidade científica – que irá respaldar e legitimar esse conhecimento (BUNGE, 1973).

A segunda condição que exige a conformidade com as premissas do método científico diz respeito a um conjunto de procedimentos e técnicas que caracterizam o método de fazer ciência. Ou seja, deve estar de acordo com as etapas que garantem a suficiência de certas condições particulares desse tipo de conhecimento, como, por exemplo: a identificação clara de um **problema** ou **lacuna**; a escolha de certas técnicas e procedimentos para coleta e **análise de dados**; a utilização de uma linguagem escrita baseada em normas amplamente aceitas pela já citada comunidade científica etc.

Assim, conforme Chauí (2000) o processo será considerado científico quando for capaz de realizar investigações metódicas e sistemáticas. O esforço racional para conhecer e sistematizar a realidade é uma característica inerente e intrínseca ao conhecimento científico.

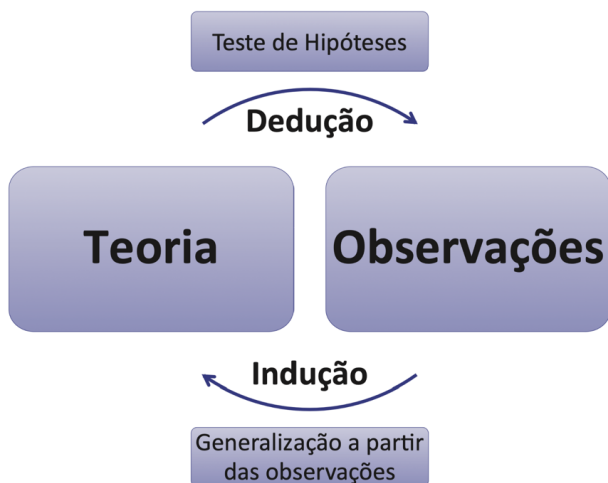
Perceba que agora reunimos condições, mesmo que elementares, de compreender o que é o conhecimento científico. Assim sendo, ele se caracteriza por um esforço racional para conhecer e sistematizar a realidade empírica por meio de investigações metódicas e sistemáticas. Para isto, o conhecimento científico deve “(...) estar em conformidade com as premissas do método científico” (BHATTACHERJEE, 2012, p. 1). O conhecimento científico, apesar de almejar atingir uma certa verdade, é **provisório e sujeito a refutação**.

Marconi e Lakatos (2010) identificam que, para a formação do conhecimento científico ou para a resposta a **problemas** ou **lacunas** existentes, é necessário definir um **processo de pesquisa** (que anteriormente mencionamos). Esse processo requer um tratamento científico e constitui-se no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais, já que a verdade absoluta na ciência é uma utopia.

Os **problemas** ou **lacunas** são situações não estudadas suficientemente, com potencial para geração de contribuições teóricas e/ou práticas.

A figura 2.1 representa o ciclo de construção do conhecimento científico a partir do processo de pesquisa científica. Veja:

Figura 2.1 – Ciclo da pesquisa científica



Fonte: a partir de Bhattacharjee (2012, p. 4), adaptado por Birochi (2015).

A explicação sobre o “funcionamento” da realidade é feita de dois modos: a partir de teorias e **hipóteses** que são testadas e verificadas no campo empírico, sujeitas a **procedimentos dedutivos** que partem de teorias e modelos abstratos e direcionam-se para o campo empírico; e, por outro caminho, a partir de observações da realidade, procura-se propor generalizações com o objetivo de formar teorias e modelos que possam explicar a realidade, com a utilização de **procedimentos indutivos**. Seja por um caminho ou por outro, os pesquisadores (ou investigadores) visam explicar e compreender os fenômenos do mundo empírico.

As **hipóteses** constituem-se em elementos centrais no processo da pesquisa científica, pois pressupõem a capacidade do pesquisador em estabelecer relações coerentes e lógicas entre os fenômenos ou indivíduos que constituem o objeto de estudo.

A **abordagem dedutiva** envolve o teste de uma proposição teórica, visando à confirmação de uma hipótese por meio da verificação das consequências previsíveis da própria hipótese (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009; MARTINS, 2000), ou seja, a partir da teoria (geral) é possível compreender as observações (específico). Por sua vez,

a **abordagem indutiva** envolve o desenvolvimento de uma teoria como resultado da observação de dados empíricos (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009), ou seja, as observações (específico) possibilitam compreender ou definir uma teoria (geral).

O que é ciência?

Falamos tanto em conhecimento científico que agora necessitamos responder o que é ciência.

Conforme Chauí (2000, p. 10), as ciências pretendem:

- ser conhecimentos verdadeiros, obtidos graças a procedimentos rigorosos de pensamento;
- agir sobre a realidade, através de instrumentos e objetos técnicos; e
- fazer progressos nos conhecimentos, corrigindo-os e aumentando-os.

Chibeni (2014) identifica que, na visão comum da ciência, ela ocupa um lugar privilegiado com relação aos demais tipos de conhecimento (o conhecimento do homem comum, por exemplo). Teorias, métodos, técnicas e produtos contam com aprovação geral quando considerados científicos. A autoridade da ciência é evocada amplamente. Indústrias rotulam seus processos de fabrico e testes de produtos de “procedimentos científicos”. Várias atividades de pesquisa em áreas nascentes como as investigações sociais, políticas e agrárias procuram afirmar-se no campo das ciências. Esse fenômeno baseia-se em larga escala no sucesso alcançado pela física, pela química e pela biologia, principalmente, em galgarem espaço como ciência. Assume-se, então, seja implícita ou explicitamente, que por detrás desse sucesso existe um “método” especial, uma “receita” que, quando seguida, resulta em conhecimento certo, seguro.

Mas, será que o conhecimento científico é igual a outras formas existentes de conhecimento que nos permitem compreender e explicar a realidade que nos rodeia?

Tipos de Conhecimento

As autoras Lakatos e Marconi (2011), com base em Mario Bunge (1973), identificam que coexistem quatro diferentes tipos de conhecimento: o religioso, o popular – também denominado empírico ou “do senso comum”, o filosófico e o científico. Em linhas gerais, esses tipos possuem as seguintes características:

Figura 2.2 – Tipos de conhecimento



Fonte: a partir de Lakatos e Marconi (2011).

O **conhecimento popular** caracteriza-se por não ser verificável e fundar-se na experiência do próprio sujeito, experiência esta consolidada por meio de um conjunto de crenças socialmente aceitas. Não é um conhecimento sistemático (organizado) ou racional (baseado na razão).

O **conhecimento filosófico** é caracterizado pelo esforço da razão pura (em sua essência) para questionar os problemas humanos e discernir o certo do errado, recorrendo da própria razão humana para defini-lo. Apesar de basear-se na razão e ser sistemático, não se constitui como conhecimento científico por não ser verificável empiricamente e ter cunho valorativo, já que suas hipóteses dependem da experiência, mas não da experimentação (teste) – não podendo ser testado, torna-se infalível (não sendo possível detectar sua falibilidade).

O **conhecimento religioso** é considerado um conhecimento infalível, que não se apoia em evidências empiricamente verificáveis. Apesar de ser sistemático (organizado), o conhecimento religioso se fundamenta no dogma (e nas crenças) e a sua verdade é expressa por meio da revelação, ao invés da razão.

Assim, só o **conhecimento científico** preenche determinadas condições que o tornam apto a contribuir para o aperfeiçoamento da ciência e dialogar com uma comunidade de cientistas e pesquisadores. Esse conhecimento baseia-se em fatos e situações reais e adquire caráter acumulativo já que se aperfeiçoa pela agregação de conhecimentos previamente existentes. É sistemático (organizado) e verificável (possível de ser testado) e, por seguir um método definido (o científico), é mais ou menos exato, inclusive pela sua replicabilidade. Conforme Chauí (2000, p. 316), o que distingue o conhecimento científico dos demais é que “(...) ali onde vemos coisas, fatos e acontecimentos, a atitude científica vê **problemas** e **obstáculos**, aparências que precisam ser explicadas”.

Veja que não nos cabe colocar o conhecimento científico em um patamar de superioridade frente aos demais tipos de conhecimento. Ele não é melhor do que nenhum outro, do ponto de vista do seu valor, porém, inegavelmente as sociedades ocidentais ao longo de sua trajetória histórica têm privilegiado esse tipo de conhecimento e de visão de mundo em detrimento de outros.

Existem estudiosos críticos que apontam para alguns excessos no que tange à supervalorização de um tipo de conhecimento diante

dos outros, destacando uma apropriação do mundo a partir do que chamaram de “cientificização do conhecimento”, o que conduz a um crescente desencantamento da natureza e das relações sociais (CHAUÍ, 2000). Por outro lado, seus defensores destacam os riscos de abordagens não baseadas na razão. É inegável a existência de uma visão de mundo e de ciência fundada em critérios de verdade, tais como: a objetividade, a visão de neutralidade do pesquisador, do sujeito do conhecimento, o teste de **hipóteses**, a verificabilidade de seus pressupostos, a quantificação (mensuração) dos dados coletados etc.

Conforme Martins (2000), na filosofia e nas ciências sociais, a **hipótese** designa uma declaração, afirmação ou proposição, passíveis de verificação, a respeito das relações existentes entre dois ou mais fenômenos no campo da pesquisa. Nas pesquisas empíricas, uma hipótese é uma declaração sobre algumas propriedades de elementos dentro de um mesmo campo de estudo. A hipótese é considerada verdadeira ou falsa, dependendo de que a propriedade declarada realmente caracterize, ou não, esses elementos.

Essas abordagens consagradas na história da ciência são oriundas de princípios propostos pela escola positivista e suas variações posteriores, como o pós-positivismo. Outra vertente, conhecida como construtivismo, compreende que a ciência é uma construção de modelos explicativos para a realidade e não simplesmente a sua representação, como acreditam os positivistas. Iremos compreender então, a partir de agora, as escolas do positivismo e do construtivismo na definição do pensamento científico.

Escolas do Pensamento Científico: o positivismo e o construtivismo

O debate das escolas do pensamento científico está substancialmente ligado ao conceito de “verdade” nas ciências. Afinal, não existe um consenso sobre isso. Nesta perspectiva, alguns filósofos tentaram definir critérios e métodos próprios para essa definição que resultaram em ideias consagradas pelo pensamento científico do que é a “verdade”; o positivismo e o construtivismo são duas dessas escolas.

Ainda que as duas escolas não representem todas as possibilidades e diferenças existentes na definição da “verdade” pelas escolas e abordagens (epistemologias) do conhecimento, as duas possuem características que nos permitem compreender a diferença dos paradigmas científicos acerca do conceito.

Antes de conhecermos o positivismo, é importante definirmos as **Escolas do Pensamento Científico**. Saunders, Lewis e Thornhill (2009) as denominam como paradigmas de pesquisa. Kuhn (1996) define paradigmas como sendo realizações científicas universalmente conhecidas e durante algum tempo fornecem problemas e certas soluções modelares a uma comunidade científica. Assim, o termo supõe todo um aparato de crenças, valores e técnicas partilhados pelos cientistas de um determinado grupo. Nas ciências sociais aplicadas, existe um longo debate sobre o conceito, bastante evidenciado no trabalho de Burrell e Morgan (1979), que propõe a existência de quatro paradigmas:

- o **funcionalista** onde a sociedade tem existência concreta e real e um caráter sistêmico orientado para produzir um estado de coisas ordenado e regulado;
- a **interpretativista** onde o mundo social possui uma situação ontológica duvidosa e de que o que passa por realidade social não existe em sentido concreto, mas é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos;
- a **humanista radical** que enfatiza, assim como a visão interpretativista, que a realidade é socialmente criada e socialmente sustentada, mas vincula sua análise ao interesse em alguma coisa que pode ser descrita como uma patologia da consciência, pela qual os seres humanos se aprisionam dentro de fronteiras de uma realidade que eles mesmos criam e sustentam; e
- a **estruturalista** que destaca que a realidade se fundamenta na visão de que a sociedade é uma força potencialmente dominadora; é uma coisa que existe por si própria, de uma forma independente de como é percebida e reafirmada pelas pessoas

em suas atividades do dia a dia; ainda, é algo que se caracteriza por tensões e contradições intrínsecas entre elementos antagônicos, o que, inevitavelmente, leva a uma mudança radical no sistema como um todo.

Augusto Comte inaugurou a escola denominada **positivismo** no século XIX. Essa escola exerceu uma forte influência nas ciências modernas – mais especificamente nas ciências naturais. A abordagem, conforme destaca Chauí (2000, p. 84), “(...) afirma a existência objetiva ou em si da realidade externa como uma realidade racional em si e por si mesma e, portanto, afirma a existência da razão objetiva”. Em outras palavras, o investigador ou pesquisador crê na existência de uma determinada verdade *a priori*, ou seja, independente do seu olhar de pesquisador. A realidade (a natureza, por exemplo) representa sempre (de forma imanente) a sua própria verdade. Exemplificando isso, é possível perguntar: o que é uma maçã? Ao descrevê-la, elencamos suas qualidades, como a cor vermelha ou o aroma agradável e adocicado; a classificamos como um fruto da macieira, pertencente à família das *Rosaceae*, se formos ao campo da biologia. Tem-se então, nesse caso, um pressuposto de que a maçã possui uma existência em si mesma e cabe ao pesquisador descrevê-la e explicá-la, com o objetivo de aproximar-se de forma gradual do conhecimento verdadeiro, capaz de abarcar a totalidade do conhecimento a respeito da maçã, ou seja, sua verdade. Deste modo, a verdade é uma **representação** de uma verdade em si. Enquanto investigadores ou cientistas, é nosso dever nos aproximarmos o máximo possível dessa verdade, utilizando métodos impessoais e objetivos que não nos projetem em uma visão subjetiva que interfira e distorça o objeto que está em estudo.

Figura 2.3 – Bandeira do Brasil



Fonte: Planalto (2023).

“*Ordem e Progresso*” o lema da bandeira brasileira é inspirado em ideias positivistas. Augusto Comte atribuiu o progresso ao desenvolvimento das ciências positivas e, conforme Chauí (2000, p. 59 e 60) destaca, “(...) o desenvolvimento social se faria por aumento do conhecimento científico e do controle científico da sociedade”.

Já o construtivismo, ou escola construtivista, que surgiu no século passado, considera a ciência, ao contrário dos positivistas, uma **construção social** de modelos explicativos para a realidade, ao invés de considerá-la como uma representação da própria realidade (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999).

Então, esse debate, representação *versus* construção da verdade, é um eixo importante que fundamenta diferentes bases do conhecimento científico. Um mesmo conhecimento pode ser válido do ponto de vista da ciência e, por uma ou outra abordagem, não chegar ao mesmo resultado. Ou seja, um fenômeno igual poderá resultar em conclusões diferentes a depender da “escola de pensamento” daquele determinado cientista ou pesquisador. Um positivista acredita na verdade como “livre de contexto”, pois independe de quem conduziu a pesquisa e das condições impostas pelo contexto. Os resultados, então, para eles, poderão ser generalizados, pois a verdade é universal até o momento em que for substituída por um conhecimento mais perfeito ou preciso.

Os pesquisadores positivistas acreditam em uma visão **pura** da verdade sobre o objeto, no alcance pleno da verdade a partir da eficácia dos métodos e dos procedimentos utilizados.

O positivista, então, interfere o mínimo possível na aquisição desse conhecimento verdadeiro, mantendo-se à parte em julgamentos subjetivos. É a conhecida “neutralidade” do pesquisador em relação ao seu objeto. Assim, a verdade sobre o objeto irá emergir como resultado da aplicação adequada, e em conformidade com o método científico – de que falaremos melhor à frente. Quando finalizada a investigação, ela pode ser descrita como uma cópia dessa realidade. Enquanto ciência, o positivismo procura propor modelos que possam representar a realidade com precisão e fidedignidade, em uma espécie de fotografia perfeita sobre o mundo.

Por outro lado, o construtivista afirma que não existe uma realidade independente do seu olhar, ou seja, uma realidade em si. Assim, o pesquisador crê que o resultado da investigação contribui para uma interação constante entre ele e o objeto estudado. Nisso, o sujeito constrói o seu conhecimento por intermédio do seu olhar, ou seja, um olhar subjetivo, enquanto pesquisador. Nesse paradigma, o resultado da pesquisa é uma construção do pesquisador frente ao objeto investigado, assim, “(...) o objeto científico é um modelo construído e não uma representação do real, uma aproximação sobre o modo de funcionamento da realidade, mas não o conhecimento absoluto dela” (CHAUÍ, 2000, p. 325). Obviamente, esses pesquisadores baseiam-se em critérios cientificamente aceitos por uma comunidade de especialistas. Aí você deve estar se perguntando...

Quais são esses critérios cientificamente aceitos?

Segundo Chauí (2000, p. 321), são três:

1. Que haja coerência (isto é, que não haja contradições) entre os princípios que orientam a teoria;

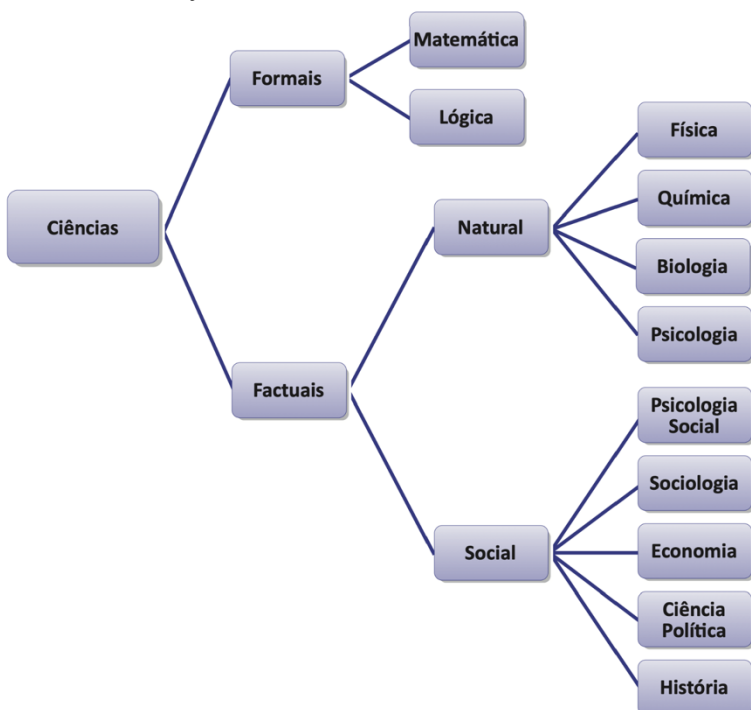
2. Que os modelos dos objetos (ou estruturas dos fenômenos) sejam construídos com base na observação e na experimentação;
3. Que os resultados obtidos possam não só alterar os modelos construídos, mas também alterar os próprios princípios da teoria, corrigindo-a.

Assim, o conhecimento é o estado (ou processo) provisório do estabelecimento da verdade.

Classificação das Ciências

De acordo com Bunge (1976), as ciências podem ser classificadas em formais, tais como a lógica e a matemática; e em factuais, subdivididas em ciências naturais e sociais. Vejamos:

Figura 2.4 – Classificação das ciências



Fonte: adaptado de Lakatos e Marconi (2011), a partir de Bunge (1976)

As ciências formais lidam com objetos abstratos, concebidos de forma independente da realidade, e utilizam um conjunto de procedimentos metodológicos dedutivos (a *priori*), baseados na lógica formal (silogismos, por exemplo) e na lógica matemática (dedução de axiomas). Sua proposta é definir regras gerais, sem a finalidade última de explicar ou propor soluções para fenômenos de natureza empírica.

Já as ciências factuais lidam com fenômenos de natureza empírica, de acordo com os seus campos. As ciências naturais tratam de objetos e fenômenos naturais, com o objetivo de estabelecer leis gerais, teorias e explicações. As ciências sociais estudam os indivíduos e grupos sociais, seus comportamentos individuais ou coletivos, como ambientes corporativos, sociedades ou economia de empresas e de países. Bhattacharjee (2012, p. 1) identifica que “as ciências sociais podem ser classificadas em disciplinas como a psicologia (a ciência do comportamento humano), a sociologia (a ciência dos grupos sociais) e a economia (a ciência das empresas, dos mercados e das economias)”.

Além da sua classificação tipológica, as ciências também podem ser classificadas quanto a sua finalidade. As **ciências básicas**, também chamadas de “puras” ou “duras” estudam os fenômenos empíricos básicos, os seus princípios e as suas relações. Essas ciências procuram identificar e explicar as regularidades entre fenômenos, expressas em teorias, leis e modelos. Exemplos assim podem ser encontrados nos estudos da física (primeira lei da termodinâmica), na química (teoria dos orbitais moleculares) e na biologia (leis da hereditariedade de Mendel).

Por sua vez, as **ciências aplicadas**, também conhecidas como “ciências práticas”, são aquelas em que o conhecimento científico, previamente consolidado e sintetizado por meio das ciências básicas, é aplicado a determinadas áreas, com o objetivo de ampliar o **conhecimento empírico** de certos fenômenos. A engenharia, por exemplo, utiliza conhecimentos da física e da matemática para propor mecanismos e soluções práticas (uma bomba d’água para irrigação de culturas agrícolas); a medicina, apoia-se

nos conhecimentos da química e da biologia (compreender os benefícios do uso de determinadas proteínas para o metabolismo humano) etc.

Ainda, as **ciências sociais aplicadas** – das quais a Administração, enquanto ciência, faz parte – trabalham com a compreensão dos fenômenos sociais, tais como as organizações públicas e privadas, a cultura organizacional, as técnicas de liderança organizacional etc. Seus estudos “bebem” de áreas como a sociologia, a psicologia, a economia, a ciência política, a história, entre outras.

Mas, do que se trata o conhecimento empírico?

O conhecimento empírico é constituído por meio da experiência e da observação da realidade empírica. Em outras palavras, resulta das observações e das experiências das pessoas. Parte, portanto, de um conhecimento popular, que tem origem nas observações do cotidiano e que, pela utilização de métodos científicos para seu estudo, se converte em conhecimento científico.

Passaremos agora a compreender metodologia e método científico.

Metodologia e Método

Existe diferença entre metodologia e método?

Sim. Enquanto a metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa, o método se traduz pelo caminho em si.

A metodologia, portanto, não deve ser confundida como conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas) utilizados. Dessa forma, ela vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

São dos mais variados tipos os caminhos e escolhas metodológicas possíveis para a realização de uma investigação científica; e todos esses caminhos e escolhas possuem um conjunto robusto de procedimentos, dentre os quais as abordagens metodológicas (qualitativa, quantitativa ou mistas – quali-quantitativas) e as estratégias de pesquisa (estudo de caso, etnografia etc.), que serão tratados no Capítulo III. Como se enfatizava, cada caminho e cada escolha metodológica realizadas pelo pesquisador pressupõem um conjunto de etapas a serem cumpridas – o método científico.

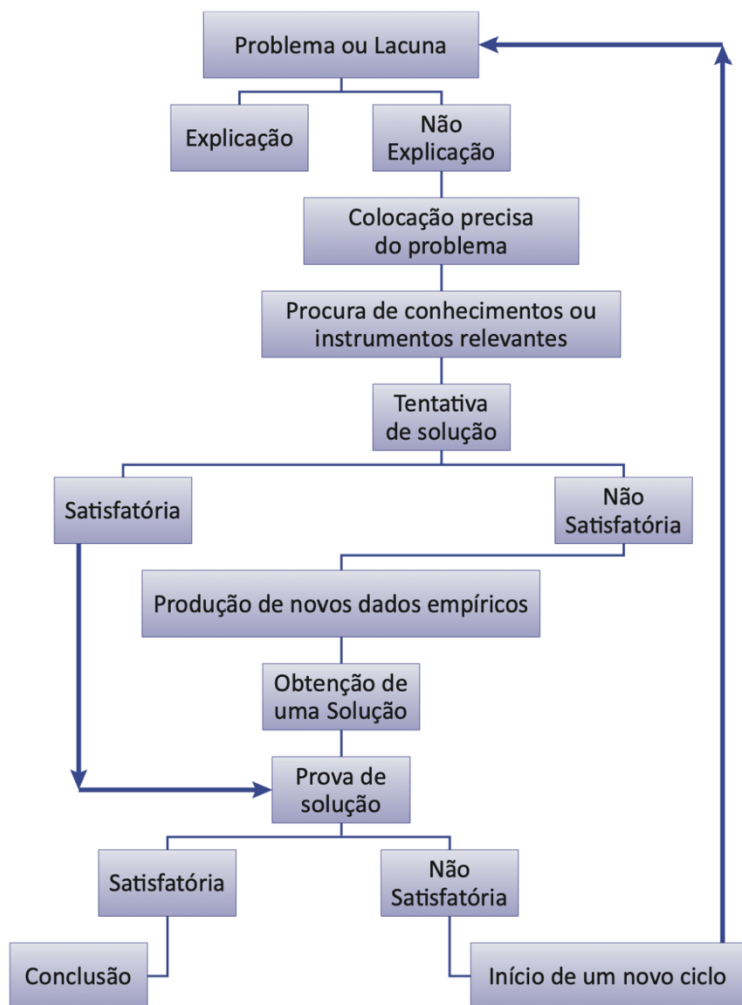
Bunge (1976, citado por Marconi e Lakatos, 2010, p. 66) define uma sequência:

- a. Descobrimento do problema, ou lacuna, num conjunto de conhecimentos;
- b. Colocação precisa do problema, ou ainda a recolocação de um velho problema, à luz de novos conhecimentos;
- c. Procura de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema (por exemplo, dados empíricos, teorias, aparelhos de medição, técnicas de cálculo ou de medição). Ou seja, exame do conhecido para tentar resolver o problema;
- d. Tentativa de solução do problema com auxílio dos meios identificados;
- e. Invenção de novas ideias (hipóteses, teorias ou técnicas) ou produção de novos dados empíricos que prometam resolver o problema;
- f. Obtenção de uma solução (exata ou aproximada) do problema com auxílio do instrumental conceitual ou empírico disponível;
- g. Investigação das consequências da solução obtida;
- h. Prova (comprovação) da solução: confronto da solução com a totalidade das teorias e da informação empírica pertinente. Se o resultado é satisfatório, a pesquisa é dada como concluída, até novo aviso. Do contrário, passa-se para a etapa seguinte;

- i. Correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução incorreta. Esse é, naturalmente, o começo de um novo ciclo de investigação.

A sequência proposta por Bunge pode ser esquematizada conforme Marconi e Lakatos (2010):

Figura 2.5 – Etapas do método científico



Fonte: adaptado de Lakatos e Marconi (2010, p. 85).

Mas aí você deve estar se perguntando...

O que faz esse método científico ser “válido”?

Esse método científico precisa satisfazer a quatro condições (BHATTACHERJEE, 2012):

- **Replicabilidade:** deve ser possível a sua replicação, independentemente do cientista ou do contexto de sua aplicação. O método deve ser capaz de gerar resultados semelhantes, e até mesmo idênticos;
- **Precisão:** os conceitos teóricos devem ser precisos; ou seja, definidos com tal precisão que outros pesquisadores possam ser capazes de medi-los, assim como testar a sua teoria.
- **Falseabilidade:** deve ser passível de ser refutável (rejeitado, negado, recusado). Aquelas teorias que não podem ser testadas ou refutadas não podem ser consideradas cientificamente válidas (lembra do conhecimento filosófico, religioso ou mesmo, popular?). Assim, o conhecimento científico será sempre algo transitório (até que seja falseado e outro o substitua) e em permanente construção.
- **Parcimônia:** tal atributo envolve o entendimento de que uma teoria que tente explicar qualquer fenômeno deve privilegiar a simplicidade lógica e a economia de premissas. A parcimônia impede os cientistas de perseguirem teorias excessivamente complexas ou um número infinito de conceitos e relações (BHATTACHERJEE, 2012).

O **princípio da Parcimônia** também conhecido como “navalha de Ockham” foi cunhado pelo inglês Guilherme de Ockham no século XIV. A mais conhecida formulação do princípio de Ockham foi dada pelo filósofo Johannes Clauberg na obra *Logica vetus et nova* (Velha e Nova Lógica); ele escreveu, em 1654: “*Entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem* [ou: *sine necessitate*]” (entidades não devem ser multiplicadas além do necessário).

A Pesquisa Científica em Administração

Você viu até aqui o que constitui a pesquisa científica e o método científico de forma geral, mas...

O que caracteriza a pesquisa científica em Administração? O que faz com que a Administração seja constituída como um campo de investigação particular, diferente de outros domínios do conhecimento?

Você já percebeu quão **transdisciplinar** a Administração é? Gestores e pesquisadores em administração investigam fenômenos organizacionais a partir de um corpo de conhecimento desenvolvido por outras áreas do saber, tais como a sociologia, a psicologia, a engenharia etc.

Porém, não é pelo seu caráter generalista e pelo fato de a Administração dialogar com múltiplas e diferentes áreas que ela pode ser considerada como uma mera “soma de partes” de outros conhecimentos. Sua singularidade é exatamente por constituir um conhecimento novo, ou seja, um novo olhar sobre os fenômenos a partir da intersecção das diferentes perspectivas teóricas que quando analisadas de forma isolada não se tornam evidentes. Essa especificidade teórica da Administração é atribuída pelo termo **epistemologia**, que significa conhecimento, ou seja, a **epistemologia da Ciência da Administração**.

A epistemologia, conforme Martins (2000), é o estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas, e que visa determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance de seus objetivos. É uma reflexão sobre a ciência para a construção da ciência. É a verificação dos métodos e objetos de cada uma das ciências e da ciência em geral. O termo epistemologia tem origem nas palavras *épistémê* (ἐπιστήμη) que significa ciência e *logos* (λόγος) que significa estudo; ou seja, o estudo do conhecimento/ciência.

Esse tipo de conhecimento (o da Administração), além de desenvolver novas ideias, tem a capacidade de relacioná-las de forma particular com a prática. É o que se pode chamar de um **círculo virtuoso entre**

a teoria e a prática, em que a pesquisa sobre a prática administrativa alimenta a teoria da qual é derivada e – acredite – não é toda ciência que possui essa capacidade. Portanto, a Ciência da Administração promove uma rica dinâmica dialógica entre a teoria e a prática, que é a base do conhecimento administrativo.

Em linhas gerais, a **Epistemologia da Ciência da Administração**, em uma visão muito limitante e nada completa, estuda e sistematiza ferramentas e estratégias utilizadas para gerenciar organizações, recursos ou pessoas. Compreende o planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos, de forma eficiente e eficaz, para alcançar objetivos e metas definidas.

Veja que na sua própria gênese conceitual a Ciência Administrativa relaciona-se tanto com a teoria, quanto com a prática.

Resumo do Capítulo

Neste capítulo você pôde compreender o que é conhecimento e o que é ciência. Para responder o que é ciência, você viu que são necessárias duas condições para que o conhecimento possa ser considerado científico:

- Contribuir para o desenvolvimento sistemático e organizado de um corpo de conhecimento, denominado “conhecimento científico”; e
- Estar em conformidade com as premissas do método científico.

Você percebeu também que a ciência (conhecimento científico) é um tipo de conhecimento diferente dos demais existentes (popular, religioso e filosófico), sendo que cada um possui um conjunto de condições e características. Com isso você pôde comparar as especificidades desses diversos tipos de conhecimento.

Ainda estudamos que existem diferentes escolas do pensamento científico que propõem abordagens até contraditórias a respeito do objeto da ciência e dos métodos e procedimentos cabíveis e aceitáveis pela comunidade científica.

Vimos também que as ciências podem ser classificadas quanto aos seus objetos de, como formais e factuais e, quanto aos seus fins, como básicas e aplicadas.

Você pôde perceber também a diferença entre metodologia e método, com destaque para este último, que consiste em um conjunto de etapas a serem cumpridas pelo pesquisador a fim de satisfazer critérios de replicabilidade, precisão, falseabilidade e parcimônia para, só assim, ser considerado científico.

Por fim, você conheceu o que caracteriza a Epistemologia da Ciência da Administração como sendo um conjunto de conhecimentos multidisciplinares que se constitui como um círculo virtuoso entre teoria e prática. A Ciência da Administração, como vimos, estuda e sistematiza ferramentas e estratégias utilizadas para gerenciar organizações, recursos ou pessoas.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1999.

BHATTACHERJEE, A. **Social Science Research: Principles, Methods, and Practices**. USF Tampa Bay. Open Access Textbooks Collection. Livro 3, 2012. Disponível em: http://scholar-commons.usf.edu/oa_textbooks/3. Acesso em: 19 jan. 2023.

BIROCHI, R. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2015.

BUNGE, M. **La ciencia, su método y su filosofía**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 1973.

BUNGE, M. **La investigación científica: su estrategia y su filosofía**. 5. ed. Barcelona: Ariel, 1976.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heineman, 1979.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CHIBENI, S. S. **O texto acadêmico**. Unicamp: Campinas: 2014. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/textoacademico.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. Editora Atlas, 2010.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2000.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education, 2009.

CAPÍTULO III - TIPOS E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

Assista ao resumo deste capítulo no canal do autor.



Objetivos de Aprendizagem:

- Compreender os diferentes tipos de pesquisa;
- Diferenciar as principais abordagens de pesquisa científica;
- Identificar as estratégias de pesquisa mais adequadas e coerentes com o problema de pesquisa; e
- Definir e adotar um conjunto de procedimentos metodológicos para realizar pesquisas.

Introdução

Neste capítulo você irá conhecer as características que distinguem os tipos de pesquisa científica: a exploratória, a descritiva e a explicativa. Os tipos e estratégias de pesquisa são importantes escolhas e decisões metodológicas do pesquisador no sentido de nortear a forma com que irá abordar o seu problema de pesquisa e como irá coletar e interpretar os dados empíricos colhidos.

Logo após, você irá identificar os procedimentos metodológicos denominados como abordagens ou enfoques de pesquisa, que são o quantitativo, qualitativo e o misto, que é uma mistura dos dois primeiros, conhecidos como quali-quantitativo.

Por fim, você entenderá as diferentes estratégias de pesquisa que alguns autores denominam como métodos de pesquisa ou métodos

de coleta de dados. Será dado destaque para os mais comuns quando tratamos de investigações em ciências sociais aplicadas: o experimento, o *survey* (ou levantamento), a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia.

Vamos lá?

Tipos de Pesquisa

Antes de pensarmos nos tipos de pesquisa, vamos pensar...

O que é uma pesquisa científica?

Conforme Lehfeld (1991, citado por, Gerhardt e Silveira, 2009), trata-se de um resultado de um inquérito ou exame minucioso realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos. O mesmo autor refere-se à pesquisa como sendo a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade.

A depender da finalidade, as pesquisas científicas podem ser agrupadas em três diferentes tipos, quanto ao seu objetivo: pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas (BHATTACHERJEE, 2012).

Você deve imaginar que toda pesquisa científica parte de um problema e de uma pergunta de pesquisa; sendo assim, a forma com que se irá responder a essa pergunta – tendo em vista os seus objetivos – poderá resultar em respostas de tipo exploratória, descritiva ou explicativa (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009) – ou mesmo uma mixagem destas respostas, como abordagens exploratório-descritivas, descritivo-explicativas etc, sendo que a primeira a surgir será convencionada como a abordagem predominante.

Um dos autores de maior respeito pela comunidade científica, com produção voltada à metodologia de estudos e de pesquisa, Antônio Carlos Gil (2007), organiza as pesquisas em diferentes tipologias, separadas:

- quanto à abordagem do problema, como pesquisas qualitativas ou quantitativas;
- quanto a sua natureza, como pesquisa básica ou pesquisa aplicada;
- quanto aos seus objetivos, como pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa; e
- quanto aos seus procedimentos de coleta, como pesquisa experimental, bibliográfica, *survey*, estudo de caso etc.

Essas classificações indistintamente são tratadas como “tipos de pesquisa” por Gil (2007). Neste capítulo, vamos além dos simples tipos de pesquisa por ele tratados. Aqui consideraremos como tipos de pesquisa a exploratória, a descritiva e a explicativa. Também serão estudadas as investigações qualitativas, quantitativas e de enfoque misto como procedimentos metodológicos, as quais não são meras classificações de acordo com a forma de abordar o problema, mas implicam na definição da forma de coletar e interpretar dados empíricos. Por fim, apresentaremos o que chamamos de “estratégias de pesquisa”, um conjunto extenso de técnicas para coleta e análise de dados. Essas estratégias representam “um plano geral a respeito de como o pesquisador irá responder à sua pergunta de pesquisa” (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009, p. 600).

Pesquisa Exploratória

Quando pensamos em “explorar” um lugar, normalmente queremos conhecer suas minúcias, descobrir e percorrer o local para conhecê-lo. Assim, uma pesquisa exploratória também possui essa finalidade: fazer com que o pesquisador se familiarize com o seu problema de pesquisa. Para Cooper e Schindler (2003), essas pesquisas servem para:

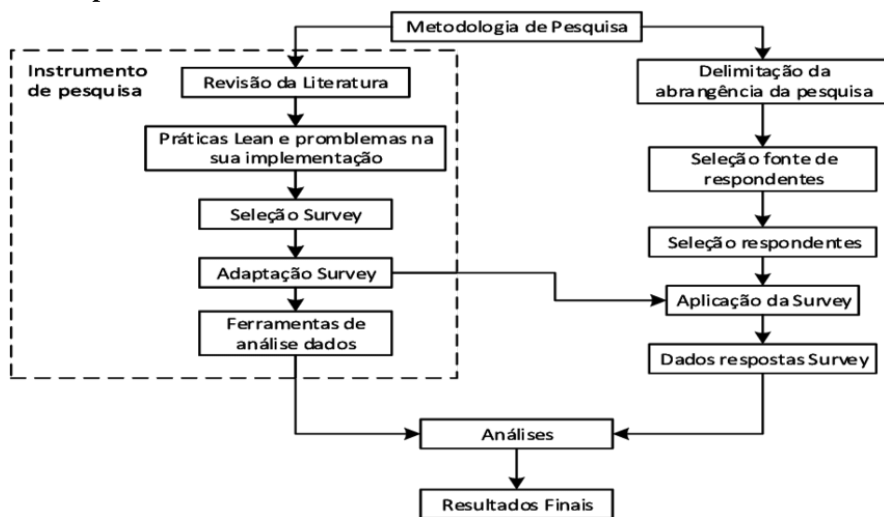
- aumentar o entendimento do problema;
- refinar a questão de pesquisa; e
- identificar informações que possam ser reunidas para formular as questões investigativas. Ou seja, para formular e/ou refinar a problemática e a pergunta de partida.

Assim, as pesquisas exploratórias são importantes no sentido de auxiliar na formação do esquema geral da pesquisa (denominado figura-síntese da pesquisa, e contempla suas principais etapas e passos), assim como para refinar os instrumentos de coleta de dados.

Mas, no que consiste um problema de pesquisa?

Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 143), um **problema de pesquisa** ou **questão** é “um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução ou é uma pesquisa ou se dá por meio de processos científicos”. Então, o problema de pesquisa é expresso por uma pergunta de partida.

Figura 3.1 – Exemplo de Esquema de Pesquisa na área de Metodologias Enxutas em Empresas do RS



Fonte: Piran e outros (2016).

Conforme já mencionado, o esquema da pesquisa auxilia o pesquisador a conseguir uma abordagem mais objetiva, imprimindo uma ordem lógica ao trabalho de pesquisa. Para que essas fases se processem dentro da normalidade, tudo deve ser bem estudado e planejado (MAR-

CONI; LAKATOS, 2010). Ademais, o esquema ajuda a organizar o uso do tempo e dos recursos (materiais e humanos), por meio de sua representação gráfica do processo e das etapas de pesquisa.

Desenvolver pesquisas exploratórias é útil muitas vezes para analisar se a estratégia de pesquisa adotada é apropriada e perceber abordagens potenciais. Em outras palavras, as pesquisas exploratórias permitem que se conheça mais sobre algo que ainda foi pouco sumarizado ou sintetizado e verifica a viabilidade do que é proposto na pesquisa em questão de tempo, esforços e recursos, bem como da aplicação adequada e equilibrada de recursos. E, não menos importante, pesquisas exploratórias também permitem gerar ideias iniciais – *insights* – sobre o fenômeno e as percepções acerca dos testes de viabilidade para a realização de abordagens mais abrangentes.

O que são estratégias de pesquisa?

São conjuntos de procedimentos metodológicos que ajudam o pesquisador a responder adequadamente a sua pergunta de partida. É um plano para realizar a coleta de dados empíricos com o intuito de chegar à resposta da pesquisa.

As pesquisas exploratórias, ao serem comparadas com os outros dois tipos (descritivas e explicativas), são as que apresentam menor rigidez no planejamento, tendo em vista que utilizam procedimentos mais flexíveis de coleta e interpretação de dados. Isso se deve justamente pelo fato de o pesquisador estar em busca de formar uma visão preliminar a respeito do seu objeto de estudo (BHATTACHERJEE, 2012; GIL, 1989).

Pesquisa Descritiva

Conforme Gil (1989, p. 42), as pesquisas descritivas objetivam a “(...) descrição das características de determinada **população** ou fenômeno.

Em pesquisa científica, o que é população?

Entende-se por população o conjunto definido e delimitado por elementos ou indivíduos com características semelhantes.

A depender do paradigma de pesquisa escolhido, você poderá descrever o comportamento de determinadas relações ou variáveis entre os fenômenos (paradigma positivista ou pós-positivista); ou, pelo contrário, simplesmente descrever o entrelaçamento dos fenômenos, suas relações e interações, visando aprofundar a sua compreensão sobre a realidade estudada (paradigma construtivista ou interpretativista). Você poderá utilizar técnicas padronizadas ou não padronizadas para coleta e interpretação dos dados. Esse tipo de pesquisa pode ser utilizado tanto numa abordagem qualitativa, quanto quantitativa.

Assim, cabe às pesquisas descritivas relatar de forma precisa as características de indivíduos, eventos ou situações.

A pesquisa descritiva também pode ser utilizada como complemento de pesquisas exploratórias (pesquisa exploratório-descritiva), que já delinearam preliminarmente um primeiro olhar sobre a realidade estudada, cabendo à pesquisa descritiva o aprofundamento exato e preciso do fenômeno, tal como a descrição de variáveis: idade, nível de escolaridade, renda etc. (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009).

E, além disso, as pesquisas descritivas podem também ser complemento de pesquisas explicativas (sobre as quais trataremos a seguir), a fim de explicar relações existentes entre causas e efeitos e, adicionalmente, descrever de forma pormenorizada como se dão essas relações (pesquisa explicativo-descritiva).

Pesquisa Explicativa

Uma investigação desse tipo busca encontrar explicações para fenômenos e comportamentos observados. Enquanto a pesquisa descritiva pretende responder a questões como “o quê”, “onde” e “quando”, a pesquisa explicativa busca respostas para “por quê” e “como” um fenômeno ocorre (BHATTACHERJEE, 2012).

Nesse sentido, a pesquisa explicativa visa encontrar as causas para a ocorrência dos fenômenos, ou seja, as **conexões entre as causas e os efeitos observados**, explicando o objeto pesquisado.

Segundo Bhattacharjee (2012), o principal objetivo de uma investigação exploratória reside na identificação precisa dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Cabe destacar que, pela profunda influência positivista na ciência em geral que visa aprender a totalidade da realidade estudada e, consequentemente, explicá-la por meio de leis, teorias e modelos (como já visto), a pesquisa explicativa adota ao longo dos anos, inclusive nas ciências sociais aplicadas, o uso de procedimentos quantitativos para coletar e analisar dados. Certamente cabe a você, pesquisador, refletir se esse tipo de pesquisa é adequado aos seus objetivos, lembrando que as ciências da administração lidam, em geral, com fenômenos humanos ou intrínsecos a eles, muito difíceis de serem explicados e mensurados devido a sua natureza subjetiva e complexa, própria das relações sociais e humanas (GIL, 2007).

Naturezas da Pesquisa

Pesquisa Básica

A pesquisa básica aglutina estudos que têm por objetivo completar uma lacuna no conhecimento de determinada área (GIL, 2007). O mesmo autor as classifica em básicas puras e básicas estratégicas. As básicas puras têm como objetivo a ampliação do conhecimento científico de determinada área do conhecimento; já as básicas estratégicas dizem respeito àquelas em que há aquisição “de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos”. Veja: pesquisas sobre vacinas, no geral com a utilização de vírus inativados (mortos), vetores virais ou mesmo o uso de RNA mensageiro sintético são exemplos de pesquisas básicas puras. A partir do momento em que são usadas, por exemplo, na proposta de definição de uma vacina para a COVID-19, se transformam em básicas estratégicas.

Pesquisa Aplicada

Gil (2007) define a pesquisa aplicada como aquela que “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem”. Lembra do nosso exemplo anterior? Então, a partir do momento em que as pesquisas feitas para definir a vacina de COVID-19 se transformam em uma possibilidade real (experimento real) de resolver um problema prático (a mitigação do vírus), se tornam aplicadas.

As pesquisas nas áreas sociais aplicadas, pelo seu caráter nitidamente social, especificamente na área da Administração, normalmente estão ligadas à natureza de pesquisa aplicada.

Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa

A partir do momento em que se decide o tipo de abordagem do problema para atingir os objetivos e a natureza da pesquisa, o pesquisador define algumas escolhas metodológicas. Encontramos, então, dois conjuntos robustos de procedimentos metodológicos e um terceiro, que é um “mix” dos dois primeiros:

- Pesquisa Quantitativa;
- Pesquisa Qualitativa; e
- Pesquisa Quali-Quanti ou Mista.

A definição de utilizar uma ou outra, ou mesmo as duas em conjunto, depende da orientação metodológica do seu trabalho. Alguns pesquisadores que primam pela abordagem quantitativa poderão justificar a sua escolha por razões de **custo** e **rapidez**, assim como pela possibilidade de **comparar** e **generalizar** certos fenômenos estudados. Já outros pesquisadores qualitativos podem afirmar que o método fornece uma **compreensão profunda** de certos fenômenos sociais, justificando a sua abordagem. Ainda, podem argumentar que há grande relevância do aspecto **subjetivo** para a compreensão das estruturas sociais e organizacionais, assim como “(...) pela incapacidade da estatística em dar conta dos

fenômenos complexos e dos **fenômenos únicos**” (HAGUETTE, 1995, p. 63). A crítica feita por Haguette se dá pela incapacidade da estatística de perceber a complexidade e as teias sociais existentes e necessitar de “quantidade” para tentar explicar alguma “qualidade” nos dados.

Vê-se, portanto, que não existe um procedimento metodológico melhor ou pior, superior ou inferior, mas o mais adequado com os objetivos e fenômenos pesquisados e coerentes entre si.

Pesquisa Quantitativa

A pesquisa quantitativa envolve, segundo Richardson (2007) as ações de coletar e analisar dados numéricos e aplicar testes estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. No âmbito das ciências sociais, a pesquisa quantitativa se dá na investigação sistemática e empírica dos fenômenos sociais com a utilização de técnicas estatísticas, matemáticas ou computacionais. O objetivo é desenvolver e empregar modelos matemáticos, teorias e/ou hipóteses relacionadas aos fenômenos estudados.

A mensuração (medição) é um processo fundamental na pesquisa quantitativa, já que permite que se estabeleça a conexão entre a observação empírica e a expressão matemática das relações quantitativas. Esse é um dos procedimentos mais utilizados nas áreas de ciências sociais e sociais aplicadas. Entre outras, podemos citar:

- na administração financeira (estudo de padrões de comportamento no preço de ações);
- na psicologia (testes escritos ou com desenhos, como o teste de Rorschach e de Jung para descrever comportamentos e personalidade);
- na economia (variações na oferta e demanda de bens e serviços, visando explicar tendências futuras para a inflação ou para a recessão econômica);
- na sociologia (estudo de classes sociais agrupadas por critérios socioeconômicos, visando explicar determinados comportamentos);

A abordagem quantitativa também é utilizada em pesquisas de opinião, para avaliar o nível de audiência nos meios de comunicação, intenções de votos em pleitos eleitorais, como, por exemplo, através das empresas IBOPE, DATAFOLHA etc. Nesses tipos de pesquisas que utilizam a estratégia *survey* (levantamento) para a coleta de dados (que será discutida à frente), os entrevistados são convidados a responder um conjunto de **questões estruturadas** (já definidas) e as suas respostas são tabuladas e, posteriormente, inseridas em softwares estatísticos específicos como o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), STATA (*Statistical Software for Data Science*) ou mesmo em R (*The R Project for Statistical Computing*), também conhecidos como “pacotes estatísticos” e, por fim, os dados são analisados.

Alguns exemplos de pesquisas quantitativas:

- Uma pesquisa cuja conclusão aponta que, em média, os pacientes têm de aguardar duas horas na sala de espera de um consultório médico antes de serem chamados;
- Uma pesquisa no contexto empresarial ou público que, utilizando questionários e dados estatísticos tabulados e analisados a partir de correlações, comparações e regressões múltiplas, aponta que o planejamento estratégico produz efeitos positivos na *performance* (resultado) das empresas ou dos órgãos públicos;
- A pesquisa em administração pública ao estudar os processos de tomada de decisão que utiliza, por vezes, estratégias para simular a realidade – as quais se assemelham a **experimentos** –; são pesquisas que estabelecem relações de causa e efeito entre fenômenos em ambientes de testes controlados (descritos mais à frente). Por exemplo, em uma estratégia de simulação denominada *gaming* (jogo), os participantes procuram chegar a uma decisão comum sobre a maneira como certos recursos financeiros devem ser destinados entre diferentes políticas. Resumidamente, a estratégia de simulação procura revelar a importância de motivações ou ações no processo de tomada de decisão. “Os resultados poderão ser utilizados para testar, comparar e implementar certos modelos de tomada de decisão

racional na gestão pública” (THIEL, 2014, p. 64). A coleta de dados, além da observação sistemática, pode utilizar instrumentos padronizados de coleta (do tipo questionário), cujos resultados, no caso do exemplo, foram tratados e analisados estatisticamente;

- No estudo do mercado de ações, em finanças, onde são utilizados modelos complexos e algoritmos para verificar certas hipóteses de investimento, com a finalidade de encontrar padrões na variação de preços de ações, tendo em vista propor estratégias futuras de investimento com capacidade preditiva.

Pesquisa Qualitativa

Enquanto as pesquisas quantitativas visam mensurar a realidade estudada, as qualitativas se dedicam ao estudo de fenômenos em que “quantificar não é apropriado”; ou em que não seja conveniente reduzir o objeto de pesquisa a variáveis e padrões de medida, seja por sua natureza particular ou especificidade (peculiaridade de características, contextos etc.). Fenômenos como crenças, valores e atitudes, por exemplo, são providos de características particulares que exigem um espaço de análise mais profundo que não se reduz a mera quantificação ou ao estabelecimento de variáveis explicativas (MINAYO, 2002).

Segundo Denzin e Lincoln (1994), considerados referências na área, a pesquisa qualitativa pode ser descrita, apesar da multiplicidade de conceitos existentes, como “(...) uma atividade situada (intimamente ligada a um contexto), que insere o pesquisador na realidade” (DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 3) em estudo. Assim, o pesquisador faz parte do contexto da pesquisa e utiliza um conjunto de procedimentos metodológicos específicos com a finalidade de “tornar o mundo visível” (DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 3). Nessa abordagem, a participação do pesquisador é ativa em um processo de desvelamento e construção da realidade por meio de instrumentos ou técnicas de coletas de dados (que serão abordados no Capítulo V), tais como as anotações em diários de campo, fotografias, **entrevistas** (falaremos sobre elas também no Capítulo V) etc. Nessa interação com a realidade, o investigador realiza

um processo contínuo de **interpretação e transformação**, que são a base da pesquisa qualitativa.

Godoy (1995), nesta mesma perspectiva identifica que na pesquisa qualitativa os fenômenos devem ser compreendidos no contexto em que ocorrem e as análises devem privilegiar o que chamou de uma “perspectiva integrada” entre o objeto estudado e o pesquisador. Este, investigador “capta” o fenômeno considerando todos os vários pontos de vista relevantes; assim vários tipos de dados devem ser coletados e analisados “(...) para que se entenda a dinâmica do fenômeno” (GODOY, 1995, p. 21).

Alguns exemplos de pesquisas qualitativas:

- Um experimento na área de Marketing que pretende verificar a percepção de consumidores em relação ao binômio preço/qualidade de um determinado produto. Nesse experimento, espera-se que os consumidores associem o preço de um produto com o atributo qualidade (preço alto = maior qualidade; preço baixo = menor qualidade). Para confirmar a presença/ausência da associação entre essas variáveis (preço e qualidade), a pesquisa realiza testes para verificar se o experimento sofre do **efeito placebo**;
- Uma pesquisa que investiga o atendimento prestado por uma empresa de seguro-saúde a seus clientes, com o objetivo de conhecer o que é considerado “tratamento justo” para cada uma das partes. São utilizados procedimentos metodológicos qualitativos, dentre os quais a estratégia “análise do discurso”, que analisa os sentidos e significados de uma mensagem, na relação entre emissor, receptor e o meio pelo qual a mensagem é transmitida;
- Uma pesquisa que analisa os efeitos dos cheiros nas lojas de shopping centers como um agente para estimular a venda e o consumo. São utilizados procedimentos interpretativos para compreender como determinados cheiros são percebidos por consumidores durante a sua passagem pelas lojas;

- Uma pesquisa que analisa a qualidade de serviços bancários sob a ótica do cliente. Ou seja, como será que o cliente percebe o valor do serviço que está sendo prestado? São realizadas entrevistas **semiestruturadas** (algumas questões já definidas e outras construídas no decorrer da entrevista), tendo em vista identificar e compreender os principais fatores que constituem o “valor percebido” dos serviços pelos clientes.

Efeito placebo, o que é isso?

É um termo originário da área médica e farmacológica e, basicamente, consiste na capacidade de produtos inertes produzirem efeitos por meio do seu uso ou consumo. Em outras palavras, em função da ativação de suas expectativas de resposta, os consumidores experimentam um desempenho que não está diretamente relacionado aos elementos presentes na composição do produto. Esse efeito começou a ser incorporado no escopo de Marketing em 2005, quando estudos mostraram a capacidade do preço gerar modificações sobre o desempenho de um produto. Assim, a ideia do efeito placebo desencadeado pelo preço dos produtos está ancorada no fato de as crenças globais, que associam preço baixo a produtos de má qualidade, anteciparem as expectativas do consumidor acerca da resposta do produto e, por isso, alterarem seu desempenho (LAZZARI; SLONGO, 2015).

Pesquisa Mista ou Quali-Quantitativa

A pesquisa mista ou “quali-quantitativa” tenta combinar os procedimentos metodológicos anteriores para a coleta e interpretação de dados. Por exemplo, uma pesquisa sobre o desempenho acadêmico de estudantes de escolas públicas poderá, em um primeiro momento, colher e interpretar dados a partir do site do INEP/MEC e logo após realizar entrevistas semiestruturadas com alguns estudantes para compreender em profundidade e com riqueza de detalhes determinadas informações que não foram suficientemente esclarecedoras com base nos resultados numéricos colhidos, como: entender a rotina de estudos, conhecer a

influência do papel da família nos estudos e a necessidade ou não de os estudantes trabalharem para complementação de renda etc.

Estratégias de Pesquisa

“Estratégias de Pesquisa” são alguns procedimentos metodológicos que auxiliam o pesquisador a responder sua pergunta central de pesquisa. As estratégias de pesquisa podem ser realizadas indistintamente em relação aos tipos de pesquisa (seja exploratória, descritiva ou explicativa) e, obviamente, algumas delas funcionam melhor do que outras para atender a cada problema de pesquisa. Portanto, você precisa fazer uma avaliação criteriosa sobre qual ou quais estratégias utilizar. Um exemplo comum é utilizar o *survey* (ou levantamento) em pesquisas cujo problema está centrado na identificação de relações causais (de causa e efeito) entre variáveis.

Ainda, existem autores que denominam as mesmas estratégias de “métodos de coleta ou de pesquisa”. Os livros voltados à metodologia da pesquisa descrevem exaustivamente estratégias de pesquisa (ou métodos), avaliando suas características e analisando casos aplicados que se adequam bem à problemática pesquisada. Silvia Vergara (2005) reúne uma ampla descrição a respeito de estratégias que podem ser utilizadas na área da Administração, classificando-as como métodos de pesquisa.

Outros autores, como Gil (2007), utilizam a ideia de “delineamento” da pesquisa para se referir ao que chamamos aqui de estratégias de pesquisa. O termo delineamento vem de uma tradução da palavra “*design*” utilizada normalmente em pesquisas fora do Brasil para designar as estratégias de investigação. Assim, como cita Bhattacharjee (2012), o design da pesquisa, ou o seu delineamento, nada mais é do que o **plano** do pesquisador para realizar a coleta de dados empíricos, com o objetivo de responder adequadamente à sua pergunta de partida.

No entanto, um **plano** não é especificamente o **instrumento** ou **técnica**, de que trataremos mais à frente no Capítulo V. Um plano é um conjunto de ações e etapas que envolvem decisões e escolhas metodológicas. O **instrumento**, porém, é uma ferramenta, um meio para se obter informações necessárias à consecução da pesquisa; e as **técnicas** são os modelos de análise e interpretação de dados a serem utilizados para

transformar a informação em conhecimento. Então os instrumentos de coleta de dados, tais como a observação ou as entrevistas, fazem parte da estratégia de pesquisa, do seu plano, mas não o totalizam, já que ele é algo mais abrangente e anterior ao instrumento de coleta de dados.

Antes de tratarmos diretamente sobre as estratégias mais comuns, é importante não se levar por uma ideia de superioridade ou inferioridade de uma estratégia sobre a outra. E é importante que você seja “mente aberta” ao considerar a existência de tais estratégias e definir as mais adequadas ou inadequadas aos objetivos da sua pesquisa, avaliando limites e possibilidades antes de tomar decisões.

A Pesquisa Experimental

O experimento ou pesquisa experimental é uma das estratégias de pesquisa mais rigorosas segundo Bhattacharjee (2012), pois tem o poder explicativo e preditivo, decorrente da identificação pelo pesquisador de relações de causa e efeito nos fenômenos estudados, o que serve à generalização de resultados (aplicação em outros contextos de pesquisa).

O experimento é muito comum na área das ciências da natureza de base epistemológica positivista, mas também é utilizado em larga escala nas ciências sociais, sobretudo na psicologia e na sociologia, com a definição de grupos de pesquisa em que variáveis são modificadas e grupos de controle onde as variáveis são mantidas pelas suas características originais. Os indivíduos desses dois grupos devem possuir características semelhantes em função do objeto de estudo (que podem ser por exemplo: variáveis comportamentais, econômicas etc.). Por exemplo, uma pesquisa sobre os efeitos socioeconômicos (ascensão social, elevação do patrimônio financeiro, aumento no consumo etc.) gerados pelo acréscimo de renda de programas sociais, tais como o Bolsa Família, deve procurar constituir dois grupos de indivíduos com características socioeconômicas semelhantes (renda familiar, escolaridade, gênero, por exemplo). Em seguida, observam-se os efeitos socioeconômicos nos dois grupos, antes do recebimento do Bolsa Família e depois de um certo período de tempo recebendo o benefício.

De acordo com Gil (2007) e pesquisas da área de ciências sociais, os “experimentos se mostram adequados apenas a um reduzido número de situações” devido, principalmente, a considerações éticas e humanas; Saunders, Lewis e Thornhill (2009) também corroboram desta posição ao mencionarem que raramente o experimento é utilizado no âmbito da Administração.

Na estratégia do experimento, o pesquisador visa compreender como as alterações em uma **variável** independente (isto é, uma variável que não depende de outra variável) produzem mudanças em outra variável denominada variável dependente (isto é, cujo comportamento depende diretamente do comportamento de outra variável). Esses experimentos procuram verificar a existência de ligações entre variáveis e quão significativos são os seus resultados. Normalmente o ambiente experimental é controlado pelo pesquisador para que não haja influências externas que impossibilitem ou reduzam as condições de teste das variáveis.

No exemplo anterior, o do Bolsa Família, é importante destacar que a variável independente, que são os aportes de recursos por meio do programa, irá incidir somente sobre o grupo experimental ou grupo de pesquisa. O grupo de controle não irá receber o aporte de renda. Ao final, observam-se os dois grupos estudados com o objetivo de compreender a existência ou não de efeitos socioeconômicos sobre os mesmos (explicações de causa e efeito).

Afinal, o que é uma variável?

Conforme Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 603) uma variável é um “elemento individual ou atributo sobre o qual os dados foram coletados”, tais como, idade, renda, classe social, nível educacional etc.

O Experimento não é comum na Administração, mas, existe algum exemplo de sua aplicabilidade na área?

Sim. E por sinal, podemos trazer um exemplo que certamente você já teve contato nas aulas de Teoria Geral da Administração. A famosa Experiência de *Hawthorne*, que marca o início da Escola ou Teoria das

Relações Humanas. A experiência, realizada pelo Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos em uma fábrica da *Western Electric Company*, situada no bairro de *Hawthorne* na cidade de Chicago, foi coordenada por Elton Mayo, e sua finalidade era determinar a relação entre a intensidade da iluminação e a eficiência dos operários medida por meio da produção. Dividida em quatro etapas, a pesquisa conduziu experimentos relativos à produtividade e a condições físicas no meio de produção, aplicando novas propostas administrativas. Cada uma dessas etapas foi mostrando resultados surpreendentes, o que o levou a concluir que a produção depende da expectativa do grupo, dos benefícios cedidos pela empresa, dos intervalos de descanso e das refeições servidas. Tal experimento serviu como base para alguns teóricos defenderem os novos paradigmas administrativos propostos pela escola de Relações Humanas. Veja a aula completa sobre a Tória das Relações Humanas no canal do autor.

Veja aqui:



Ainda falando sobre o experimento do Bolsa Família, é importante ter cuidado ao se interpretar e analisar os dados, pois outros fatores exógenos (externos) ao experimento podem influenciar o resultado e induzir o pesquisador a erros ou a informações incompletas.

Exemplo disso poderia ocorrer se o grupo de controle que mencionamos tivesse recebido aporte de renda de outros programas sociais, tais como auxílio-doença, benefícios previdenciários, alimentares ou assistenciais, além do Bolsa Família.

Para Saunders, Lewis e Thornhill (2009), um experimento deve incluir:

- Definição de **hipóteses** (fenômenos esperados que serão testados);

- Seleção de **amostras** de indivíduos de uma determinada população (subconjunto da população com características semelhantes);
- Distribuição aleatória (não tendenciosa) de amostras a diferentes condições experimentais, assim como em relação ao grupo experimental e ao grupo de controle.
- Introdução de uma intervenção planejada para uma ou mais variáveis, como o objetivo de observar ou testar a variação nos resultados (efeitos);
- Mensuração em um pequeno número de variáveis dependentes;
- Controle de todas as outras variáveis (evitando resultados distorcidos).

A Pesquisa Operacional

A pesquisa operacional visa fornecer ferramentas quantitativas aos processos de tomada de decisão (ANDRADE, 2002). É frequentemente utilizada na área das Engenharias, especialmente na Engenharia e na Gestão de Produção.

Para Ackoff e Sasieni (1979), a pesquisa operacional “é a aplicação do método científico, por equipes multidisciplinares, a problemas que dizem respeito ao controle de sistemas organizados com a finalidade de obter soluções que melhor satisfaçam aos objetivos da organização”.

Na área de pesquisa operacional, várias técnicas são utilizadas, como programação linear, análise de decisão, simulação, PERT/COM, teoria das filas e *scheduling*.

Em linhas gerais, a programação linear trata de problemas de alocação de recursos escassos, como mão de obra, materiais, equipamentos e capital, buscando minimizar custos envolvidos ou maximizar retornos. As técnicas de análise de decisão definem probabilidades de ocorrência de eventos futuros em uma proposta de decisão racional baseada em árvores de decisão que minimiza perdas, maximiza ganhos, ou garante decisões mais acertadas ao considerar riscos inerentes aos processos decisórios.

As técnicas de simulação reproduzem o funcionamento de sistemas baseados em modelos que permitem testar hipóteses sobre o valor das variáveis controladas, permitindo uma abordagem experimental das operações, evitando o comprometimento de fatores de segurança se fossem processadas em ambiente real. PERT/CPM são técnicas denominadas *Program Evaluation and Review Technique* (PERT) e *Critical Path Method* (CPM) e foram criadas para o desenvolvimento e controle de projetos com utilização de grafos e conceitos de redes. O método CPM é usado para determinação do tempo de projetos e definição do máximo atraso de atividades para não comprometer o tempo total de projetos. Já o PERT é usado para definir a probabilidade do projeto ser concluído em um dado período. A técnica da teoria das filas trata de problemas relacionados a congestionamento de sistemas que esperam por atendimento e geram “filas de espera”. Por fim, a técnica de *scheduling*, que em tradução literal do inglês significa programação, envolve processos de programação de produção sobre alocação de recursos e sequenciamento de tarefas no tempo para que o plano de operações produtivas seja atendido e ocorra a melhor programação dos trabalhos que competem por recursos comuns.

Um exemplo simples da pesquisa operacional utilizando a técnica da teoria das filas é quando um paciente doente se encaminha a um hospital esperando obter o atendimento o mais rápido possível. A pesquisa operacional irá buscar explorar toda a capacidade do atendimento, além da melhor distribuição de pacientes entre cidades e até mesmo em redes de hospitais.

O Survey (ou levantamento)

O *survey*, cujo precursor foi o sociólogo Paul Lazarsfeld, surgiu como método formal na década de 30-40, no intuito de investigar os efeitos do rádio na formação de opinião pública nos Estados Unidos (BHATTACHERJEE, 2012). O *survey*, ou em uma tradução aproximada, “levantamento”, é uma estratégia de pesquisa que usa questionários (trataremos deles no Capítulo V) para coletar dados e informações de forma sistemática a respeito de pessoas, suas preferências e comportamentos. O

método é muito popular nas áreas de ciências sociais aplicadas, fazendo uso de procedimentos metodológicos oriundos de abordagens quantitativas.

Há no *survey* um forte apelo de aplicação por parte do pesquisador, por ser relativamente fácil de explicar e de compreender, além de seus resultados inspirarem muita confiança, pois se filiam, normalmente às epistemologias positivistas. Estas, por sua vez, visam descrever e explicar a realidade com muita autoridade e certeza, por meio de leis e modelos científicos. A estratégia normalmente é utilizada em combinação com tipos de pesquisas explicativas ou descritivas. Conforme explicitam Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 144), os *surveys* ou levantamentos “(...) são populares entre os pesquisadores, pois permitem a coleta de uma grande quantidade de dados a partir de uma população ampla, de forma altamente econômica”. Assim, são estratégias bastante apropriadas para pesquisas de larga escala, visando representar, por meio de uma amostra, as preferências ou comportamento de uma população de indivíduos. Com o advento das tecnologias da informação e comunicação, é possível fazer levantamentos de forma remota e virtual. Você mesmo já deve ter respondido a alguma pesquisa com levantamento de dados via formulário no *Google*, não?

Seja em jornais ou na TV, vemos exemplos de relatórios de pesquisas com a utilização da estratégia *survey*, como exemplo: indicadores de satisfação em relação a determinados serviços (de telefonia, por exemplo, que indicam o nível de satisfação dos clientes com relação ao serviço); indicadores de preferência eleitoral, que procuram relacionar as preferências dos cidadãos em relação a determinadas características dos candidatos etc.

A Pesquisa Documental e a Bibliográfica

A pesquisa documental, na sua coleta de dados, restringe-se ao uso de documentos, sejam eles escritos ou não (elementos iconográficos, por exemplo: sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes etc.). Esses documentos podem ter origem em fontes primárias ou em fontes secundárias. As fontes primárias envolvem documentos “(...) quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento sendo

estudado” (GODOY, 1995, p. 22); já as fontes secundárias envolvem aqueles “(...) coletados por pessoas ausentes na ocasião da sua ocorrência” (GODOY, 1995, p. 22).

Um documento pode ser considerado como qualquer registro passível de ser fonte de informação (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZ-NAJDER, 1999). Assim, temos: regulamentos, atas de reunião, relatórios, arquivos, pareceres, cartas, diários, jornais, revistas etc. Os documentos, então, auxiliam você a compreender uma situação passada ou reconstituir determinados contextos históricos, visando à descrição de hábitos ou comportamentos expressos nesses registros.

Uma vantagem essencial da pesquisa documental, segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), reside na possibilidade do estudo de fenômenos ou pessoas às quais não há acesso físico, seja porque não estão mais vivas (por uma distância temporal estudada em pesquisas históricas), seja pela distância espacial (estudada normalmente em pesquisas geográficas e também em ciências sociais aplicadas).

Mas, o que diferencia uma pesquisa documental de uma pesquisa bibliográfica?

Bem, a pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza dessas fontes: enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, a pesquisa bibliográfica remete a contribuições de diferentes autores sobre o tema e pressupõe a existência de algum tratamento científico (OLIVEIRA, 2007) que sintetizou, organizou e disponibilizou o material bibliográfico, compilando as suas contribuições com base em documentos ou mesmo em outras bibliografias.

Cabe destacar que há uma crítica visível ao uso de pesquisas bibliográficas em formato único em certas áreas do conhecimento; inclusive nas áreas de sociais aplicadas, particularmente na Administração. É importante que, ao optar por uma estratégia bibliográfica, o seu trabalho não seja apenas uma justaposição de citações de outras obras, mas sim uma análise com aprofundamento adequado do tema que você está

pesquisando. Em outras palavras, deve haver densidade argumentativa, evitando-se superficialidades conceituais.

Estudos de revisão sistêmica ou sistemática, metanálises, revisões integrativas ou revisões bibliométricas são bastante comuns no âmbito acadêmico e derivam de estratégias bibliográficas. As revisões sistêmicas ou sistemáticas respondem a uma pergunta ou a um problema específico na literatura de determinada área e procuram entrelaçar e “conversar” literaturas em uma perspectiva crítica. As revisões integrativas, por sua vez, integram dados de diferentes estudos por meio de sumarização e organização detalhada em torno de um objeto. As metanálises utilizam um conjunto de métodos estatísticos para analisar dados de revisões sistemáticas com o objetivo de resumir termos, conceitos, informações e tendências em medidas-resumo. As análises bibliométricas, com o nome já diz, medem as bibliografias, no intuito de compreender a relevância delas para o estado da arte, criando uma espécie de *ranking* de relevância e de assuntos. É muito comum a condução de bibliometrias utilizando-se bases de dados como *Scopus*, *Scielo*, *Web of Science* etc.

É importante distinguir as estratégias de pesquisa documental e bibliográfica de outras estratégias, por não utilizar questionários, entrevistas ou outras observações na coleta de dados e fixar-se em documentos ou bibliografias. Seja uma investigação qualitativa, quantitativa ou mista, a pesquisa documental ou bibliográfica pode ser combinada com outras estratégias de pesquisa, como por exemplo o estudo de caso (que estará presente no tópico seguinte).

As estratégias documentais ou bibliográficas são tão amplas que podem ser abarcadas por pesquisas exploratórias (possibilitando uma primeira visão sobre o assunto), por pesquisas descritivas ou ainda por pesquisas explicativas (fazendo o uso de técnicas de análise de conteúdo de respostas a partir dos documentos e bibliografias identificados).

O Estudo de Caso e o de Campo

O estudo de caso é concebido como “(...) uma estratégia de pesquisa orientada para a compreensão das dinâmicas que emergem de

contextos singulares” (EISENHARDT, 1989, p. 534). O estudo de caso é, portanto, o estudo de um fenômeno em um contexto muito específico (um caso específico).

Conforme Stake (2006, p. 444), o estudo de caso “(...) se encontra no conhecimento experiencial do caso (a inserção e a vivência pelo pesquisador no contexto pesquisado) e coloca atenção nos seus diversos contextos, como o social e o político”.

O mesmo autor ainda salienta que há três tipos de estudos de caso:

- **Intrínseco:** é aquele que desperta um interesse genuíno no próprio caso, na sua particularidade e especificidade. A sua escolha não se deve pelo fato de que ele possa representar outros casos, nem para o fim de uma generalização ou para a construção de uma teoria.
- **Instrumental:** serve essencialmente para a generalização ou para o aprofundamento de um problema particular. Ele possibilita a geração de *insights* (ideias) e ajuda a refinar uma teoria.
- **Múltiplo ou coletivo:** consiste na aglomeração de diversos estudos de caso de tipo instrumental, que são similares em natureza e descrição (STAKE, 2006; YIN, 2003).

Conforme cita Godoy:

(...) o estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real (GODOY, 1995, p. 25).

A aplicação da estratégia de estudo de caso cobre uma ampla e diversa faixa de situações de pesquisa. Por exemplo:

- Uma pesquisa sobre os impactos dos processos de “gestão de negócios” (*business process management* – BPM) na gestão pública

de organizações poderá se dedicar a compreender um caso aplicado específico como, por exemplo, o Poder Judiciário do Amazonas ou uma Instituição de Ensino Superior de Manaus;

- Uma pesquisa sobre a inclusão socioeconômica de microempreendedores poderá estudar como o acesso aos serviços microfinanceiros no município de Autazes, no Estado do Amazonas, tem gerado muito mais exclusão socioeconômica do que inclusão.

Mas, o que diferencia um estudo de caso de um estudo de campo?

As pesquisas de campo são frequentemente aplicadas no campo da antropologia, onde tiveram seu início. Atualmente, também são utilizadas em outros campos, como a sociologia, administração pública e a educação. Segundo Gil (2007), as pesquisas de campo também possuem considerável grau de flexibilidade metodológica, não necessitando de padrões rígidos para a sua elaboração. A pesquisa de campo trata com profundidade as características de um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ressaltando a interação entre esses indivíduos, tendendo a utilizar muito mais a técnica da observação do que da interrogação.

Assim, um estudo de campo focaliza em uma comunidade que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes a fim de captar suas explicações e interpretações sobre o que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2007).

Daí a importância de o pesquisador estar submerso ou em contato direto com a comunidade. Pode-se então afirmar, conforme Gil (2007), que o objetivo de uma pesquisa ou estudo de campo é **entender a diferença entre um indivíduo e outro a partir da análise da interação entre pessoas de um grupo ou comunidade**, extraindo dados dessa realidade.

A título de diferenciação, Bennett (2004) destaca que um estudo de caso é aquele que gira em torno de um problema, que necessita de extenso exame e investigação para que o fenômeno em questão possa ser compreendido e as variáveis que colaboram para aquele resultado possam ser definidas. O mesmo autor salienta que, enquanto desvantagem, o estudo de caso não permite a exclusão de apenas uma explicação já que há um entrelaçamento ou um enraizamento de variáveis causais difíceis de serem ponderadas.

Diferente do estudo de caso, **os estudos de campo não possuem necessariamente uma problemática a ser estudada com profundidade;** ao invés disso, o propósito da pesquisa será a simples compreensão das interações entre os indivíduos de uma determinada comunidade.

Em síntese, o estudo de caso verifica contextos particulares e suas variáveis com certa profundidade de análise, enquanto o estudo de campo se preocupa em compreender as relações e interações entre os indivíduos e sua comunidade. Vários estudos de caso podem traçar tendências de estudos de campo.

Pense, por exemplo, que foram conduzidos muitos estudos de caso; especificamente um em cada aldeia indígena no Amazonas para definir o que faz os povos nativos do Amazonas permanecerem em suas comunidades e não migrarem. A confluência de tais estudos pode gerar material para condução de um estudo de campo sobre o Sentido de Pertencimento dos Povos Nativos no Amazonas. Enquanto o estudo de caso sobre uma aldeia é particular, o estudo de campo sobre os povos nativos (compostos pelas diversas aldeias) pode definir tendências e, portanto, criar determinadas generalizações sobre aquele campo de investigação.

A Pesquisa-Ação e a Pesquisa Participante

A pesquisa-ação é muito utilizada em espaços educacionais. É um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo e na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação

ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1997).

Assim, é um tipo de pesquisa aplicada, orientada para a elaboração de diagnósticos, a identificação de problemas e a busca de soluções.

Conforme citam Lindgren e outros (2004), a pesquisa-ação é um método intervencionista que permite ao pesquisador testar hipóteses sobre o fenômeno de interesse implementando e acessando as mudanças no cenário real. Neste tipo de pesquisa, o pesquisador assume a responsabilidade não apenas de assistir os atores envolvidos por meio da geração de conhecimento, mas também da aplicação deste conhecimento.

Stringer (1996) destaca que a pesquisa-ação envolve três ações principais: observar, para reunir informações e construir um cenário; pensar, para explorar, analisar e interpretar os fatos; e agir, implementando e avaliando as ações.

Thiollent (1997), por sua vez, destaca quatro fases ou etapas que uma pesquisa-ação segue, muito próximas às definidas por Stringer (1996), que são: fase exploratória (diagnóstico da situação, necessidade dos atores e formação das equipes), fase principal (planejamento), fase de ação (implementação de ações) e fase de avaliação (verificação dos resultados das ações e suas consequências e extração de ensinamentos para aplicações futuras).

Um exemplo de pesquisa-ação na área da Administração é o uso de Planejamento Estratégico Situacional (PES) em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Por diagnóstico a partir de reclamações de usuários e de observações junto às equipes de trabalho, verificou-se a necessidade de capacitar os atores envolvidos na UBS para a tomada de decisões mais democráticas e assertivas, já que a UBS tinha excesso de burocracias na gestão de atendimentos e isso prejudicava os usuários. Foi conduzida uma oficina de capacitação sobre o PES para a identificação dos nós críticos e das possíveis ações de intervenção, bem como, das responsabilidades de cada membro da equipe. Postas em prática, as ações foram sendo geridas e os resultados compartilhados em reuniões quinzenais. Por fim, após seis meses, a equipe identificou, por meio de uma pesquisa de satisfação tanto

de colaboradores (das equipes) quanto de usuários da UBS, a mitigação ou solução dos nós críticos evidenciados.

Veja que não se pode falar em pesquisa-ação sem o caráter democrático e interativo. As pessoas precisam se sentir corresponsáveis pelos resultados da ação.

Mas, o que diferencia uma pesquisa-ação de uma pesquisa participante?

Thiollent (1997) destaca que existem diferentes formas de pesquisa participante e que a pesquisa-ação seria uma delas. A pesquisa participante implica necessariamente a participação, tanto do pesquisador no contexto, grupo ou cultura que está a estudar, quanto dos sujeitos da pesquisa, assim como na pesquisa-ação. Porém, é importante perceber que há diferenças entre elas. Enquanto na pesquisa-ação o pesquisador não é pesquisado (objeto de pesquisa), na participante cada um dos envolvidos é pesquisador e pesquisado ao mesmo tempo. Ainda, a pesquisa-ação envolve, em sua fase principal, um planejamento das ações, enquanto a pesquisa participante nem sempre apresenta ações planejadas (que propõem intervenções). Na pesquisa-ação, o pesquisador se propõe a resolver um problema no contexto de pesquisa (age) situação esta que não se faz presente na pesquisa participante em que cabe muitas vezes o relato do problema encontrado e sugestões (não ações) de como resolver o problema. Ainda, a pesquisa-ação pressupõe uma apropriação mais intensa dos dados por parte do pesquisador, enquanto a participativa ou participante usa o diálogo para coletar informações.

A Etnografia

A pesquisa etnográfica (ou etnografia) possui raízes nas pesquisas de campo realizadas por antropólogos. As pesquisas etnográficas possuem interesse em identificar e compreender em profundidade a realidade social e cultural vivida por populações com características étnicas e culturais muito singulares como, por exemplo, as populações nativas (ribeirinhos

e indígenas). Ritos, símbolos, linguagens e costumes representam um contexto que exige a imersão completa do pesquisador na cultura desses povos, tendo em vista vivenciar plenamente (e durante longos períodos) esses universos simbólicos e culturais.

Diante disso, a estratégia etnográfica exige tempo de dedicação e flexibilidade para adaptar-se aos padrões cognitivos sobre o fenômeno em observação (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009). Pela etnografia é possível identificar *insights* sobre o contexto, possibilitando a posterior interpretação a respeito da sua visão sobre os fenômenos observados e vivenciados.

É importante que haja uma identificação prévia e criteriosa do contexto ou do grupo que será objeto de pesquisa, no sentido de responder ao problema para que o objetivo seja plenamente atendido. Ademais, a negociação com as comunidades para participar do contexto investigado como integrante ou membro é crucial, pois exige a formalização de sua atuação como participante pleno. Essa exigência é fundamental para iniciar a pesquisa, porém, sobretudo, para que haja confiança dos membros que fazem parte do contexto social ou organizacional pesquisado.

Em um exemplo de investigação etnográfica, Silvia Vergara (2005, p. 77) cita que um pesquisador se inseriu como aprendiz de marceneiro em uma marcenaria com o objetivo de analisar os símbolos e as imagens que norteavam as relações sociais e produtivas daquela organização. Para ele “(...) as sutilezas das relações sociais e produtivas dificilmente seriam captadas se outro modo de pesquisa tivesse sido adotado”.

Cabe destaque ao fato de que a etnografia é um tipo de pesquisa de campo. Enquanto a pesquisa de campo é um termo “guarda-chuva” que abarca todo tipo de pesquisa em comunidades e com vistas a identificar fenômenos sociais, a etnografia foca nos processos antropológicos e que fundamentam ritos, símbolos, linguagens e costumes de povos nativos.

A Grounded Theory (ou Teoria Fundamentada)

Trata-se de uma metodologia sistemática que tem sido utilizada amplamente na pesquisa qualitativa, principalmente no âmbito das ciências sociais. A metodologia envolve a construção de hipóteses e teorias por meio da coleta e análise de dados (MARTIN; TURNER, 1986; FAGGIOLANI, 2011; STRAUSS; CORBIN, 1994). A teoria fundamentada envolve a aplicação do raciocínio indutivo (a partir das observações se criam teorias) e contrasta nitidamente com o modelo hipotético-dedutivo utilizado tradicionalmente.

Assim, um estudo baseado na teoria fundamentada provavelmente começará com uma pergunta, ou mesmo apenas com a coleta de dados qualitativos. À medida que os pesquisadores revisam os dados coletados, ideias ou conceitos tornam-se aparentes. Diz-se que essas ideias/conceitos “emergem” ou surgem dos dados. Os pesquisadores marcam essas ideias/conceitos com códigos que os resumem sucintamente. À medida que mais dados são coletados e revisados novamente, os códigos podem ser agrupados em conceitos de nível superior e depois em categorias. Essas categorias se tornam a base de uma hipótese ou de uma nova teoria. Assim, a teoria fundamentada é bastante diferente do modelo científico tradicional de pesquisa, em que o pesquisador escolhe um quadro teórico existente, desenvolve uma ou mais hipóteses derivadas desse quadro e só então coleta dados com o objetivo de avaliar a validade das hipóteses (ALLAN, 2003). Então, o nome teoria fundamentada foi criado exatamente por sua validação acontecer *a priori* da sua construção.

A Pesquisa Ex-post-facto

Conforme Gil (2007), a expressão *ex-post facto* traduz-se por “a partir de fato passado”. Neste tipo de investigação, o estudo foi realizado após a ocorrência de variações na variável dependente no curso natural dos acontecimentos.

Esse tipo de pesquisa tem um propósito muito próximo ao da pesquisa experimental: verificar a existência de relações entre variáveis. A diferença mais importante reside na falta de controle do pesquisador

sobre a variável independente na pesquisa *ex-post facto* que constitui o fator presumível do fenômeno, pois ele já ocorreu. O que o pesquisador procura fazer, então, é identificar situações em que as variáveis se desenvolveram naturalmente e trabalhar sobre elas como se estivessem submetidas a controles, como na estratégia experimental.

Apesar das semelhanças com a pesquisa experimental, o delineamento *ex-post facto* não garante que suas conclusões relativas a relações do tipo de causa-efeito sejam totalmente seguras. O que normalmente se tem com esse tipo de delineamento é a constatação da existência de relação entre as variáveis, portanto, uma pesquisa correlacional (GIL, 2007).

Estudo de Coorte

Gil (2007) também cita o estudo de coorte como um estudo voltado a um grupo de pessoas que possui características comuns, constituindo uma amostra a ser acompanhada por certo período de tempo a fim de se observar e analisar o que acontece com essas pessoas. São estudos muito comuns na área da Saúde.

Os estudos de coorte podem ser prospectivos (contemporâneos) quando elaborados no presente, e com acompanhamento determinado, ou retrospectivos (históricos), com base em registros do passado com seguimento até o presente.

Esses estudos, apesar do seu reconhecimento pela comunidade científica, apresentam limitações, principalmente pela não utilização do critério de aleatoriedade na formação dos grupos de participantes e pela exigência de uma amostra muito grande para a definição de tendências (GIL, 2007).

Horizonte Temporal

Feita a escolha pela estratégia de pesquisa mais adequada, é importante definir o horizonte temporal de investigação. Ou seja, qual será o corte temporal da investigação?

Você como pesquisador pretende que a sua pesquisa seja uma espécie de fotografia da realidade (corte transversal) ou uma espécie de diário, que retrata a realidade ao longo de uma sequência de fatos e acontecimentos (corte longitudinal)?

Quanto ao tempo, então, podemos ter duas abordagens:

- **Longitudinal:** o pesquisador irá acompanhar continuamente o seu objeto por um período de tempo determinado (semanas, meses, etc.);
- **Transversal:** o pesquisador fará um recorte momentâneo do fenômeno (um corte transversal), procurando registrar uma “fotografia” do objeto ou fenômeno estudado em um momento específico do tempo.

Figura 3.2 – Resumo da Classificação da Pesquisa

Classificação	Característica
Quanto ao tipo	Pesquisa Exploratória Pesquisa Descritiva Pesquisa Explicativa (e suas combinações)
Quanto à natureza	Pesquisa básica Pesquisa aplicada
Quanto à abordagem	Pesquisa Qualitativa Pesquisa Quantitativa Pesquisa Quali-quant (mista)
Quanto às estratégias, procedimentos ou métodos	Pesquisa experimental Pesquisa operacional Survey (ou levantamento) Pesquisa documental Pesquisa bibliográfica Estudo de caso Estudo de campo Pesquisa-ação Pesquisa participante Etnografia (ou Pesquisa Etnográfica) Grounded Theory (ou Teoria Fundamentada) Pesquisa ex-post facto Estudo de coorte (e suas combinações)
Quanto ao horizonte temporal	Longitudinal Transversal

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Resumo do Capítulo

Neste capítulo você compreendeu as particularidades entre os diferentes tipos de pesquisa científica: a pesquisa exploratória, a descritiva e a explicativa; e a possibilidade de combinação entre elas.

Você viu também a diferença entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, e se apropriou de dois conjuntos robustos de procedimentos metodológicos denominados “abordagens de pesquisa”. São essas: a pesquisa quantitativa; a pesquisa qualitativa; e o “mix” delas, que é conhecido como pesquisa quali-quantitativa ou mista.

Também viu sobre uma gama bastante diversificada de estratégias de pesquisa capazes de direcionar melhor a coleta dos dados empíricos do seu estudo. Dentre elas, encontram-se: a pesquisa experimental, a pesquisa operacional, o *survey* (ou levantamento), a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso, o estudo de campo, a pesquisa-ação, a pesquisa participante, a etnografia (ou pesquisa etnográfica), a *grounded theory* (ou Teoria Fundamentada), a pesquisa *ex-post facto* e o estudo de coorte.

Você pode observar, ainda, que é possível mesclar essas diferentes estratégias a depender da necessidade de pesquisa e viu o quanto importante é identificar quais delas se adequam mais ao tipo e a abordagem de pesquisa para utilizar na condução dos seus estudos.

Por fim, você conheceu a importância de definir a sua pesquisa quanto ao horizonte temporal, como proposta longitudinal (ao longo do tempo) e transversal (um momento específico no tempo).

Referências

ACKOFF, R. L.; SASIENI, M. W. **Pesquisa Operacional**. Coleção Universitária em Administração – Vol. 4. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

ALLAN, G. A Critique of Using Grounded Theory as a Research Method. **Electronic Journal of Business Research Methods**, vol. 2, n. 1, p. 1-10, 2003. Disponível em: <https://academic-publishing.org/index.php/ejbrm/article/view/1168>. Acesso em: 20 jan. 2023.

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ANDRADE, E. L. **Introdução à Pesquisa Operacional: Métodos e Modelos para Análise de Decisões**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- BENNETT, A. Case study methods: design, use and comparative advantages. In: SPRINZ, D.; WOLINSKY-NAHMIA, Y. (eds.): **Models, numbers, and cases: methods for studying international relations**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2004.
- BHATTACHERJEE, A. **Social Science Research: Principles, Methods, and Practices**. USF Tampa Bay. Open Access Textbooks Collection. Livro 3, 2012. Disponível em: http://scholar-commons.usf.edu/oa_textbooks/3. Acesso em: 19 jan. 2023.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Bookman, 2003.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. Londres: Sage, 1994.
- EISENHARDT, K. Building theories from case study research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.
- FAGGIOLANI, C. Perceived Identity: Applying Grounded Theory in Libraries. **JLIS.it**. University of Florence, vol. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3990618.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GODOY, A. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LAZZARI, F.; SLONGO, L. A. O Efeito Placebo em Marketing: a Capacidade de o País de Origem Modificar o Desempenho do Produto. **Brazilian Business Review**, v. 12, n. 5, p. 41-59, Vitória: ES, 2015.
- LINDGREN, R.; HENFRIDSSON, O.; SCHULTZE, U. Design Principles for Competence Management Systems: a Synthesis of an Action Research Study. **MIS Quarterly**, vol. 28, n. 3, 2004.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. Editora Atlas, 2010.
- MARTIN, P. Y.; TURNER, B. A. Turner. Grounded Theory and Organizational Research. **The Journal of Applied Behavioral Science**, vol. 22, n. 2, 1986.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PIRAN, F. A. S.; TRAPP, G. S.; DIAS, K. C.; NEVES, C. T.; NUNES, F. de L. Nível de adoção de práticas enxutas: estudo aplicado em empresas do Rio Grande do Sul – Brasil. **LAJBM**, v. 7, n. 1, p. 64-79, Taubaté, SP, Brasil, 2016. Disponível em: <https://lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/329>. Acesso em: 19 jan. 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education, 2009.

STAKE, R. **Multiple Case Study Analysis**. Nova Iorque: Guilford Press, 2006.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Grounded Theory Methodology: An Overview. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **Handbook of Qualitative Research**. 1. ed., p. 273–284, 1994.

STRINGER, E. T. **Action Research: a Handbook for Practitioners**. Sage, 1996.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, R. Conducting Case Studies: Collecting the Evidence. In: **Case Study Research, Design and Methods**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2003. p. 83-108.

CAPÍTULO IV - O PROJETO DE PESQUISA

Assista ao resumo deste capítulo no canal do autor.



Objetivos de Aprendizagem:

- Identificar as principais etapas e fases do processo de pesquisa;
- Delimitar o problema e os objetivos de pesquisa; e
- Aprender a escrever um projeto de pesquisa.

Introdução

Após você conhecer os tipos, abordagens e estratégias de pesquisa, neste capítulo você entenderá especificamente como materializar a sua ideia em um projeto de pesquisa e conhecer as principais etapas dessa construção. A proposta é que ao final deste capítulo você reúna condições de organizar a sua pesquisa em formato de projeto.

O projeto serve para que você comunique à comunidade acadêmica e científica aquilo que pretende investigar respondendo o quê, por que, quem, onde, quando, como e com que recursos será desenvolvido.

Vamos lá?

Preparação da Pesquisa

O processo de preparação inicia em uma fase da pesquisa que alguns autores definem como “exploratória” (MINAYO, 2002). A fase

exploratória, apesar de não ser a “pesquisa exploratória”, vista no Capítulo III, reúne com ela várias semelhanças:

- A escolha do tópico de pesquisa;
- A delimitação do problema;
- A definição do objeto e dos objetivos;
- A construção do **marco teórico** conceitual (conjunto de teorias e conceitos);
- A escolha dos instrumentos de coleta de dados; e
- A exploração de campo (o campo empírico da pesquisa).

É muito importante que você planeje cuidadosamente essa fase para que tenha condições de elaborar o seu **projeto de pesquisa**.

Para isso, certas respostas precisam ser pensadas acerca de:

Figura 4.1 – Perguntas a responder para elaboração de um projeto de pesquisa

Perguntas	Respostas
O que pesquisar?	Definição do problema (questão), hipóteses, base teórica e conceitual.
Por que pesquisar?	Justificativa da escolha do problema.
Para que pesquisar?	Propósito do estudo, seus objetivos.
Como pesquisar?	Procedimentos metodológicos.
Onde pesquisar?	Campo empírico ou local de pesquisa.
Quando pesquisar?	Cronograma.
Com que recursos?	Orçamento.
Pesquisado por quem?	Equipe de trabalho, pesquisadores, coordenadores, orientadores etc.

Fonte: adaptado de Minayo (2002, p. 36).

A pergunta que você deve estar se fazendo agora é...

Preciso responder isso tudo logo de início e de uma só vez?

Não! Muitas questões aqui postas exigem certa clareza a respeito do que você vai estudar (do que chamamos de objeto de investigação) e somente será possível respondê-las após sucessivas leituras (de bibliografias especializadas, outros TCCs, monografias, dissertações ou teses), conversas com o orientador (se for o caso) e com colegas, conhecimento

preliminar do campo empírico (obtenção de informações ou mesmo visitas ao local) etc.

Para responder “o que pesquisar?”, você deverá procurar se concentrar na identificação de um tema de seu interesse (o **tópico de pesquisa**). É importante que seja algo que o motive, mas, também, que seja viável de pesquisar (facilidade de acesso aos dados, suficiência de recursos disponíveis, tempo hábil); e que contribua para o avanço do conhecimento científico daquela área de pesquisa (possua relevância científica). Exemplo: estudar o planejamento estratégico ao nível dos municípios do Estado do Amazonas.

Quando da escolha do tópico de pesquisa, você deverá dedicar especial atenção para identificar uma problemática particular e bem delimitada teoricamente (a **delimitação do problema**). Concentrado na identificação da problemática, você atuará como uma espécie de “detetive”, procurando por “pistas” para resolver o seu problema de estudo. Onde os demais encontram calma e tranquilidade, os olhos do pesquisador veem potenciais situações-problema passíveis de investigação e resolução.

O problema de pesquisa é expresso por uma pergunta com capacidade suficientemente de representar o problema que você quer investigar. Exemplo: o planejamento estratégico ao nível dos municípios do Estado XXXX é capaz de melhorar a sua *performance* (ou desempenho)?

Veja abaixo outro exemplo de definição do tema, tópico de pesquisa (objeto) e delimitação do problema:

Um fenômeno que vem chamando a atenção de pesquisadores nas últimas três décadas, por ser gerador de sofrimento psicológico e emocional ao homem, é o assédio moral no ambiente do trabalho. Ainda em construção, o estudo do fenômeno tem despertado o interesse não só do meio acadêmico-científico, mas também da sociedade, considerando que suas manifestações afetam a vida do trabalhador para além do ambiente de trabalho, cristalizando-se na vida privada, na sociedade, nos meios de produção e na força de trabalho, e gerando assim repercussões sociais, políticas e econômicas.

A despeito de que este fenômeno (assédio moral) desperte atenção para a sua ocorrência em ambientes organizacionais e em espaços de trabalho humano - campo de estudo da ciência da administração - seu entendimento tem sido alvo de estudo e pesquisa de outras áreas do conhecimento. Visto que as repercussões do fenômeno vão além das fronteiras da organização, e atingem outros campos da experiência humana

– saúde, direitos, dignidade – o assédio moral tem levado principalmente a psicologia e o direito a se destacarem em pesquisas e produção científica no tema.

Deste modo observa-se que essas duas áreas, juntamente com a ciência da administração e somadas ao entendimento sociológico a respeito da evolução da relação homem e trabalho ao longo da história, formam um arcabouço teórico que permite uma compreensão ampla e integral sobre o assédio moral nas organizações.

*Desse modo é possível estabelecer a seguinte pergunta de pesquisa para o trabalho monográfico que aqui se propõe realizar: **Quais são as concepções acerca do assédio moral na perspectiva dessas áreas e de que maneira essas concepções dialogam com a perspectiva da administração?***

Fonte: adaptado pelo autor de Maciel (2013).

Ainda, além da problematização, você necessitará definir os objetivos da pesquisa (tanto o **geral**, quanto os **específicos**). Você já deve ter lido a obra “Alice no País das Maravilhas” de Lewis Carroll na sua infância, não? No livro, o Gato Cheshire diz à Alice: **“Se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve”**. Cito o exemplo para que você compreenda a importância de estabelecer objetivos; sem eles, qualquer coisa serve. Então, um **objetivo geral** de pesquisa representa um alvo (o onde se quer chegar) ou uma meta para direcionar as ações do pesquisador na resolução do problema de pesquisa. Conforme cita Marconi e Lakatos (2010, p. 202), “está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas”. Já os objetivos específicos representam respostas parciais e intermediárias para o problema de pesquisa

e “definem etapas que devem ser cumpridas para alcançar o objetivo geral” (RICHARDSON, 2007, p. 63). No nosso exemplo, o objetivo geral poderia ser: Compreender se o planejamento estratégico ao nível dos municípios do Estado XXXX é capaz de melhorar a sua *performance* (ou desempenho).

Será, portanto, essencial construir vínculos evidentes e sólidos entre a problemática e seus objetivos de pesquisa que possam refletir o alvo perseguido. Alguns verbos no infinitivo podem definir esses objetivos:

Usualmente, em uma pesquisa exploratória o objetivo geral começa pelos verbos: conhecer, identificar, levantar e descobrir; em uma pesquisa descritiva, inicia com os verbos: caracterizar, descrever e traçar; e em uma pesquisa explicativa, começa pelos verbos: analisar, avaliar, verificar, explicar etc. (RICHARDSON, 2007, p. 62-63).

Além do objetivo geral, que é um “guarda-chuva” da pesquisa já que abarca nele toda a proposta de investigação, tem-se também que explicitar os passos intermediários da pesquisa (objetivos específicos), que irão auxiliar no encontro de respostas a atingir o objetivo maior (geral). Você já deve ter percebido, então, que os objetivos específicos são respostas parciais e intermediárias para o problema. Conforme cita Richardson (2007, p. 63), “definem etapas que devem ser cumpridas para alcançar o objetivo geral”. Sem eles, você talvez deixe de responder questões importantes que te impedirão de responder adequadamente ao objetivo geral.

Muitas vezes vemos estudantes estabelecendo uma infinidade de objetivos específicos e que muitas vezes são mais etapas técnicas inerentes a todo tipo de pesquisa do que objetivos. É importante limitar-se em torno de três objetivos específicos que estejam relacionados com a problemática. Exemplos de erros comuns na definição de objetivos específicos: identificar o estado da arte na área do planejamento estratégico; realizar a execução de testes de confiabilidade ou de correlação entre as medidas de planejamento estratégico e as de desempenho. Veja

que tais objetivos estão mais para etapas que serão desenvolvidas do que realmente para objetivos.

Exemplos corretos na definição de objetivos específicos:

- Identificar se existe relação e em que medida o conteúdo contido nos planos estratégicos impacta a *performance* (desempenho) dos municípios do Estado XXXX;
- Mensurar se existe relação e em que medida a inserção de *stakeholders* na elaboração de planos estratégicos impacta a *performance* (desempenho) dos municípios do Estado XXXX; e
- Descobrir se existe relação e em que medida a percepção dos servidores municipais sobre o planejamento estratégico impacta a *performance* (desempenho) dos municípios do Estado XXXX.

Em sequência, você deverá se dedicar ao início do processo de **fundamentação teórica**, que culminará no estabelecimento do **modelo de análise** (também conhecido como marco teórico, referencial teórico ou estado da arte), a ser descrito mais à frente nas “fases da pesquisa”. A fundamentação teórica consiste em, como o nome já propõe, fundamentar na teoria já estabelecida um quadro teórico da investigação daquela problemática que você está se propondo a estudar. É um dos momentos centrais da pesquisa, já que constrói os alicerces que sustentarão as etapas seguintes da investigação e as suas argumentações. Para viabilizar esta fase exploratória, você irá realizar, a partir dos métodos de estudo definidos no Capítulo I, uma profunda revisão da literatura especializada.

Ultrapassado o marco teórico, você irá implementar um conjunto de **procedimentos metodológicos** a fim de atingir o seu objetivo de pesquisa. Para isso deverá classificar a sua investigação no que diz respeito ao tipo, abordagem e estratégias de pesquisa que serão utilizadas, inclusive escolhendo os seus instrumentos de coleta de dados (que serão abordados no Capítulo V). Esses procedimentos precisam ser coerentes

com a sua investigação e com seus instrumentos, que devem possibilitar uma coleta e análise de “pistas” (evidências empíricas). Por exemplo: você pretende fazer uma pesquisa explicativo-descritiva sobre características de uma comunidade, com proposta etnográfica, utilizando-se somente de pesquisa bibliográfica. Pense: como você conheceria os costumes, ritos e vivências dessa comunidade sem estar inserido nela? Não faz muito sentido, não é mesmo?

Assim, para definir os procedimentos metodológicos, você necessitará determinar, a partir de uma **etapa exploratória** (explorar, indagar, perceber), se pretende perceber *insights* sobre o fenômeno ou procurar por explicações (relações causais), por exemplo. Você irá abordar o seu objeto sob um enfoque qualitativo, quantitativo ou mesclando tais abordagens? Quais instrumentos você irá usar para a coleta dos dados? Questionários, entrevistas, observações? As respostas a estas e outras perguntas trarão o delineamento de um fio condutor dos procedimentos a serem utilizados na exploração do fenômeno ou da situação.

Investigações na área da Administração normalmente envolvem procedimentos empíricos que tem por objeto as organizações (sejam públicas ou privadas). Em outras palavras, o pesquisador dessa área investiga um fenômeno específico do ambiente organizacional, seja testando uma determinada teoria ou modelo, seja para formar um primeiro entendimento sobre o assunto. Assim, a pesquisa acaba por possuir uma etapa empírica (exploração do campo), que é formada pelo campo empírico do estudo que não necessariamente é a pesquisa de campo vista em capítulo anterior, mas, uma apropriação de dados e informações que o permitirá formar um conhecimento acerca do problema para o qual procura uma resposta.

Essa fase ou etapa exploratória também consiste na elaboração do **cronograma** da pesquisa, da definição ou da preparação do **orçamento** e da **equipe** para sua condução.

No **cronograma**, deve-se descrever de forma detalhada as atividades que você, enquanto pesquisador, precisa realizar dentro do período da

pesquisa (em dias, semanas ou meses). Você pode utilizar um quadro ou tabela para tal, onde as linhas representem as atividades e as colunas o tempo necessário para cada uma. O cronograma irá ajudar você a controlar o tempo de dedicação a cada atividade, tendo em vista o não comprometimento da finalização do trabalho. Normalmente a finalização é limitada pela entrega da pesquisa na instituição de ensino ou no órgão financiador da pesquisa (se houver).

A fase do **orçamento** é essencial para verificar a viabilidade financeira e os recursos necessários para a execução da proposta. O orçamento é uma etapa crucial em projetos que estejam ligados a agências de fomento. Assim, você precisa dimensionar o emprego e o uso dos recursos financeiros; afinal, as necessidades de recursos são quase sempre superiores à disponibilidade orçamentária. Sejam algumas cópias de livros e materiais impressos (como a própria impressão em “capa dura” de um trabalho escrito final), até as etapas mais complexas que precisem prever o uso de equipamentos de coleta de dados (gravadores de entrevistas, máquinas fotográficas, diários de campo etc.); aquisição de softwares de análise de dados (SPSS, STATA, MAXQDA, entre outros); e, ainda, deslocamentos, viagens, hospedagens.

Por fim, a **descrição da equipe e de suas responsabilidades** também se faz importante. Às vezes, a investigação é composta por você como pesquisador e um orientador apenas; porém, em outros momentos, pode envolver vários pesquisadores e auxiliares. Isso se faz importante para fazer o gerenciamento adequado de componentes e pesquisadores, evitando sobrecargas de trabalho, sobreposição de funções ou retrabalhos.

O Projeto de Pesquisa

O **projeto de pesquisa** é a tradução ou materialização das etapas definidas anteriormente na fase exploratória. Trata-se de um documento escrito que descreve o roteiro de pesquisa (o plano de trabalho) a ser seguido e implementado por você, pesquisador. Em outras palavras:

[...] um projeto de pesquisa consiste basicamente em um plano para uma investigação sistemática que busca uma melhor compreensão de um dado problema. É um guia, uma orientação que indica onde o pesquisador quer chegar e os caminhos que pretende tomar (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 149).

Martins (2000) destaca a necessidade do projeto de pesquisa para: discutir suas ideias com colegas e professores em reuniões apropriadas; iniciar contatos com possíveis orientadores; participar de seminários e encontros científicos; apresentar trabalho acadêmico à disciplina de Metodologia da Pesquisa, ou semelhantes; solicitar bolsa de estudos ou financiamento para o desenvolvimento da pesquisa; participar de concurso para ingresso em Programas de Pós-Graduação e ser arguido por membros de bancas de qualificação ao mestrado ou doutorado.

Ainda para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), o projeto deve ser capaz de indicar: o que se pretende investigar (o problema, o objetivo ou as questões do estudo)? Como se planejou conduzir a investigação de modo a atingir o objetivo e/ou responder às questões propostas (procedimentos metodológicos)? Por que o estudo é relevante (em termos de contribuições teóricas e/ou práticas que o estudo pode oferecer)?

Assim, é importante destacar que a redação do projeto deve ser feita com rigor, clareza e objetividade, assim como obedecer a padrões e a normas acadêmicas (conforme ABNT, ou outra padronização, a depender da instituição) e gramaticais (nos padrões da língua de escrita – seja em português ou em uma língua estrangeira).

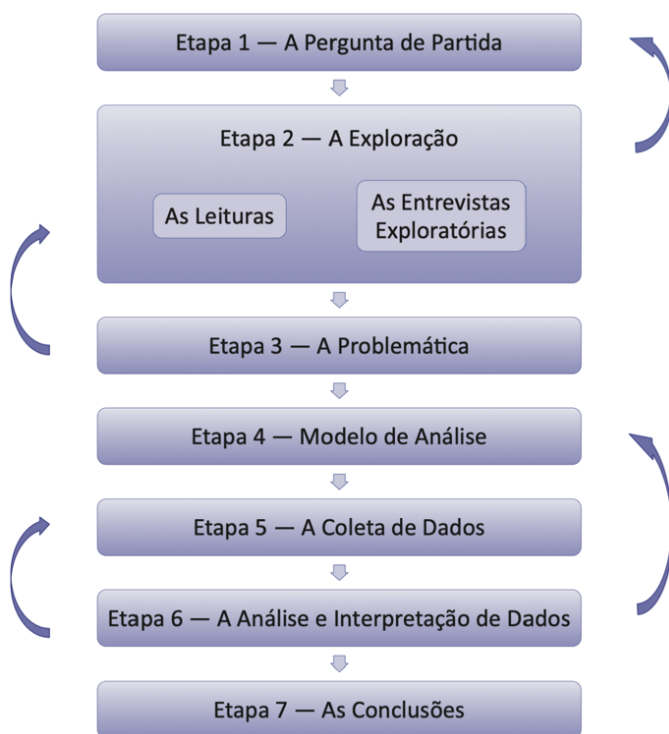
A seção seguinte abordará de forma mais aprofundada as fases da pesquisa. Você deve compreender, porém, que o desenvolvimento de uma pesquisa é um processo recorrente e, em certa medida, repetitivo, pois é um processo de idas e vindas entre as etapas, sempre com o intuito de aperfeiçoar, melhorar e, principalmente, aprofundar detalhes que nos permitem avançar em direção ao objetivo principal. Assim, muito mais do que um processo de “cima para baixo”, as etapas ou fases de pesquisa

assemelham-se a uma espiral, com um ciclo onde as fases que se repetem nos auxiliam a aprofundar as fases seguintes.

Fases da Pesquisa

O processo de pesquisa representa a articulação de sete etapas, de acordo com Quivy e Campehoudt (2005). Apesar de essas fases serem apresentadas em fluxo contínuo (setas descendentes) na Figura 4.2, conforme já destacamos, o processo de pesquisa pressupõe o retorno de algumas etapas que se retroalimentam de forma recorrente (setas ascendentes) e refinam as etapas anteriores. Veja:

Figura 4.2 – Fases da Pesquisa



Fonte: adaptado de Quivy e Campehoudt (2005, p. 242).

Etapa 1: A pergunta de partida

Definir a pergunta de partida sucede a etapa de escolha do tópico de pesquisa (não confundir com o título do trabalho) e do problema de pesquisa, que estão condicionados a dois critérios principais:

- À motivação, ao interesse e às aptidões do pesquisador para estudar o assunto (o tópico) escolhido. Esse critério diz respeito à **dimensão pessoal** do pesquisador em relação à sua pesquisa;
- À contribuição para o avanço ou para o aprofundamento do conhecimento científico. Isso, portanto, requer um diálogo com o conhecimento científico já consolidado sobre o assunto, por meio de revisão bibliográfica para conhecer tais teorias e modelos relacionados ao fenômeno. Este critério pretende verificar o que se chama de **relevância da pesquisa**.

O tema escolhido precisa ser exequível (de ser executado), ou seja, viável em termos de: tempo (cronograma) e acesso aos recursos (dados, informações, custos, deslocamento, fontes de pesquisa).

Os autores Quivy e Campenhoudt (2005, p. 44) definem que:

A melhor forma de começar um trabalho de investigação (...) consiste em enunciar um projeto sob a forma de uma pergunta de partida. Com esta pergunta, o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor. A pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor da investigação. Para preencher corretamente a sua função, a pergunta de partida deve apresentar qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência (...).

Em relação à clareza, a pergunta de partida deve se precisa, concisa e unívoca (que possui único significado, o contrário de ambígua). Quanto à exequibilidade, deve ser realista (factual); e quanto à pertinência, deve ser uma pergunta verdadeira, abordar um assunto existente e ter uma intenção de compreender os fenômenos estudados.

Etapa 2: A Exploração

Após definir de forma provisória uma pergunta de partida, será necessário iniciar o trabalho de delimitação do objeto de estudo com a coleta de informações. O objetivo é subsidiar as escolhas por meio de um contato aprofundado com o conhecimento estabelecido na área de pesquisa. Essa etapa é composta por duas partes, conforme Quivy e Campenhoudt (2005): leituras preparatórias e realização de entrevistas exploratórias.

As leituras preparatórias servem, antes de mais, para obter informação sobre as investigações já levadas a cabo sobre o tema do trabalho e para situar em relação a elas a nova contribuição que se pretende fazer. Graças às suas leituras, o investigador poderá, além disso, fazer ressaltar a perspectiva que lhe parece mais pertinente para abordar seu objeto de investigação. A escolha das leituras deve ser feita em função de critérios bem precisos: ligações com a pergunta de partida (...) elementos de análise e de interpretação, abordagens diversificadas, períodos de tempo consagrado à reflexão pessoal e às trocas de pontos de vista.

(...)

As entrevistas exploratórias completam utilmente as leituras. Permitem ao investigador tomar consciência de aspectos da questão para os quais a sua própria experiência e as suas leituras, por si só, não o teriam sensibilizado. As entrevistas exploratórias só podem preencher essa função se forem pouco diretivas, dado que o objetivo não consiste em validar as ideias preconcebidas do investigador, mas em imaginar novas ideias (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p. 85-86).

As leituras preparatórias podem ser subdivididas em duas atividades, que já descrevemos no Capítulo I quando da proposta de um **plano de estudos**: atividades de documentação e de consulta a fontes de informação. A documentação faz parte do processo de registro de atividades de estudos, tais como as anotações, resumos e fichamentos. A consulta

de fontes de informação faz parte do processo de consulta e leitura de livros, artigos e revistas científicas sobre o tema.

É possível coletar informações exploratórias a partir da revisão de trabalhos científicos já realizados sobre o tema. A revisão de trabalhos de autores consagrados sobre o assunto (conhecidos como os “clássicos”) e o estado da arte estudada, formada por trabalhos recentes sobre o tema (artigos, teses, dissertações) obtidos em bases de dados referenciadas academicamente como *Scopus*, *Scielo*, *Web of Science* etc.

Já se falou anteriormente em Bases de Dados. Então, o que são?

São locais (normalmente virtuais) que reúnem e consolidam centenas ou milhares de revistas científicas nacionais e/ou internacionais, dissertações e teses, contemplando uma miscelânea de temas e assuntos. Essas bases representam uma fonte de pesquisa científica bastante valiosa, já que, na sua maioria, são compostas por trabalhos avaliados e aprovados “por pares”, ou seja, por especialistas no assunto.

Uma das bases de dados mais importantes do nosso país e que reúne uma infinidade de materiais de qualidade é a Periódicos CAPES. Nela estão disponíveis muitas bases de dados em formato consolidado com acesso integral a materiais de produção científica. Para ter acesso, é necessário normalmente que se possua e-mail institucional e acesso conferado remoto (CAFe) pela instituição de ensino. Todos os estudantes das Instituições Federais de Ensino (IFES), tanto universidades quanto institutos federais possuem acesso garantido; outras instituições podem aderir mediante contrato. Indica-se procurar a Coordenação do Curso e/ou o setor de Tecnologia da Informação da instituição para saber se você possui acesso.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Quando a coleta de informações exploratórias é feita por meio de documentos, é importante definir sua classificação enquanto fontes primárias ou secundárias.

Fontes Documentais

Conforme Gil (2007), a diferença entre fontes **primárias** e **secundárias** é a **análise de dados que incide sobre essas últimas em trabalhos realizados por terceiros**. As fontes **primárias não sofreram qualquer tipo de análise posterior a sua coleta e originam-se do esforço de pesquisa do próprio pesquisador**. Veja alguns exemplos:

- **Fontes Primárias:** dados históricos, arquivos oficiais e particulares; documentos oficiais; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada; reportagens de jornal; cartas; memorandos e circulares; contratos; filmes; fotografias; gravações.
- **Fontes Secundárias:** relatórios de pesquisa (IBGE, Censo demográfico etc.); relatórios de organizações (Banco Mundial, UNICEF, INEP/MEC etc.).

Etapa 3: A Problemática

Elaborar a **problemática** ou o **problema de pesquisa** é uma etapa desafiadora que demanda leitura, reflexão e orientação. De acordo com especialistas, a problematização da realidade é uma atividade fundamental para o pesquisador, que requer habilidades técnicas e uma abordagem sistemática em relação ao objeto ou ao fenômeno estudado.

Figura 4.3 – Modelo esquemático para definição do problema de pesquisa

Questão Evocativa (Desconhecida) + Variável 1 (x) + Definir a Relação + Variável 2 (y), (pode ter mais de duas variáveis) em um contexto e com as unidades de análise, em uma delimitação temporária?

Exemplo:

Como (ou de que forma) as competências digitais do professor possibilitam a melhoria da prática pedagógica docente e o desempenho dos alunos em escolas públicas municipais em Manaus/AM, num recorte transversal em 2022?

Exemplos de Relacionamento entre Variáveis: Garante, Reduz, Habilita, Afeta, Aplica, Aumenta, Previne, Beneficia, Responde, Gera, Causa, Melhora, Piora etc.

Exemplos de Questão Evocativa: De que maneira, modo, forma etc.? Qual, quais, como, até que ponto? etc.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999) defendem que frequentemente jovens pesquisadores confundem um tema ou um tópico de interesse com um problema de pesquisa.

O interesse pelo tema não é suficiente para garantir uma pesquisa de qualidade. É preciso problematizar e delimitar o fenômeno investigado de forma clara, precisa e objetiva, em conformidade com os padrões e normas da ciência. Nesse processo, o orientador desempenha um papel importante, auxiliando na identificação dos fundamentos científicos da área de interesse do pesquisador.

A revisão bibliográfica é uma ferramenta valiosa nessa etapa, permitindo a você, pesquisador, encontrar estudos semelhantes e compreender com mais precisão o fenômeno investigado, além de se familiarizar com as teorias, modelos e conceitos relevantes. A busca constante por aprofundamento permite a você refinar a pergunta de partida.

A delimitação do problema deve especificar os contornos e limites do objeto estudado. Para isso, o pesquisador deve refletir sobre questões que possibilitem essa delimitação com precisão. A partir da delimitação, são elaborados os **objetivos de pesquisa** (geral e específicos), que guiam as ações do pesquisador na resolução do problema identificado e na busca pela resposta à pergunta de partida.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), o objetivo da pesquisa deve deixar claro para o leitor o que se pretende alcançar com o trabalho. O objetivo geral está diretamente relacionado com o problema de pesquisa. A ação investigativa que visa solucionar o problema é expressa pelo objetivo geral. Por exemplo, se a pergunta de partida é sobre os efeitos da iluminação na produtividade dos funcionários, o objetivo geral poderia ser “identificar os efeitos da iluminação na produtividade dos funcionários de uma empresa industrial”. O objetivo geral representa uma ação a ser realizada pelo pesquisador (expressa por verbos no infinitivo) para resolver o problema identificado.

Os objetivos devem ser escritos na seção de introdução do projeto ou relatório de pesquisa, logo após a pergunta de partida. É recomendável utilizar verbos no infinitivo, como compreender, analisar, verificar, identificar, entre outros.

O pesquisador também pode optar por escrever objetivos específicos, geralmente entre três e cinco. Eles representam as etapas intermediárias necessárias para atingir o objetivo geral; mas não são qualquer etapa – são etapas que norteiam a investigação e não etapas entendidas como “passos” metodológicos. Muitos erros acontecem ao se incluir como objetivo específico uma etapa “operacional” da pesquisa, como por exemplo “revisar a literatura da área” ou “criar um questionário para isso ou aquilo”. Estas são na verdade etapas operacionais. Ou seja, o objetivo geral aponta a direção da investigação, enquanto os objetivos específicos descrevem minuciosamente as etapas direcionadoras da investigação para alcançá-lo. No exemplo anterior, os objetivos específicos poderiam ser: a) descrever as rotinas de trabalho dos funcionários da empresa de serviços pesquisada; b) perceber quais são as características técnicas dos equipamentos de iluminação utilizados; c) conhecer as percepções dos funcionários sobre os efeitos da iluminação na produtividade no trabalho. Veja que a revisão de literatura é uma forma de obter informações e não um fim da pesquisa; mesma coisa vale para o questionário.

Figura 4.4 – Modelo esquemático para definição dos objetivos

Verbo + questão evocativa (Desconhecida) + **Variável 1 (x)** + **Definir a Relação** + **Variável 2 (y)**,
(pode ter mais de duas variáveis) em um **contexto** e com as unidades de análise, em uma **delimitação temporária**.

Exemplo:
Compreender como (ou de que forma) as **competências digitais do professor** **possibilitam a melhoria da prática pedagógica docente e o desempenho dos alunos** em **escolas públicas municipais** em **Manaus/AM**, num recorte transversal **em 2022**.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Sugere-se que, no sentido de facilitar a definição dos objetivos específicos, sejam criadas **questões específicas de pesquisa** nos moldes do que consta na Figura 4.3 para que sejam extraídos os objetivos específicos a partir delas. Os objetivos específicos devem “variar os verbos”.

E como definir essa variação dos verbos?

Vamos ver mais um esquema:

Figura 4.5 – Verbos para os objetivos

Nível do Objetivo	Tipo de pesquisa	Objetivo	Pergunta	Verbos a utilizar
Perceptivo	Exploratória	Explorar (observação, leitura e registro)	Como afeta? O que dizem?	determinar, estabelecer, indagar, precisar, delimitar, especificar, assinalar, distinguir, designar, delinear, etc.
	Descritiva	Descrever (características e descrição de fenômenos)	Como é?	detalhar, especificar, assinalar, determinar, expor, delinear, particularizar, precisar, delimitar, estabelecer, diferenciar, distinguir, etc.
Apreensivo	Análítica	Analisar (conhecer as partes que formam um todo do fenômeno)	Quais são os componentes, fatores, particularidades, elementos?	estabelecer, determinar, explicitar, particularizar, especificar, precisar, assinalar, identificar, distinguir, comparar, diferenciar, detalhar, etc.
	Comparativa	Comparar (antecedentes, diferenças e semelhanças)	Que diferenças existem?	contrastar, confrontar, conferir, equiparar, igualar, relacionar, contrapor, diferenciar, distinguir, estabelecer, precisar, etc.

Compreensivo	Explicativa	Explicar (relação de causa e efeito entre teorias, sintagmas, gnoseologia)	Por que ocorre? Que efeitos tem? Em que se baseou?	especificar, definir, assinalar, determinar, formalizar, detalhar, pormenorizar, precisar, estabelecer, estipular, delimitar, dispor, sistematizar, normalizar, etc.
	Preditiva	Prever (a factibilidade, pressupostos, hipóteses)	Quais são as consequências de?	estimar, pressupor, considerar, deduzir, distinguir, presumir, supor, configurar, dispor, traçar, projetar, esboçar, desenhar, projetar, etc.
	Projetiva	Propor (desenho, plano metodológico)	Quais serão as características de um desenho para?	formular, desenhar, expor, determinar, projetar, esboçar, estabelecer, especificar, colocar, formalizar, etc.
Integrativo	Interativa	Modificar (intervenção, coleta de dados)	Como afetará se?	diferenciar, reformar, criar, instituir, organizar, constituir, estabelecer, compor, formalizar, estipular, determinar, dispor, precisar, especificar, definir, etc.
	Confirmatória	Confirmar (resultados esperados, objetivos)	Existe relação entre?	assinalar, definir, explicar, indicar, denotar, ratificar, concretizar, determinar, precisar, estabelecer, delimitar, formalizar, definir, apontar, estipular, revalidar, patentear, etc.
	Avaliativa	Avaliar (limitações, recomendações, apresentação)	Até que ponto? Os objetivos foram alcançados?	estimar, considerar, determinar, apreciar, estipular, precisar, delimitar, especificar, confirmar, distinguir, igualar, confrontar, conceituar, valorizar, ponderar, contrastar, fiscalizar, justificar, conferir, contrapor, diferenciar, indicar, assinalar, enfrentar, etc.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Hurtado de Barrera (2005).

No esquema da Figura 4.5, é possível compreender os verbos que devem ser utilizados a partir das abordagens que se deseja fazer. A partir da definição dos objetivos, você teria condições também de definir o título do seu trabalho (mesmo que provisório), veja:

Figura 4.6 – Modelo esquemático para definição do título

Conector + **Variável 1 (x)** + **Definir a Relação** + **Variável 2 (y)** + **Variável 3 (z)** em um **contexto** e com as **unidades de análise**, em uma **delimitação temporária**.

Exemplo:
Análise das competências digitais do professor como ferramenta de melhoria da prática pedagógica docente e do desempenho dos alunos em escolas públicas municipais em Manaus/AM, num recorte transversal em 2022.

ou

Variável 1 (x) + **Definir a Relação** + **Variável 2 (y)** + **Variável 3 (z)**: **conector** em um **contexto** e com as **unidades de análise**, em uma **delimitação temporária**.

Análise das competências digitais do professor como ferramenta de melhoria da prática pedagógica docente e do desempenho dos alunos: um estudo em escolas públicas municipais em Manaus/AM, num recorte transversal em 2022.

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A adequada delimitação de um problema de pesquisa e de seus objetivos requer um trabalho cuidadoso e sistemático de fundamentação teórica. Isso é alcançado por meio de uma **revisão exaustiva da literatura**, que permite ao pesquisador (você) estabelecer um quadro teórico sólido, embora provisório (já que a ciência está em constante evolução). A partir disso, é possível definir conceitos e características do fenômeno de forma clara e objetiva para orientar a sua pesquisa.

Além disso, a **problemática** está interligada com a construção do **modelo de análise** (Etapa 4, como veremos adiante), que visa operacionalizar a problemática por meio do quadro teórico. Esse **quadro teórico** será um guia para a coleta de dados empíricos.

Mas, o que é esse negócio de quadro teórico?

O quadro-síntese é composto por teorias, conceitos, dimensões e/ou constructos teóricos, elaborado a partir da fundamentação teórica realizada pelo pesquisador. O objetivo do quadro-síntese é guiar o olhar do pesquisador como uma “lente” teórica, que auxiliará na organização e na análise do campo empírico da pesquisa.

Etapa 4: O Modelo de Análise

O modelo de análise também pode ser entendido como “marco teórico”, “referencial teórico” ou “marco conceitual”.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005), o modelo de análise é uma extensão natural da problemática, que opera de maneira prática os marcos e as pistas que guiarão a observação e a análise. O modelo é composto por **conceitos** e **hipóteses** (falaremos delas mais à frente) que se interligam de forma coesa para criar um **quadro coerente de análise**. A construção dos conceitos é uma abstração que busca representar o real, selecionando apenas os aspectos essenciais dessa realidade do ponto de vista do pesquisador. Para **construir um conceito**, é necessário **definir**

suas dimensões e precisar seus indicadores, que podem possibilitar a medição dessas dimensões.

A elaboração de um quadro teórico-conceitual consistente, composto por conceitos e dimensões interconectados, tem como propósito orientar a análise dos dados empíricos obtidos. Ele representa a abordagem escolhida para estudar o objeto de pesquisa e é construído com base em teorias, modelos e constructos que possuem fundamentação teórica sólida. Essa abordagem teórica delimita o recorte da realidade a ser investigada, permitindo ao pesquisador enfocar os aspectos essenciais do objeto de estudo.

Quadro Teórico

A pesquisa requer uma forte base teórica, uma vez que esta é fundamental para dar suporte às próximas etapas. É importante que, após a revisão da literatura, o pesquisador sintetize as informações obtidas, criando um **quadro teórico** que articule os principais conceitos e definições referentes ao objeto de pesquisa. Para que o processo de operacionalização da pesquisa seja bem-sucedido, é preciso que haja uma fundamentação teórica precisa e clara, evitando interpretações ambíguas. Nesse sentido, o quadro teórico servirá como guia para a pesquisa, permitindo ao pesquisador articular adequadamente o seu objeto de pesquisa, seja ele empírico ou não.

Figura 4.7 – Exemplo gráfico de um quadro teórico síntese

Constructo Teórico	Dimensões	Hipóteses	Indicadores	Instrumentos de Medida
Infraestrutura entendida como (...) conforme Fulano de Tal (20XX).	Infraestrutura física	A infraestrutura física adequada permite maior acessibilidade ao PcD na escola.	Indicador 1	Observação direta.
Atuação do núcleo compreendida nos achados de Fulano de Tal (20XX) e Beltrano de Tal (20XX) como sendo (...).	Documentos Oficiais	A criação de normas e regulamentos nas instituições públicas amplia o acesso, permanência e êxito do estudante PcD na escola.	Indicador 2	Análise de conteúdo documental.
	Atendimento, planejamento e avaliação	O atendimento, planejamento e avaliação da atuação dos núcleos implica em maior permanência e êxito do estudante PcD na escola.	Indicador 3	Inquérito aos sujeitos.
(...)				

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A estrutura contida na Figura 4.7 serve como modelo para sintetizar informações acerca da fundamentação teórica do fenômeno, suas dimensões de análise, hipóteses cabíveis, indicadores (resultados) e instrumentos para medir o fenômeno indicáveis na literatura da área.

Além disso, é necessário estabelecer hipóteses de pesquisa que orientem a coleta de dados.

Hipóteses de Pesquisa

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), a hipótese na pesquisa científica tem a função de propor explicações para os fatos e, ao mesmo tempo, orientar a busca por outras informações. A hipótese desempenha uma função dupla, onde o pesquisador formula uma resposta provisória para sua problemática de pesquisa, servindo como uma aposta antes da verificação empírica do fenômeno, ou seja, é uma **explicação** mais provável, ou plausível, para a questão levantada (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999).

No entanto, a hipótese também pode servir como **orientação** para a busca de respostas ao problema de pesquisa, direcionando o olhar e as ações do pesquisador para uma determinada direção, que será construída durante o processo de pesquisa. Isso faz relação com o caráter de explicar ou orientar a realidade. Pesquisadores vinculados às epistemologias positivistas e pós-positivistas acreditam que a realidade pode ser explicada, portanto, cabe ao pesquisador testar e verificar as hipóteses para sua comprovação, refutação ou reformulação.

Em contrapartida, pesquisadores vinculados às epistemologias construtivistas, interpretativistas, fenomenológicas etc. preferem propor “**hipóteses orientadoras**” iniciais ou “**hipóteses de trabalho**” (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999), que se referem à expectativa inicial sobre os futuros resultados a serem investigados.

Etapa 5: A Coleta de Dados

Essa fase da pesquisa está relacionada a um conjunto abrangente de procedimentos chamados “procedimentos metodológicos” ou simplesmente “metodologia”. Como mencionado no Capítulo III sobre “tipos de pesquisa”, a metodologia se refere a um conjunto de escolhas feitas pelo pesquisador para ajudá-lo a responder como abordará sua pergunta inicial (o problema de pesquisa). Que tipo de pesquisa será utilizado? Qual estratégia de pesquisa será adotada? Quais serão os instrumentos e técnicas usados para coletar dados (veja no próximo capítulo), “Instrumentos e Técnicas de Coleta, Análise e Interpretação de Dados”? E assim por diante.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005), a coleta de dados é o processo de reunir informações observáveis que são úteis para **verificar as hipóteses da pesquisa**. Essa etapa envolve responder a três perguntas: o que coletar, de quem coletar e como coletar. Os dados pertinentes são determinados pelos indicadores das variáveis e o pesquisador pode estudar a população inteira ou uma amostra representativa dela.

A coleta de dados envolve três operações: conceber o instrumento apropriado, testá-lo antes da aplicação (é preciso e tem a capacidade de coletar o que se pretende) e utilizá-lo de forma sistemática para coletar dados pertinentes. Os instrumentos podem incluir questionários, guias de entrevistas ou quadros de observação direta.

Existe uma delimitação importante a fazer para que o pesquisador possa definir com clareza os limites e o escopo de sua investigação. Essa delimitação está ligada às unidades de análise em nível micro, meso ou macro. O **nível micro** refere-se às relações e interações individuais, como comportamentos, atitudes e percepções de indivíduos. Exemplo: um estudo de caso sobre a liderança organizacional exercida por gerentes departamentais em uma grande empresa do setor alimentício. O **nível meso** aborda as estruturas intermediárias entre o indivíduo e a sociedade, como grupos sociais, organizações e instituições. Exemplo: uma pesquisa sobre práticas

estratégicas adotadas no nível organizacional. Já o **nível macro** diz respeito a estruturas sociais mais amplas, como a economia, a política e a cultura, em uma escala ampliada. A escolha da unidade de análise dependerá do objeto de estudo, do objetivo da pesquisa e das questões de pesquisa que o pesquisador pretende responder. Exemplo: O impacto do Programa Bolsa Família nos resultados socioeconômicos do Brasil.

De fato, a escolha da unidade de análise é uma etapa importante na definição do escopo da pesquisa e na determinação das questões que serão investigadas. Conforme citam Alvez-Mazotti e Gewandsznajder (1999) é importante que a unidade de análise seja claramente especificada no projeto de pesquisa, de forma que o pesquisador possa orientar a coleta e a análise dos dados de forma coerente com os objetivos e hipóteses da pesquisa. Pode ser necessário incluir mais de uma unidade de análise em um mesmo estudo, a depender dos aspectos a serem investigados e dos dados coletados. O importante é que o pesquisador tenha clareza sobre como as unidades de análise se relacionam com as questões de pesquisa e com os objetivos do estudo. Vejamos:

Um estudo conduzido em uma instituição de ensino superior (faculdade, instituto, departamento) pode estar interessado na implementação de uma inovação (nível organizacional) ou em como diferentes segmentos (professores, alunos e técnicos) reagiram à inovação (nível grupal); ou ainda, na atuação de alguns tipos de líderes estudantis (nível individual). Uma descrição sucinta dos aspectos relevantes de um “caso” como este pode ser incluída na proposta de pesquisa. Localização, condições de trabalho, grupos atuantes ou características da empresa, a fim de situar o leitor na “particularidade” do estudo.

Para responder às perguntas sobre quais dados coletar e de quem coletá-los, como sugerido por Quivy e Campenhoudt (2005), o pesquisador precisa delimitar a amostra da pesquisa, além de definir o objeto de estudo.

Conforme Gil (2007), as ciências sociais lidam com uma quantidade significativa de elementos (indivíduos, fenômenos etc.), tornando quase inviável considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, os pesquisadores optam por selecionar apenas uma parcela desses elementos para estudar, de modo que a amostra seja representativa o suficiente do universo em investigação (população).

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), definir o universo da pesquisa envolve identificar quais pessoas, objetos e fenômenos serão investigados, destacando suas características comuns, tais como gênero, faixa etária, filiação organizacional, comunidade de residência, entre outras.

População se refere a um conjunto de elementos ou indivíduos bem definidos e delimitados, que compartilham características semelhantes. Por exemplo, a população de uma cidade como Manacapuru, no Estado do Amazonas, é composta por todos os seus habitantes, enquanto a população estudantil de uma escola de educação básica lá na cidade consiste em todos os seus alunos.

Já a **amostra** representa um subconjunto da população analisada, composto por elementos com características comuns ou semelhantes. Por exemplo, um pesquisador interessado em estudar o desempenho acadêmico dos alunos de escolas de educação básica em Manacapuru pode selecionar apenas uma escola como sua amostra. Nesse caso, o pesquisador assume que a escola selecionada é suficientemente representativa de todas as escolas de educação básica em Manacapuru, o que permitiria (talvez) inferências e generalizações na análise dos dados; porém, isso nem sempre é possível já que características muito singulares das escolas não podem ser generalizáveis. Assim, um estudo de caso não é generalizável a todo o campo de estudo. É preciso tomar cuidado – quando ocorrerem as generalizações – que sejam válidas e não incorram em erros ou falsas suposições. Para isso, são estabelecidos critérios e técnicas para a seleção

adequada da amostra, especialmente em pesquisas quantitativas, como calculadoras amostrais.

Conheça mais acessando o QR-Code:



De acordo com Marconi e Lakatos (2010), existem dois tipos de amostragem: **amostragem probabilística** e **amostragem não probabilística**.

- **Amostra não probabilística:** este tipo de processo é comumente utilizado em pesquisas qualitativas e não utiliza procedimentos estatísticos para selecionar os indivíduos ou fenômenos estudados. A seleção não é aleatória, mas sim proposital e voltada para características particulares que se adequam aos propósitos da pesquisa. A amostra não pretende ser representativa da população estudada e a possibilidade de generalização dos resultados é limitada. A modalidade mais utilizada é a amostra intencional, na qual o pesquisador escolhe intencionalmente os indivíduos a serem estudados de forma não aleatória.
- **Amostra probabilística:** este tipo de amostra utiliza técnicas estatísticas para garantir que a seleção aleatória dos indivíduos ou fenômenos pesquisados tenha a mesma probabilidade e não seja influenciada pela intenção do pesquisador. Essas técnicas reduzem os erros amostrais e aumentam a representatividade dos resultados em relação à população. A amostra probabilística é amplamente utilizada em pesquisas quantitativas, como pesquisas de mercado e eleições, com o objetivo de generalizar os resultados.

A escolha dos principais instrumentos e técnicas de coleta de dados está vinculada à resposta à terceira questão (como coletar?). Esses instrumentos e técnicas incluem observação, entrevistas e questionários.

No próximo capítulo, iremos aprofundar o estudo das diferentes modalidades de cada uma dessas técnicas.

Etapa 6: Análise e Interpretação de Dados

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), a análise e a interpretação de dados são componentes fundamentais da pesquisa. Embora distintas, essas atividades estão intimamente relacionadas.

A análise (ou explicação) consiste em buscar evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores, estabelecendo essas relações em função de suas propriedades relacionais de causa-efeito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo, entre outras possibilidades (TRUJILLO FERRARI, 1982).

A interpretação, por sua vez, é a atividade intelectual que busca atribuir um significado mais amplo às respostas, relacionando-as com outros conhecimentos. Ela envolve a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos e ao tema da pesquisa. A interpretação não apenas esclarece o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos. É importante que os dados sejam apresentados de forma sintética, clara e acessível na interpretação da pesquisa. Dois aspectos fundamentais da interpretação são a construção de tipos, modelos e esquemas, e a conexão com a teoria (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O Capítulo V abordará de forma mais aprofundada essas duas atividades que compõem a etapa.

Etapa 7: As conclusões

A fase de conclusão de uma pesquisa é crucial para evidenciar a habilidade do pesquisador em sintetizar as análises e as interpretações realizadas anteriormente, bem como comunicar as contribuições teóricas e/ou práticas alcançadas com os resultados obtidos. É importante que nessa etapa seja possível realizar uma comparação entre os resultados

esperados e os observados, além de uma retrospectiva das principais interpretações das diferenças encontradas. É fundamental que o pesquisador responda de forma objetiva à sua pergunta de pesquisa e verifique se as hipóteses iniciais foram satisfeitas. Após essa etapa, o pesquisador deve apontar suas principais contribuições teóricas e/ou práticas, propondo novas perspectivas teóricas e/ou sugestões para a prática profissional. É importante também que o pesquisador identifique as limitações de sua pesquisa e sugira novos estudos em continuidade às suas contribuições.

Resumo do Capítulo

O capítulo iniciou com a abordagem da fase exploratória da pesquisa, que é a fase preliminar, e consiste em uma sequência de etapas que ajudam o pesquisador a esboçar seu projeto de pesquisa. Nessa fase, são respondidas perguntas como: o que pesquisar? (definição do problema, hipóteses, base teórica e conceitual); por que pesquisar? (justificativa da escolha do problema); para que pesquisar? (propósitos do estudo, objetivos); como pesquisar? (metodologia), entre outras.

Posteriormente, foi apresentado o projeto de pesquisa, um documento escrito que descreve detalhadamente o plano de trabalho do pesquisador em relação à sua pesquisa. O projeto de pesquisa é um roteiro que o pesquisador elabora para descrever os passos ou fases da pesquisa, que incluem: escolha do tema, levantamento de dados e informações, formulação do problema e objetivos, apresentação de hipóteses de pesquisa, delimitação da população e amostra, e seleção da metodologia, dos métodos, técnicas e instrumentos.

Do projeto de pesquisa, elabora-se o relatório de pesquisa, que envolve, além da elucidação das etapas contidas no projeto, a análise e a interpretação dos dados colhidos e suas conclusões.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1999.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- HURTADO DE BARRERA, J. **Cómo formular objetivos de investigación. Un acercamiento desde la investigación holística**. Caracas: Quirón, 2005.
- MACIEL, F. S. **Organização do Trabalho, Realização e Dor: concepções acerca do assédio moral nas organizações**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. Editora Atlas, 2010.
- MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.
- RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. de; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. de H. de M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

CAPÍTULO V - INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Assista ao resumo deste capítulo no canal do autor.



Objetivos de Aprendizagem:

- Conhecer os principais instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados;
- Escolher de forma coerente e consciente os procedimentos de coleta de dados que melhor se adequem aos objetivos da sua pesquisa;
- Desenvolver capacidade de analisar e interpretar os dados coletados no campo empírico, de acordo com as escolhas metodológicas feitas para a sua pesquisa.

Introdução

Após a fase de planejamento da pesquisa, que foi apresentada no Capítulo IV, o pesquisador deverá, quando necessário, realizar a etapa do campo empírico, que consiste principalmente na “coleta de dados” e na “análise e interpretação de dados” (MARCONI; LAKATOS, 2010). Neste capítulo, serão apresentados os principais instrumentos e técnicas de coleta de dados utilizados na pesquisa em Administração, incluindo a observação em suas formas mais recorrentes: (assistemática ou não estruturada; sistemática; não participante; participante; individual; em equipe; na vida real e em laboratório), entrevistas (estruturadas; semies-

truturadas; em profundidade; em grupo e grupos focais; padronizadas e não padronizadas) e questionários. O estudo será finalizado com uma breve descrição sobre a análise e a interpretação de dados empíricos.

Vamos lá?

Observação

A técnica de coleta de dados por meio da observação tem como objetivo obter informações e dados do campo empírico, utilizando os recursos sensoriais do pesquisador, como visão, audição, tato, olfato, paladar, entre outros, para examinar os fenômenos estudados.

A observação tem como principal característica colocar o pesquisador em contato direto com o fenômeno empírico estudado. Isso requer, como destacado por Marconi e Lakatos (2010), muita atenção e controle para registrar de forma sistemática os dados e informações que afetam o objeto de pesquisa.

A observação é altamente valorizada em pesquisas qualitativas, especialmente quando se deseja compreender fenômenos complexos, como a cultura organizacional ou a relação entre alimentação e desempenho dos colaboradores em uma organização. O pesquisador deve participar ativamente do processo de observação e registro das informações, valendo-se de seus sentidos para interpretar o fenômeno estudado. A técnica de observação oferece vantagens em relação a outras técnicas de coleta de dados, tais como a independência do nível de conhecimento ou capacidade verbal dos sujeitos, a possibilidade de identificar comportamentos não intencionais ou inconscientes e a oportunidade de registrar o comportamento em seu contexto temporal-espacial (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999).

Marconi e Lakatos (2010) identificam oito tipos de observação: observação assistemática ou não estruturada, observação sistemática, observação não participante e observação participante, individual, em equipe, na vida real e em laboratório.

Observação Assimétrica ou não estruturada

Esse tipo de observação é amplamente empregado em pesquisas exploratórias e sua principal característica é a espontaneidade e a não existência de um método pré-definido. O observador se envolve no fluxo livre do contexto observado sem planejamento prévio das questões indagativas. Apesar dessa abordagem fluida, há um mínimo de controle por parte do pesquisador para registrar os fatos observados e garantir que eles contribuam para os objetivos da pesquisa.

Observação Sistemática

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), a observação sistemática é realizada em situações controladas com propósitos preestabelecidos. O objetivo dessa abordagem, segundo Gil (2007), é descrever com precisão os fenômenos e testar hipóteses. O pesquisador antecipa quais características ou aspectos de um grupo específico (como uma organização, por exemplo) são relevantes para alcançar seus objetivos de pesquisa e, assim, propõe um conjunto de hipóteses a serem testadas por meio da observação empírica. Para cumprir esse objetivo, o pesquisador elabora um roteiro detalhado para observar e registrar sistematicamente os fenômenos.

Pesquisas que investigam o papel dos gerentes em organizações de grande porte são exemplos de observação sistemática. O pesquisador estabelece um conjunto de características gerenciais (como negociador, porta-voz, relações públicas etc.) e elabora um plano de observação para testá-las no campo empírico. Se as características identificadas forem compatíveis com as hipóteses iniciais do pesquisador, ele pode aceitá-las. Caso contrário, o pesquisador pode propor alterações para adequar essas características a outros elementos observados ao longo da observação.

Observação direta ou não participante

Nessa abordagem de observação, o pesquisador participa de atividades no campo empírico, mas não se integra como um membro do

grupo observado. Em vez disso, age como um espectador, registrando sistematicamente os eventos observados.

Observação Participante

A observação participante é uma abordagem em que o pesquisador participa ativamente do contexto observado por meio de interações, buscando vivenciá-lo sem o uso de outros instrumentos de coleta de dados, como questionários ou formulários (MARCONI; LAKATOS, 2010). Essa técnica é comumente empregada em estratégias etnográficas de pesquisa.

De acordo com Gil (2007), a observação participante pode ser classificada em “natural”, quando o observador já pertence ao grupo pesquisado como membro, e “artificial”, quando o pesquisador se integra ao grupo com o objetivo específico de realizar uma investigação sobre determinado fenômeno.

Observação individual

Segundo Marconi e Lakatos (2010), é uma técnica realizada por um único pesquisador. Assim, por exemplo, um estagiário docente ao observar os comportamentos de uma sala de aula e registrá-los no seu diário de bordo (documento que registra os acontecimentos mais relevantes da sala de aula) se projeta sobre o que está observando, fazendo certas inferências e produzindo algumas distorções, pela limitada possibilidade dos controles que detém sobre o fenômeno observado. Porém, esse tipo de observação é importante pela objetividade na coleta das informações que, pelas anotações, pode diferenciar eventos reais e interpretações. É uma tarefa difícil, já que envolve um esforço de síntese do olhar do pesquisador frente ao objeto ou fenômeno. A observação individual é na verdade uma observação direta feita por um pesquisador.

Observação em equipe

Observar em equipe é mais aconselhável do que observar de forma individual, já que aqueles que observam em conjunto podem perceber diferentes ângulos do fenômeno, muitas vezes imperceptíveis na observação individual. Assim, será possível confrontar os dados a fim de verificar um melhor alinhamento de resultados.

A observação em equipe, segundo Ander-Egg (1978), pode se realizada de diferentes formas:

- a. Todos observam o mesmo fenômeno, procurando-se corrigir as distorções que podem advir de uma posição particular de cada investigador;
- b. Cada pesquisador observa um aspecto diferente;
- c. A equipe recorre à observação, porém, a mescla com outros procedimentos no intuito de perceber o fenômeno utilizando diferentes técnicas; ou
- d. Cria-se uma rede de observadores, distribuídos estrategicamente (por exemplo em cidades, regiões ou países) em uma técnica conhecida como “observação em massa” ou “observação maciça” que delineia o fenômeno em formato indutivo.

Observação na vida real

São observações feitas no espaço onde ocorrem, sem ambiente preparado ou especificamente destinado para a pesquisa (como ocorre com as observações em laboratório abaixo). Registram-se os dados, portanto, conforme ocorrem nos espaços existentes e não em espaços simulados.

Observação em laboratório

Trata-se do oposto da observação da vida real. Tenta descobrir a ação e a conduta de fenômenos que tiveram lugar em condições dispostas

e controladas (sob controle). Quando falamos em pesquisas sociais, é importante destacar que boa parte delas não é capaz de captar dados em ambientes simulados ou artificiais, já que os fenômenos sociais ocorrem iminentemente em espaços reais de interação.

Assim, a observação em laboratório é muito importante, principalmente em pesquisas puras, no sentido de se estabelecer condições mais próximas do natural; sem intervenções indevidas.

Instrumentos bem adequados podem prover observações mais refinadas do que aquelas proporcionadas apenas pelos sentidos (MARCONI; LAKATOS, 2010). Um grupo experimental, ao ser isolado em um contexto laboratorial, pode demonstrar certas condições do fenômeno que se observados no contexto real poderiam passar imperceptíveis ou minimizadas.

Entrevistas

No Capítulo III, você aprendeu sobre a classificação das pesquisas em exploratória, descritiva e explicativa. Nesta seção, você compreenderá como as diferentes modalidades de entrevista poderão contribuir na coleta de dados empíricos, permitindo que a pesquisa possa lograr êxito na consecução dos seus objetivos.

Entre os instrumentos mais utilizados para coleta de dados empíricos, as entrevistas são consideradas uma das opções mais ricas. Geralmente, a entrevista é realizada como uma conversa entre duas partes: o(s) pesquisador(es) e o(s) entrevistado(s). O objetivo principal é compreender as situações ou fenômenos vivenciados pelos entrevistados, bem como obter informações a partir de suas perspectivas (MARCONI; LAKATOS, 2010). As entrevistas possibilitam abordar temas complexos que dificilmente poderiam ser compreendidos com o uso de questionários padronizados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999).

Para realizar uma entrevista de forma adequada, o pesquisador deve esclarecer ao entrevistado seus objetivos com o procedimento e apresentar uma breve descrição do tema e dos objetivos gerais do estudo.

É recomendável que o pesquisador forneça uma carta da instituição de ensino ou pesquisa a que pertence, com papel timbrado e assinada por um professor ou orientador, para evidenciar a natureza acadêmica da pesquisa e garantir a confidencialidade dos dados coletados.

A coleta de dados primários por meio de entrevistas pode ser realizada de quatro maneiras distintas: entrevistas estruturadas, entrevistas semiestruturadas, entrevistas em profundidade e entrevistas em grupo ou grupos focais.

Entrevistas Estruturadas

As entrevistas estruturadas são conduzidas por meio de um questionário previamente elaborado com um conjunto de perguntas idênticas para todos os entrevistados. Essas entrevistas são adequadas para a coleta de dados e informações quantitativas; por isso, também são conhecidas como “entrevistas quantitativas” (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009).

Entrevistas Semiestruturadas

Nas entrevistas semiestruturadas, o pesquisador apresenta uma breve lista de tópicos e perguntas a serem abordados durante a entrevista, mas esses itens podem variar aleatoriamente entre os diferentes entrevistados. Isso permite que o pesquisador omita algumas perguntas com base no contexto da entrevista. A ordem das perguntas também pode ser alterada de acordo com o fluxo da conversa. As respostas são registradas por meio de gravação ou anotações para posterior transcrição e análise dos dados. Normalmente, esse tipo de entrevista, assim como a entrevista em profundidade (que será apresentada a seguir), está associado às abordagens qualitativas de pesquisa. (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009)

Entrevistas em Profundidade

As entrevistas em profundidade são conhecidas por serem menos estruturadas e mais informais na coleta de dados. Ao contrário das

entrevistas estruturadas e semiestruturadas, não há um roteiro pré-definido com perguntas específicas a serem seguidas. O objetivo principal desse tipo de entrevista é permitir ao pesquisador uma exploração mais profunda do objeto de pesquisa. Isso significa que o pesquisador tem mais liberdade para seguir novos caminhos durante a entrevista, embora deva ter em mente os aspectos que deseja explorar. Também pode ser chamado de “entrevista não-diretiva”, pois é conduzida pelo diálogo livre entre as partes. As entrevistas em profundidade são frequentemente associadas a abordagens qualitativas de pesquisa (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009).

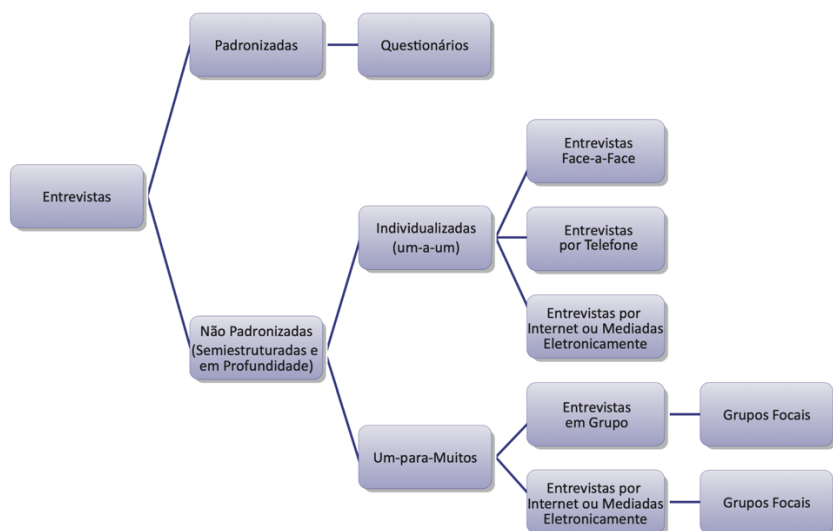
Entrevistas em Grupo e Grupos Focais

As entrevistas em grupo são caracterizadas pela presença de mais de dois entrevistados e pela utilização de procedimentos não padronizados, sem um roteiro de perguntas previamente definido. Essas entrevistas diferenciam-se dos grupos focais por não terem um tópico de pesquisa definido com precisão, e por não visarem à promoção de uma discussão registrada entre os entrevistados (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009). O grupo focal é muito utilizado nas pesquisas da Administração para um *brainstorming* (chuva de ideias), no sentido de encontrar, a partir da discussão proposta, soluções para problemas existentes de forma aprofundada e com os sujeitos diretamente envolvidos. Percepções sobre marcas, produtos ou serviços são comuns em grupos focais na área da Administração.

Entrevistas Padronizadas e Não Padronizadas

Os autores Saunders, Lewis e Thornhill (2009) apresentam uma forma alternativa de agrupamento dos tipos de entrevista, subdividindo-as em padronizadas e não padronizadas. Vejamos:

Figura 5.1 – Tipos de entrevistas



Fonte: adaptado de Saunders, Lewis e Thornhill (2009, p. 321).

As **entrevistas padronizadas** são marcadas pelo uso de um roteiro predefinido com uma sequência ordenada de perguntas elaboradas previamente, enquanto nas **entrevistas não padronizadas** o pesquisador segue o fluxo da entrevista, ajustando as perguntas e a direção da conversa com base nas respostas do entrevistado, sem um roteiro rigidamente estabelecido.

Saunders, Lewis e Thornhill (2009) destacam que existem quatro aspectos que se interrelacionam e podem servir como guia para que você pesquisador decida (ou não) pela adoção da modalidade de entrevista não padronizada:

- O propósito da pesquisa;
- A importância do contato pessoal direto com o(s) entrevistado(s);
- A natureza das perguntas (as perguntas exigem respostas complexas?);
- O período de tempo necessário para completar o processo de coleta de dados (o tempo planejado para as entrevistas é curto ou longo?).

Com o objetivo de tornar mais fácil a compreensão sobre a utilização de entrevistas não padronizadas, apresentaremos a seguir a associação dessas entrevistas com os tipos de pesquisa abordados no Capítulo III, que incluem as pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas conforme Saunders, Lewis e Thornhill (2009). No entanto, é importante salientar que essa relação não implica que outras modalidades de pesquisa não possam se apropriar dessas entrevistas.

- Nas **pesquisas exploratórias**, as **entrevistas em profundidade** podem ser úteis para a identificação e a descoberta preliminar do fenômeno estudado, bem como na geração de novos *insights* de pesquisa. As **entrevistas semiestruturadas** também podem ser úteis nessas pesquisas.
- Já nas **pesquisas descritivas**, as **entrevistas estruturadas** podem ser utilizadas para identificar padrões gerais, como, por exemplo, padrões de comportamento.
- Nas **pesquisas explicativas**, as **entrevistas semiestruturadas** podem ser úteis para compreender as relações entre variáveis, como as encontradas em pesquisas descritivas. No entanto, as **entrevistas estruturadas** ou **questionários** (que serão vistos logo à frente) são comumente utilizados devido à facilidade de quantificação das variáveis.

Questionários

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), o questionário é um instrumento que consiste em uma sequência de perguntas organizadas de forma sistemática e que devem ser respondidas por escrito, sem a presença do entrevistador (ou questionador). Saunders, Lewis e Thornhill (2009) ampliam essa definição, incluindo no conceito de questionário outras técnicas de coleta de dados que também utilizam uma sequência padronizada de perguntas, como as **entrevistas estruturadas** e os questionários realizados por telefone ou pela internet e também os *Google* Formulários.

Cabem duas observações importantes acerca da elaboração de questionários; a primeira diz respeito à capacidade do instrumento de que perguntas identificadas fechadas (com opções de escolha) estabeleçam possibilidades de respostas realmente condizentes com a realidade dos inquiridos, garantindo que, quando em dúvida, eles possam responder que “não sabem” ou “desconhecem”, evitando um viés de coleta; a segunda diz respeito à construção de escalas também em perguntas identificadas fechadas que representem de forma gradativa respostas de um fenômeno. Por exemplo, quero medir o grau de dificuldade de um teste e coloco como opções: extremamente difícil; difícil; e fácil; por exemplo. Nitidamente é possível perceber que falta uma opção para aqueles que considerem extremamente fácil e para aqueles que consideram nem fácil, nem difícil., Quando há perguntas que envolvem graus de importância (melhor ou pior), de dificuldade (mais fácil, mais difícil), de ocorrência (mais frequente ou menos frequente) ou de aceitação (concordância ou discordância), utiliza-se, normalmente, as **Escalas de Likert** com opções: concordo completamente; concordo; nem concordo nem discordo; discordo ou discordo completamente; por exemplo. Na sua construção, deve existir uma opção central neutra e, no mínimo, duas opções com polaridades de cada lado da neutralidade.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Além das já citadas, duas técnicas são bastante utilizadas: a **coleta de dados bibliográficos** e **documentais**. Essas técnicas são inerentes a quase todo tipo de pesquisa, principalmente a primeira, que envolve a coleta de materiais impressos ou digitais publicados e compilados em revistas, obras, jornais, periódicos etc. Como já discutido anteriormente, há pesquisas bibliométricas, de metanálise e de revisão sistemática que

são oriundas de coletas bibliográficas. A pesquisa documental é uma técnica em que se utilizam documentos sem tratamento analítico para a coleta; neste caso podem ser normativas, leis, relatórios e documentos em geral que não passaram por uma análise e síntese de autores, mas foram produzidos, muitas vezes, com finalidades diversas da construção e da difusão do conhecimento científico.

Análise e Interpretação de Dados

Após a coleta de dados, é necessário preparar as informações para análise e interpretação. Para isso, é recomendável seguir os seguintes passos, sugeridos por Marconi e Lakatos (2010):

- **Seleção:** O pesquisador deve fazer uma verificação crítica dos dados coletados a fim de identificar falhas ou erros que possam comprometer a qualidade da pesquisa. É comum que haja excesso ou insuficiência de dados, portanto, é necessário localizar esses problemas e corrigi-los, incluindo uma segunda coleta de dados, caso necessário.
- **Codificação:** A codificação dos dados é a seleção e transformação dos dados brutos em conceitos ou códigos. Isso é essencial para agrupar dados semelhantes e elaborar uma representação significativa dos dados coletados. A codificação exige a criação de critérios claros de classificação.
- **Tabulação:** Para facilitar a análise dos dados, é recomendável elaborar tabelas que agrupem os códigos de forma adequada. As tabelas permitem uma representação visual dos dados e ajudam a identificar padrões e relações entre as informações. As grades analíticas, incluindo tabelas, matrizes e figuras são ferramentas valiosas para a análise dos dados.

A utilização das **grades analíticas** permite: preservar parcialmente a riqueza dos dados coletados; criar conceitos e categorias relativamente mensuráveis; e identificar relações entre os conceitos. Assim, os dados

poderão ser melhor compreendidos e interpretados (MILES; HUBERMAN, 1994; LANGLEY, 1999).

A etapa subsequente à classificação dos dados é a análise e a interpretação, que constituem o núcleo central da pesquisa, conforme destacado por Marconi e Lakatos (2010).

- **Análise:** Para realizar a análise dos dados, o pesquisador busca identificar relações entre as informações obtidas e as hipóteses formuladas para solucionar o problema de pesquisa. Essas relações podem ser exploratórias, descritivas ou explicativas, dependendo da natureza da pesquisa. Durante esse processo, o pesquisador realiza a separação analítica dos resultados encontrados e, em seguida, estabelece conexões entre os conceitos propostos na revisão teórica e os resultados obtidos.
- **Interpretação:** Nessa etapa, o pesquisador deve apresentar com clareza os resultados obtidos na análise. É um processo de síntese em que o pesquisador relaciona a teoria e os resultados, destacando as descobertas e, em alguns casos, propondo novas relações entre a teoria e/ou prática.

As etapas de análise e interpretação são cruciais para que o problema de pesquisa inicialmente elaborado pelo pesquisador seja adequadamente respondido. É recomendável que a resposta à pergunta de partida seja resultado de um processo bem articulado de análise e interpretação dos dados, envolvendo comparações dos resultados alcançados no campo empírico com as teorias utilizadas para sustentar as investigações. As hipóteses de pesquisa devem ser apresentadas comparativamente aos resultados obtidos.

As técnicas de análise em **pesquisas qualitativas** alicerçam-se, sem detrimento de outras técnicas, muitas vezes na **análise de conteúdo** proposta por Bardin (2011), que consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos aplicáveis à avaliação de discursos envolvendo a descrição da amostra com tabelas de frequências, organização de comentários/respostas em categorias similares e identificação de padrões, tendências

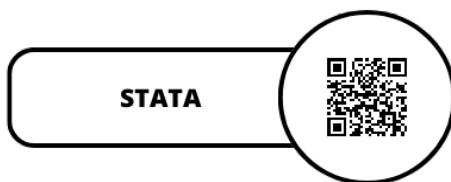
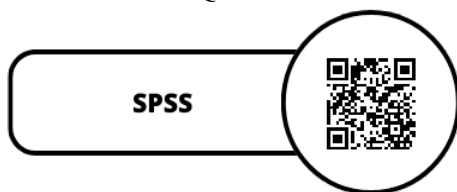
e relações, bem como associações de causa e efeito. O uso de mapas mentais pode facilitar esse processo. Um software muito comum para fazer análises qualitativas é o MAXQDA®.

Conheça mais acessando o QR-Code:



As **investigações quantitativas** abordam, por sua vez, **testes matemáticos** com o **uso de fórmulas, teoremas e testes estatísticos** que envolvem estatística descritiva (média, moda, mediana, variância, frequência, desvio padrão etc.), correlações (relação cruzada entre variáveis), análise fatorial (combinatória – para estabelecimento de grupos ou *clusters* e confirmatória – para confirmar a adequação de certas variáveis em um grupo de análise), testes de fiabilidade (entender se a medida realmente mede o que se propõe medir), regressões lineares e múltiplas (para estabelecer a força da relação entre variáveis) etc. Softwares como SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), STATA (Statistical Software for Data Science); ou mesmo em R (*The R Project for Statistical Computing*) – são bastante usados para esses testes.

Conheça mais acessando o QR-Code:





Ao finalizar seu trabalho, o pesquisador deve responder clara e objetivamente à pergunta de partida, apontar as limitações da pesquisa em relação aos resultados alcançados e sugerir novas pesquisas para dar continuidade ao conhecimento científico.

Resumo do Capítulo

Ao longo deste capítulo foram abordados os principais métodos e técnicas utilizados para a coleta de dados empíricos, incluindo diferentes tipos de observação (assistemática ou não estruturada; sistemática; não participante e participante; individual; em equipe; na vida real; e em laboratório) e diversas modalidades de entrevistas (estruturadas; semiestruturadas; em profundidade e em grupo; e grupos focais).

Encerramos com a apresentação das etapas essenciais para a análise de dados empíricos (seleção, codificação e tabulação) e com a interpretação de dados, que é considerada o “núcleo central da pesquisa”. A interpretação dos dados reflete a capacidade do pesquisador de se debruçar sobre o seu objeto, sintetizando as informações e dados analisados na fase anterior.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LANGLEY, A. Strategies for theorizing from process data. **Academy of Management Review**, v. 24, n. 4, p. 691-710, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. Editora Atlas, 2010.

MILES, M.; HUBERMAN, A. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education, 2009.

CAPÍTULO VI - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Assista ao resumo deste capítulo no canal do autor.



Objetivos de Aprendizagem:

- Conhecer a estrutura e a organização de um relatório de pesquisa;
- Identificar as normas ABNT relativas à elaboração de relatórios de pesquisa científica; e
- Redigir o seu relatório de pesquisa.

Introdução

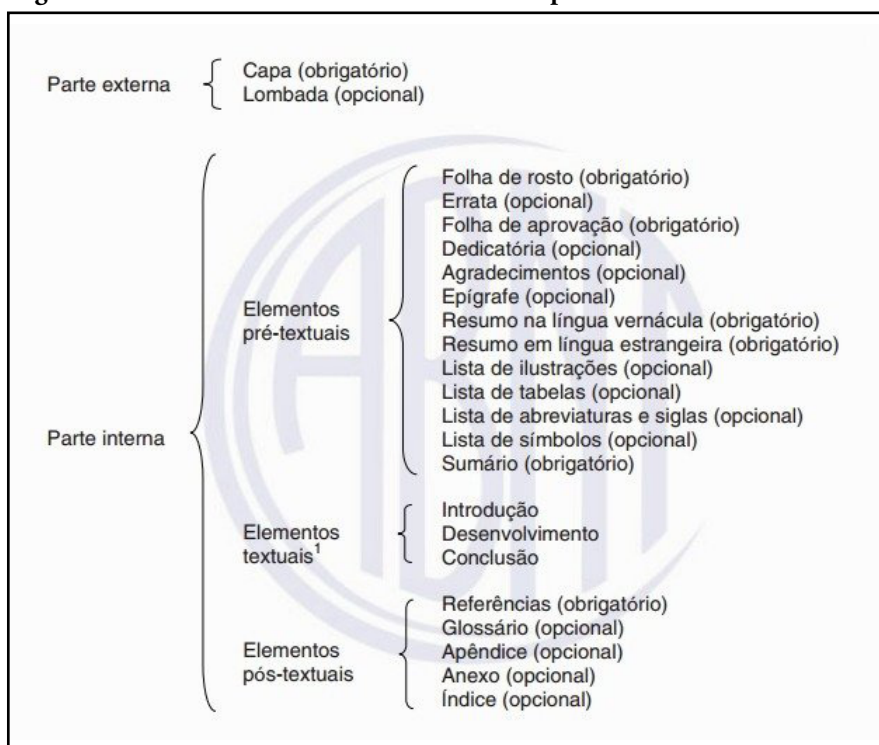
Neste capítulo, você irá conhecer a estrutura e a organização de relatórios que divulgam pesquisas científicas. Esses relatórios podem ser materializados em formato de TCCs, artigos, monografias, dissertações ou teses. Uma série de determinações devem ser seguidas para que o pesquisador possa expor a todos os leitores interessados os seus achados. Além de estruturar o seu trabalho a partir de elementos chamados pré-textuais, textuais e pós-textuais, é preciso seguir as normativas estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) acerca da divulgação científica. Assim, vamos conhecer a estrutura geral, formatação, formas de citação e referenciação conforme as normas da ABNT para que você possa redigir seus próprios textos com acurácia e respaldo científico.

Vamos lá?

Estrutura de Relatórios de Pesquisa

Um relatório de pesquisa expressa o raciocínio de um pesquisador sobre um trabalho de investigação científica. Formalmente um relatório apresenta uma estrutura textual composta por: introdução; desenvolvimento (com seus subitens, como justificativa, objetivos e metodologia); e conclusão. Dentre os elementos pré-textuais e pós-textuais, temos, por exemplo, capa, sumário, apêndices, referências, entre outros (ABNT, 2011).

Figura 6.1 – Estrutura Geral de Relatórios de Pesquisa



Fonte: NBR 14724 (ABNT, 2011).

Cabe destacar que, a depender do tipo de relatório, a estrutura contida na Figura 6.1 sofre algumas modificações. Exemplo disso são os artigos científicos que seguem normativas específicas dos periódicos ou

revistas de publicação e dispensam boa parte dos elementos pré-textuais, exigindo normalmente o resumo em língua vernácula e em língua estrangeira, bem como deixando facultativos alguns elementos pós-textuais, como glossários, apêndices e anexos.

Antes de seguirmos, é importante que você se pergunte...

Qual a diferença entre TCC, artigo, monografia, dissertação e tese?

Bem, todos esses são relatórios de pesquisa. Conforme citam Tomasi e Medeiros (2008), todos representam o resultado de um estudo, expressando conhecimento sobre o assunto.

Os TCCs (Trabalhos de Conclusão de Curso), ou outros com denominação equivalente, são trabalhos exigidos em cursos para que o estudante possa ter acesso ao diploma ou à certificação e podem se figurar como relatórios técnicos, monografias, dissertações, teses ou mesmo artigos científicos.

Conforme Vianna (2001), os **trabalhos monográficos**, ou **monografias**, constituem o produto de leituras, observações, investigações, reflexões e críticas desenvolvidas em cursos de graduação e pós-graduação. Sua principal característica é a abordagem de um tema único (*mónos* = um e *graphein* = escrever).

As **dissertações** são trabalhos acadêmicos de nível *stricto sensu*, em outras palavras, que se destinam à obtenção do grau acadêmico de mestre. Citando Andrade (2010), os projetos de dissertação não precisam abordar necessariamente temas e/ou métodos inéditos. O aluno de mestrado deve demonstrar habilidade em realizar estudos científicos e seguir linhas mestras na área de formação escolhida.

As **teses** são também trabalhos de nível *stricto sensu* que aportam contribuição significativa e inédita para o conhecimento da área e visam à obtenção do grau acadêmico de doutor (BARROS; LEHFELD, 2007). Importante você perceber que uma dissertação não é uma tese de pior qualidade ou mais superficial. Da mesma forma, uma tese não é uma dissertação com mais páginas ou um conjunto de dissertações em um

trabalho só. A diferença fundamental não é o número de páginas e sim a **originalidade científica**.

Os **artigos científicos** são relatórios resumidos de pesquisa científica e constituem a unidade de informação de periódicos científicos – jornais e revistas – em intervalos regulares (PEREIRA, 2012). Por meio deles, as informações do autor são transformadas em conhecimento científico, que é de domínio público. Assim, ele poderá ser lido, citado e utilizado por profissionais e pesquisadores nas suas atividades diárias. Normalmente os periódicos adotam o procedimento de revisão por pares (*peer review*), em que especialistas das áreas avaliam as submissões feitas para confirmar a aderência científica do artigo com as linhas de pesquisa e com os objetivos definidos pelo periódico.

A estrutura de relatórios de pesquisa está prevista na NBR 14724 (ABNT, 2011), como você já viu na Figura 6.1. As observações aqui não substituem a consulta integral da norma.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Figura 6.2 - Elementos obrigatórios e opcionais em trabalhos científicos

Elemento	Artigo	Monografia TCC	Dissertação	Tese
Capa	-	obr.	obr.	obr.
Folha de rosto	-	obr.	obr.	obr.
Ficha catalográfica	-	opc.	obr.	obr.
Errata	-	opc.	opc.	opc.
Folha de aprovação	-	opc.	obr.	obr.
Dedicatória	-	opc.	opc.	opc.
Agradecimentos	-	opc.	opc.	opc.
Epígrafe	-	opc.	opc.	opc.
Resumo na língua vernácula	obr.	obr.	obr.	obr.
Resumo em língua estrangeira	obr./opc.*	opc.	obr.	obr.

Elemento	Artigo	Monografia TCC	Dissertação	Tese
Listas	-	opc.	opc.	opc.
Sumário	-	obr.	obr.	obr.
Introdução	obr.	obr.	obr.	obr.
Desenvolvimento	obr.	obr.	obr.	obr.
Conclusão	obr.	obr.	obr.	obr.
Referências	obr.	obr.	obr.	obr.
Glossário	-	opc.	opc.	opc.
Apêndice	opc.	opc.	opc.	opc.
Anexo	opc.	opc.	opc.	opc.
Índice	-	opc.	opc.	opc.
* a depender do periódico em questão. Legenda: obr. = obrigatório opc. = opcional.				

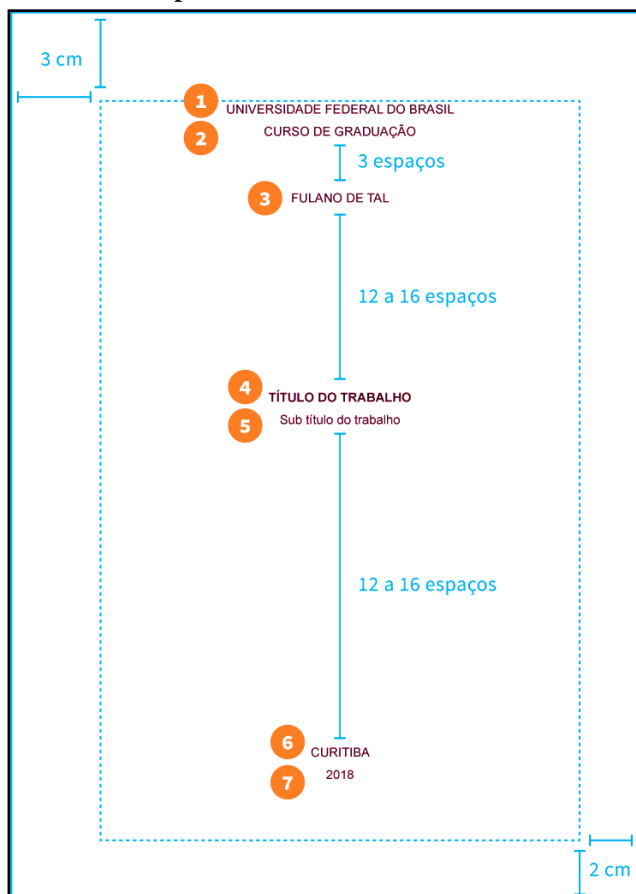
Fonte: adaptado de Lubisco, Vieira e Santana (2008).

Os elementos não contidos no quadro seguem a regra geral, conforme será visto a seguir, ao lado do nome do elemento entre parênteses.

Parte externa

É composta pela capa, que identifica a instituição (1), curso (2), apresenta o autor (3), o título e subtítulo do trabalho (4 e 5), a cidade (6) e o ano (7) do trabalho. É um elemento obrigatório nos trabalhos monográficos, dissertações e teses. A fonte utilizada no exemplo é Arial (mas pode ser utilizada fonte Times New Roman), tamanho 12. Atenção para as letras em caixa alta e em caixa baixa, bem como às figurações de negrito no texto (4) e às centralizações. A capa segue a NBR 14724 (ABNT, 2011).

Figura 6.3 – Modelo de capa



Fonte: Gazeta do Povo (2018).

A lombada é o dorso do trabalho. As referências para organizar a lombada encontram-se na NBR 12225 (ABNT, 2004b). Normalmente, a lombada é utilizada em trabalhos com impressão em capa dura e o seu uso é opcional. Algumas universidades a exigem por normativa própria.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Figura 6.4 – Modelo de lombada



* valor aproximado.

Fonte: Fernandes em sítio do Toda Matéria (2023).

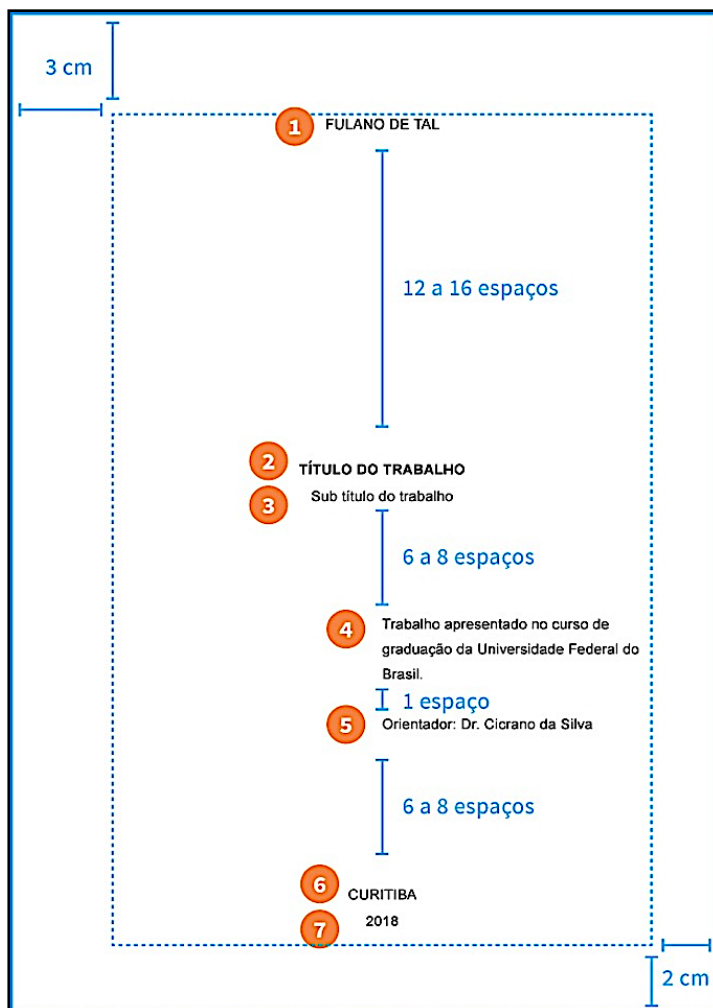
Parte interna – Elementos pré-textuais

Trata dos elementos que precedem o texto, sendo: folha de rosto, folha de aprovação, dedicatória, agradecimentos, resumo em língua vernácula, resumo em língua estrangeira, lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviaturas e siglas e sumário.

Folha de rosto (obrigatória)

A folha de rosto é a folha de apresentação do trabalho após a capa e inclui o nome do autor (1), novamente o título e o subtítulo do trabalho (2 e 3), a caracterização do trabalho como “Monografia, tese, dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciado, Bacharel, Especialista, Mestre ou Doutor em XXXXX” (4), o orientador (5), cidade (6) e ano (7) do trabalho. A letra utilizada no exemplo é Arial (mas pode ser utilizada fonte Times New Roman), tamanho 12. Atenção para as letras em caixa alta e em caixa baixa, bem como às figurações de negrito no texto (2) e centralizações. A folha de rosto segue a NBR 14724 (ABNT, 2011).

Figura 6.5 – Modelo de folha de rosto



Fonte: Gazeta do Povo (2018).

Ficha catalográfica

Não consta no esquema da norma ABNT, porém é bastante comum ser exigida pelas universidades e descreve o trabalho acadêmico quanto aos aspectos físico e temático, devendo ser impressa na parte inferior do verso da folha de rosto, segundo o que estabelece o Código de Catalogação Anglo-americano (AACR2), adotado no Brasil. Deve ser elaborada

pela(o) bibliotecária(o) da instituição onde funciona o programa de pós-graduação do curso ou de forma automática por meio de softwares.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Figura 6.6 – Modelo de ficha catalográfica

S586p	Sobrenome, Nome
O processo da construção do conhecimento na educação à distância / Nome do autor. – 2016.	
xx f. : il. ; 30 cm	
Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.	
Orientação: Prof. Dr. Nome Sobrenome.	
1. Educação a distância. 2. Educação -Construção de identidades. 3. Sociologia educacional. 4. Fenomenologia. 5. Professores - EAD - Formação. 6. Ensino superior - EAD. I. Título.	
CDU 2. ed.: 37.018.43	

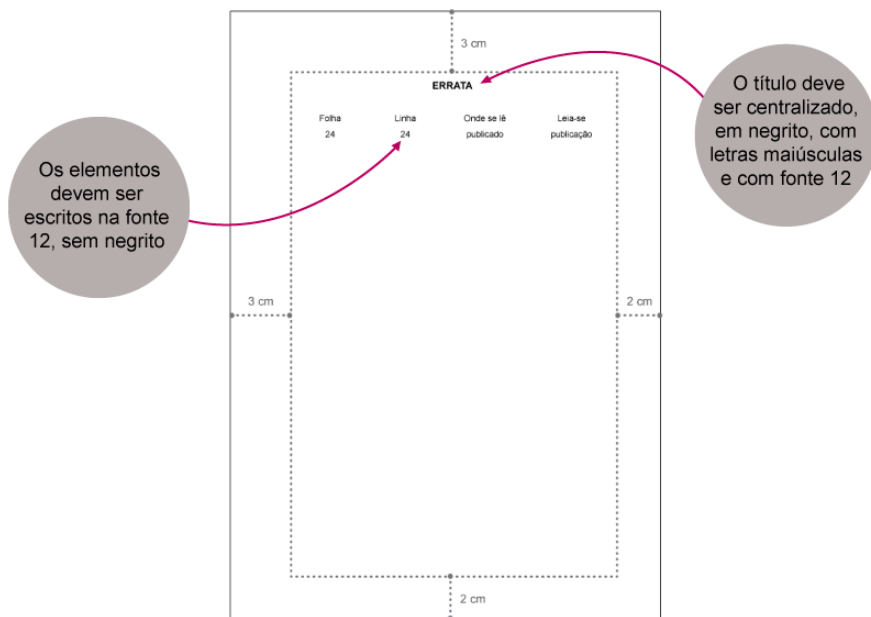
Elaborado por nome completo do bibliotecário e CRBX/XXXX

Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2017).

Errata (opcional)

Folha avulsa ou encartada acrescida ao trabalho depois de sua encadernação, e localizada após a folha de rosto. Compreende a referência do trabalho seguida de lista das folhas e linhas em que foram encontrados erros, com as respectivas correções. A errata segue a NBR 14724 (ABNT, 2011).

Figura 6.7 – Exemplo de errata



Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2018).

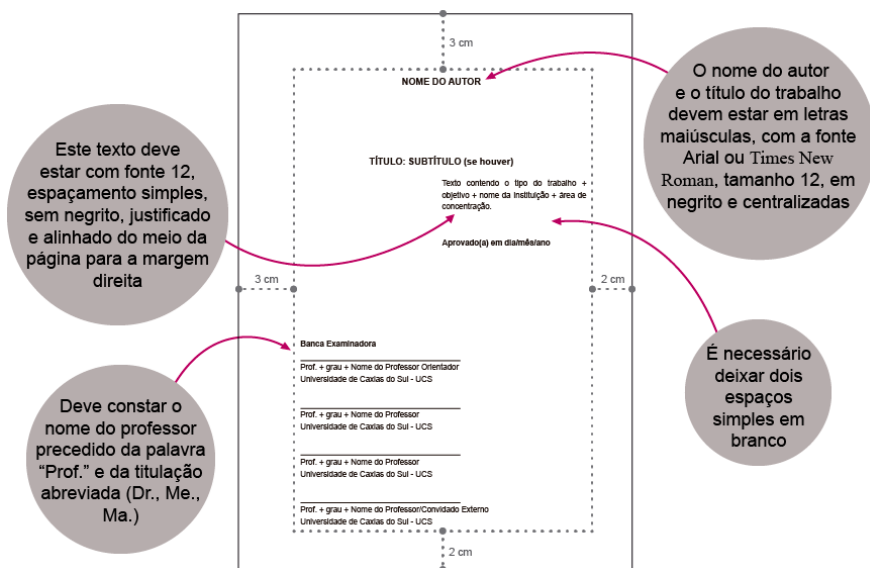
Folha de aprovação (obrigatória)

A folha de aprovação é inserida na versão final de tese ou da dissertação para comprovar a aprovação do trabalho por banca examinadora. Deve conter o nome do autor, título do trabalho por extenso e subtítulo se houver. Devem figurar na sequência:

- tipo de trabalho e grau pretendido;
- instituição que concede e a área de concentração;
- data de aprovação;
- componentes da banca examinadora com respectiva titulação e o nome da instituição onde o título foi obtido;
- linha para a assinatura de cada examinador; e
- nome da instituição a que pertence cada examinador.

A folha de aprovação segue a NBR 14724 (ABNT, 2011).

Figura 6.8 – Exemplo de folha de aprovação

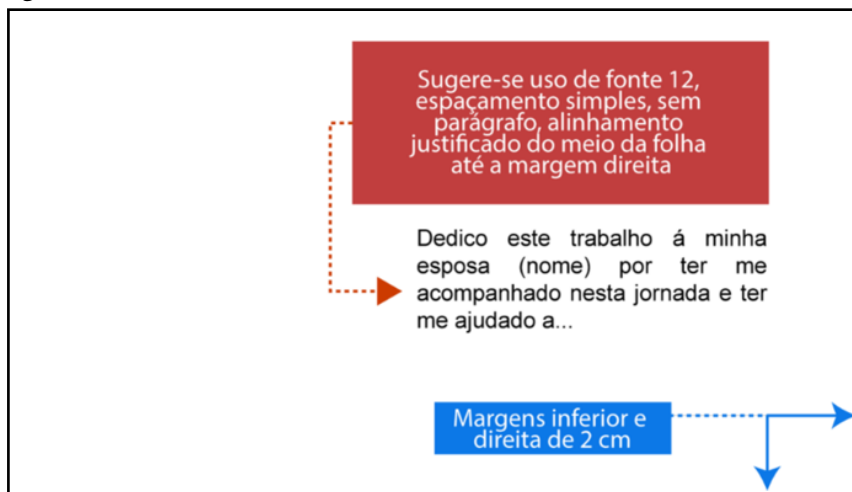


Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2018).

Dedicatória (opcional)

A dedicatória é uma homenagem a pessoas e/ou instituições no intuito de dedicar-lhes o trabalho. A dedicatória segue a NBR 14724 (ABNT, 2011) e deve ser escrita na parte final da folha.

Figura 6.9 – Modelo de dedicatória

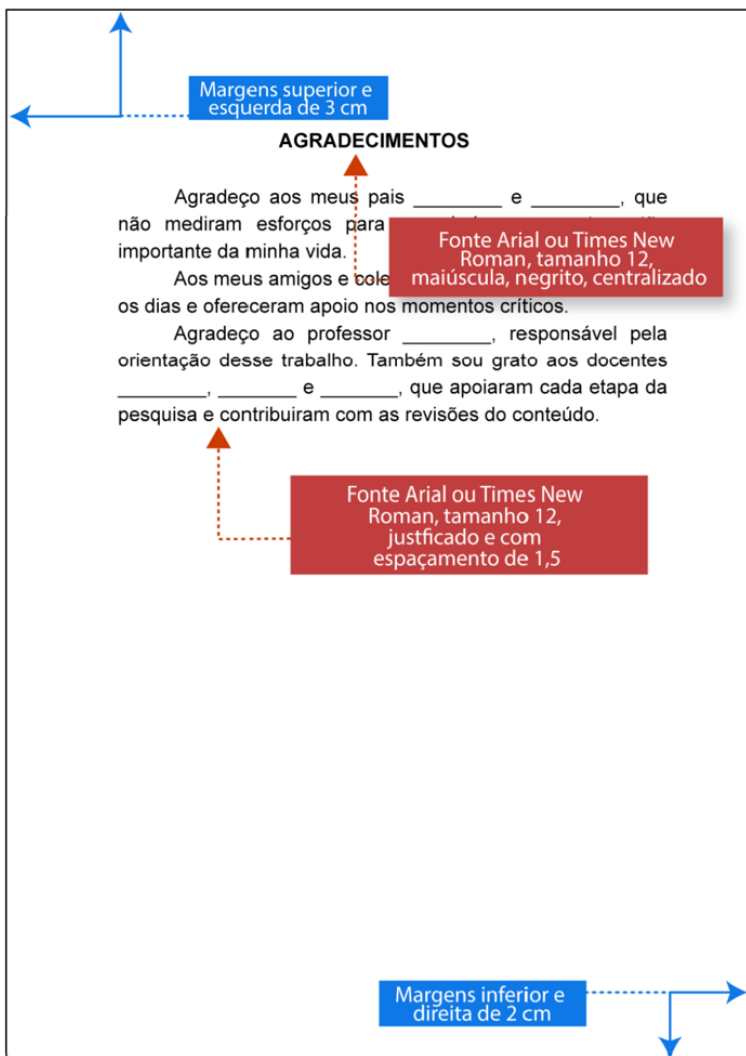


Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

Agradecimentos (opcional)

Em formato de texto ou de lista, são elencados os nomes de pessoas ou instituições que contribuíram de forma relevante para o trabalho. Os agradecimentos seguem a NBR 14724 (ABNT, 2011).

Figura 6.10 – Modelo de agradecimentos



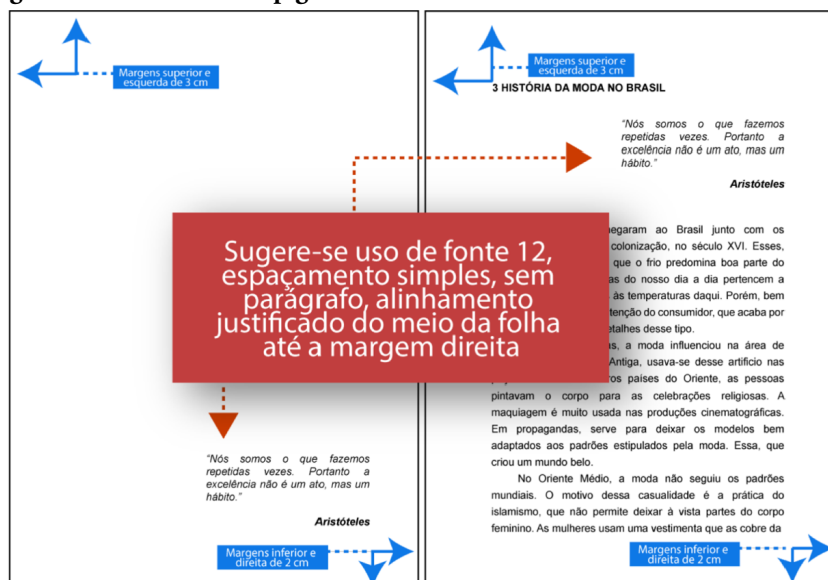
Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

Epígrafe (opcional)

É uma frase alusiva ao tema trabalhado. Figura na folha que antecede o resumo em língua vernácula, podendo aparecer na(s) folha(s) de

abertura de capítulos ou folhas separatrizes (que separam um capítulo do outro). A epígrafe segue a NBR 14724 (ABNT, 2011).

Figura 6.11 – Modelo de epígrafe



Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

Resumo na língua vernácula (obrigatório)

O resumo em língua vernácula é a apresentação concisa dos pontos relevantes de um texto e deve conter a natureza do trabalho, a metodologia, os resultados e as conclusões. Encontra-se detalhado na NBR 6028 (ABNT, 2021). Redigido na terceira pessoa do singular, com verbo na voz ativa, frases correntes sem enumeração de tópicos num total entre 150 palavras para monografias, 100 a 250 palavras (para artigos) e 500 palavras (para teses e dissertações). A frase de abertura deve explicar o tema do trabalho; em seguida a categoria. Evitar frases negativas, parágrafos, fórmulas, símbolos, citações bibliográficas. Ao final, deve incluir até 5 (cinco) palavras-chave representativas do conteúdo, extraídas da ficha catalográfica separadas por ponto (.) ou ponto e vírgula (;). É comum ser incluída a referência da obra acima do resumo para fins de localização

em bancos de dados internacionais; se for o caso, é só fazer a inclusão como no formato de referência de teses e dissertações, tratado em sessão posterior intitulada “Referências da Pesquisa”.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Resumo em língua estrangeira (obrigatório)

Versão do resumo para o inglês (preferencialmente) ou para outra língua de divulgação internacional. Facilita a localização da pesquisa por não falantes da língua portuguesa interessados em pesquisas com a sua temática. Obedece às mesmas regras de redação e apresentação contidas na NBR 6028 (ABNT, 2021) sobre o resumo, com título *ABSTRACT* em inglês, *RÉSUMÉ* em francês ou *RESUMEN* em espanhol. Ao final, deve incluir até 5 (cinco) palavras-chave representativas do conteúdo, extraídas da ficha catalográfica separadas por ponto (.) ou ponto e vírgula (;) traduzidas para língua estrangeira. É comum ser incluída a referência da obra acima do resumo para fins de localização em bancos de dados internacionais; se for o caso, é só fazer a inclusão como no formato de referência de teses e dissertações tratado em sessão posterior intitulada “Referências da Pesquisa” com o título traduzido para a língua estrangeira.

Figura 6.12 – Modelo de resumo em língua portuguesa

O diagrama apresenta dois modelos de resumo lado a lado, um em português ('RESUMO') e um em inglês ('ABSTRACT').

Modelo em português (RESUMO):

- Margens:** Indicações de 3 cm para a margem superior e esquerda, e 2 cm para a margem inferior e direita.
- Conteúdo:**

Esta dissertação analisa práticas discursivas sobre professores primários, produzidas por intelectuais da área da educação; portanto, emitidos a partir do território da academia. Ela parte da ideia-força de que os ditos escritos por esses intelectuais muito tem se aproximado das políticas públicas de qualificação de professores que, quase sempre, ignoram seu poder de criatividade e buscam alternativas de sobrevivência cultural, ante condições materiais tão pouco favoráveis...

Palavras-chave: educação; cultura; universidade; práxis; MEC; Caxias do Sul.

Modelo em inglês (ABSTRACT):

- Margens:** Indicações de 3 cm para a margem superior e esquerda, e 2 cm para a margem inferior e direita.
- Conteúdo:**

This dissertation examines the discursive practices of primary teachers, produced by intellectuals of the area of Education; therefore, issued from the territory of the academy. It starts from the idea-force which said written by these intellectuals, much has approached the public policy of qualification of teachers, often ignore the power of creativity and search for alternatives of cultural survival, before the material conditions so unfavorable...

Palavras-chave: education; culture; university; práxis; MEC; Caxias do Sul.

Nota central (caixa vermelha):

Sugere-se uso de parágrafo único, sem numeração de tópicos, espaçamento simples, não usar recuo na primeira linha, o uso na terceira pessoa do singular e que a primeira frase seja significativa, explicando o tema principal do documento

Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

Lista de ilustrações ou figuras (opcional)

A lista de ilustrações ou figuras engloba o conjunto de figuras, quadros, gráficos, lâminas, plantas, fotografias, organogramas, fluxogramas, desenhos, mapas, entre outros, e está prevista na norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011). Os itens devem ser apresentados em ordem numérica, conforme aparecem no texto, incluindo o título e a folha onde se localizam. Quando o número de um determinado tipo de ilustrações for significativo, vale criar uma lista própria para esse tipo.

Figura 6.13 – Modelo de lista de figuras

LISTA DE FIGURAS		fonte Arial, tamanho 14, negrito, maiúsculo e centralizado.
1 espaço entrelinhas de 1,5 cm		
Figura 1 – Cronograma de atividades	08	fonte Arial, tamanho 12, espaçamento entrelinhas de 1,5.
Figura 2 – Fluxograma de processos de negócios	10	
Figura 3 – Título da figura.....	11	
Figura 4 – Título da figura.....	12	
Figura 5 – Título da figura.....	13	
Figura 6 – Título da figura.....	14	
Figura 7 – Título da figura.....	14	
Figura 8 – Título da figura.....	15	
Figura 9 – Título da figura.....	16	
Figura 10 – Título da figura.....	16	

Fonte: Faculdades Fio Ourinhos (2023).

Lista de tabelas (opcional)

As tabelas também devem ser organizadas em ordem numérica, conforme aparecem no texto, incluindo a folha onde se localizam, e também estão previstas na norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011).

Figura 6.14 – Modelo de lista de tabelas

LISTA DE TABELAS	
1 linha em branco entrelinhas de 1,5	
Tabela 1 – Orçamento previsto para o 1º semestre	08
Tabela 2 – Conversão de unidades.....	10
Tabela 3 – Título da tabela.....	11
Tabela 4 – Título da tabela.....	12
Tabela 5 – Título da tabela.....	13
Tabela 6 – Título da tabela.....	14
Tabela 7 – Título da tabela.....	14
Tabela 8 – Título da tabela.....	15
Tabela 9 – Título da tabela.....	16
Tabela 10 – Título da tabela.....	16

fonte Arial, tamanho 14,
negrito, maiúsculo e
centralizado.

fonte Arial, tamanho 12,
espaçamento entre
linhas de 1,5.

Fonte: Faculdades Fio Ourinhos (2023).

Lista de abreviaturas e siglas (opcional)

Corresponde a abreviaturas e siglas que foram utilizadas na escrita do texto. Figura na norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011). Deve ser elaborada com itens dispostos em ordem alfabética e acompanhados dos respectivos significados.

Figura 6.15 – Modelo de lista de abreviaturas e siglas

Margens superior e esquerda de 3 cm LISTA DE ABREVIATURA <table> <tr><td>ampl.</td><td>ampliado</td></tr> <tr><td>atual.</td><td>atualizado</td></tr> <tr><td>aum.</td><td>aumentado</td></tr> <tr><td>bol.</td><td>boletim</td></tr> <tr><td>cm</td><td>centímetro</td></tr> <tr><td>comp.</td><td>compilador</td></tr> <tr><td>cf.</td><td>confira</td></tr> <tr><td>coord.</td><td>coordenador</td></tr> <tr><td>et al.</td><td>e outros</td></tr> <tr><td>fasc.</td><td>fascículo</td></tr> <tr><td>i. é.</td><td>isto é</td></tr> <tr><td>N. T.</td><td>Novo Testamento</td></tr> <tr><td>N. trad.</td><td>Nota de tradução, do tradutor</td></tr> <tr><td>n.</td><td>número</td></tr> <tr><td>pt.</td><td>parte</td></tr> <tr><td>reform.</td><td>reformulado</td></tr> <tr><td>rev.</td><td>revisado</td></tr> </table> As abreviaturas devem estar em letras minúsculas, seguidas pela descrição da abreviatura Recomenda-se uso do tab para alinhamento Margens inferior e direita de 2 cm	ampl.	ampliado	atual.	atualizado	aum.	aumentado	bol.	boletim	cm	centímetro	comp.	compilador	cf.	confira	coord.	coordenador	et al.	e outros	fasc.	fascículo	i. é.	isto é	N. T.	Novo Testamento	N. trad.	Nota de tradução, do tradutor	n.	número	pt.	parte	reform.	reformulado	rev.	revisado	Margens superior e esquerda de 3 cm LISTA DE SIGLAS <table> <tr><td>ABNT</td><td>Associação Brasileira de Normas Técnicas</td></tr> <tr><td>ANPAD</td><td>Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração</td></tr> <tr><td>CAPES</td><td>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior</td></tr> <tr><td>COPPEAD</td><td>Instituição de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração</td></tr> <tr><td>HTML</td><td>Hypertext Markup Language</td></tr> <tr><td>IBICT</td><td>Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia</td></tr> <tr><td>INEP</td><td>Instituto Nacional de Propriedade Industrial</td></tr> <tr><td>ISO</td><td>International Organization for Standardization</td></tr> <tr><td>MEC</td><td>Ministério da Educação</td></tr> <tr><td>OAB</td><td>Ordem dos Advogados do Brasil</td></tr> <tr><td>SIBUCS</td><td>Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul</td></tr> <tr><td>UCS</td><td>Universidade de Caxias do Sul</td></tr> </table> As siglas devem estar em letras maiúsculas, seguidas pela descrição da sigla. A descrição deve ficar justificada à direita. Recomenda-se o uso do tab para alinhamento Margens inferior e direita de 2 cm	ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas	ANPAD	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração	CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	COPPEAD	Instituição de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração	HTML	Hypertext Markup Language	IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	INEP	Instituto Nacional de Propriedade Industrial	ISO	International Organization for Standardization	MEC	Ministério da Educação	OAB	Ordem dos Advogados do Brasil	SIBUCS	Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul	UCS	Universidade de Caxias do Sul
ampl.	ampliado																																																										
atual.	atualizado																																																										
aum.	aumentado																																																										
bol.	boletim																																																										
cm	centímetro																																																										
comp.	compilador																																																										
cf.	confira																																																										
coord.	coordenador																																																										
et al.	e outros																																																										
fasc.	fascículo																																																										
i. é.	isto é																																																										
N. T.	Novo Testamento																																																										
N. trad.	Nota de tradução, do tradutor																																																										
n.	número																																																										
pt.	parte																																																										
reform.	reformulado																																																										
rev.	revisado																																																										
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas																																																										
ANPAD	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração																																																										
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior																																																										
COPPEAD	Instituição de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração																																																										
HTML	Hypertext Markup Language																																																										
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia																																																										
INEP	Instituto Nacional de Propriedade Industrial																																																										
ISO	International Organization for Standardization																																																										
MEC	Ministério da Educação																																																										
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil																																																										
SIBUCS	Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul																																																										
UCS	Universidade de Caxias do Sul																																																										

Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

Lista de símbolos (opcional)

Figura na norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011) e engloba os símbolos utilizados ao longo da escrita do texto. A lista segue a mesma lógica das abreviaturas e siglas: em ordem alfabética, com os símbolos acompanhados dos respectivos significados.

Figura 6.16 – Modelo de lista de símbolos

O diagrama mostra uma lista de símbolos dentro de um retângulo. No canto superior esquerdo, uma seta azul aponta para a margem superior e esquerda, com o texto "Margens superior e esquerda de 3 cm". No canto inferior direito, uma seta azul aponta para a margem inferior e direita, com o texto "Margens inferior e direita de 2 cm". No centro, há uma caixa vermelha com o seguinte texto: "Elaborada pela ordem em que os símbolos aparecem no texto, acompanhados do respectivo significado. Recomenda-se o uso das unidades de medida, após a descrição do símbolo, colocadas entre parênteses, quando for o caso".

LISTA DE SÍMBOLOS	
α	Alfa
β	Beta
©	Copyright
®	Marca Registrada
Ω	Ômega
π	Pi
@	Arroba
%	Por cento
°C	Graus Celsius
Al	Alumínio
Ca	Cálcio
(R)	Repetitivo
(NR)	Não repetitivo
L	Largura (m)

Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

Sumário (obrigatório)

O sumário segue a NBR 6027 (ABNT, 2012b) e envolve a enumeração das partes (seções e subseções) que compõem o documento, na mesma ordem e na mesma forma gráfica em que aparecem no texto, seguidas das folhas em que se encontram localizadas. Caso haja mais de um volume, em cada qual deve configurar o sumário completo da obra. Importante perceber que o sumário não é o índice – comum de figurar ao final de livros com o objetivo de remeter o autor a trechos e informações específicas.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Figura 6.17 – Modelo de sumário

		Margens superior e esquerda de 3 cm
		SUMÁRIO
1	INTRODUÇÃO	10
1.1	MUDANÇAS DA NOVA EDIÇÃO	12
2	APRESENTAÇÃO GRÁFICA	13
2.1	NUMERAÇÃO PROGRESSIVA	14
2.1.1	Seções primárias	14
2.1.2	Seções secundárias, terciárias, quaternárias e quinárias	15
2.1.3	Alineas	16
2.1.4	Subalneas	17
2.2	EQUAÇÕES E FÓRMULAS	17
2.3	ILUSTRAÇÕES	17
2.3.1	Figuras	18
2.3.2	Quadros	19
2.3.3	Tabelas	19
3	TRABALHOS ACADÊMICOS – APRESENTAÇÃO	23
3.1	PORTE EXTERNA	25
3.1.1	Capa	25
3.1.2	Lombada	26
3.2	PORTE INTERNA	27
3.2.1	Elementos pré-textuais	27
3.2.1.1	Folha de rosto	27
3.2.1.1.1	Anverso	28
3.2.1.1.2	Verso	30
3.2.1.2	Errata	30
3.2.1.3	Folha de aprovação	31
3.2.1.4	Dedicatória	33
3.2.1.5	Agradecimentos	34
3.2.1.6	Epigrafe	35
3.2.1.7	Resumo na língua vernácula	36
3.2.1.8	Resumo em língua estrangeira	38
3.2.1.9	Listas	39
		Margens inferior e direita de 2 cm

Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2023).

Parte interna – Elementos textuais

Os elementos textuais são o núcleo do trabalho onde a pesquisa é exposta. Todos os elementos textuais seguem a definição de seções, con-

forme estabelecido na NBR 6024 (ABNT, 2012a) – veja a Figura 6.18. Cada nova seção primária deve iniciar em nova página. A formatação geral da parte interna (de margens, paginação, fontes, espaçamento e alinhamento) será tratada em seção seguinte.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Figura 6.18 – Formatação de seções

1	SEÇÃO PRIMÁRIA	(maiúsculas, negrito)
1.1	SEÇÃO SECUNDÁRIA	(maiúsculas, sem negrito)
1.1.1	Seção terciária	(minúsculas com exceção da 1ª letra, negrito)
1.1.1.1	Seção quaternária	(minúsculas com exceção da 1ª letra, sem negrito)
1.1.1.1.1	Seção quinária	(minúsculas com exceção da 1ª letra, itálico)
2	SEÇÃO PRIMÁRIA	(maiúsculas, negrito)
2.1	SEÇÃO SECUNDÁRIA	(maiúsculas, sem negrito)
2.2.1	Seção terciária	(minúsculas com exceção da 1ª letra, negrito)
2.2.1.1	Seção quaternária	(minúsculas com exceção da 1ª letra, sem negrito)
2.2.1.1.1	Seção quinária	(minúsculas com exceção da 1ª letra, itálico)

Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

Introdução

Contextualiza o tema objeto da pesquisa – antecedentes, indicação do problema visando ao argumento, tendências, pontos críticos, relação com outros trabalhos – seguida de justificativa, formulação de hipóteses ou pressupostos, delimitação do campo de estudo (objeto), explicação dos objetivos, do tipo de pesquisa e das contribuições esperadas. Trata-se, por assim dizer, de uma visão panorâmica e prospectiva do trabalho.

Figura 6.19 – Modelo de introdução

1 INTRODUÇÃO

Digite aqui o seu texto.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

Digite aqui o seu texto.

1.2 OBJETIVOS

Digite aqui o seu texto.

1.2.1 Objetivo Geral

Digite aqui o seu texto.

1.2.2 Objetivos Específicos

Digite aqui o seu texto.

1.3 JUSTIFICATIVA

Digite aqui o seu texto.

1.3.1 Seção Terciária

Digite aqui o seu texto.

1.1.1.1 Seção Quaternária

Digite aqui o seu texto.

1.1.1.1.1 Seção Quinária

(...)

Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Desenvolvimento

É a parte mais importante do estudo. Por sua extensão deve ser dividida em tantas partes (seções ou capítulos) quantas forem necessárias para elucidar o assunto e facilitar o entendimento do leitor.

As diferentes seções poderão ser designadas por títulos ilustrativos do seu conteúdo, não necessariamente pela designação genérica (Revisão da Literatura, Metodologia e Resultados da Pesquisa), como ocorre na Introdução e na Conclusão (ou considerações finais). Sua estruturação deve seguir um encadeamento harmônico e lógico das ideias.

Figura 6.20 – Modelos de desenvolvimento

17 2 REFERENCIAL TEÓRICO Digite aqui o seu texto. 2.1 TÓPICO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 1 Digite aqui o seu texto. 2.1.1 Subtópico da Fundamentação Teórica 1 Digite aqui o seu texto. 2.2 TÓPICO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 2 Digite aqui o seu texto. 2.2.1 Subtópico da Fundamentação Teórica 2 Digite aqui o seu texto. 2.2.1.1 Subsubtópico da Fundamentação Teórica 2 Digite aqui o seu texto. 2.2.1.1.1 Subsubsubtópico da Fundamentação Teórica 2 Digite aqui o seu texto. (...)	18 3 METODOLOGIA Digite aqui o seu texto. 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA Digite aqui o seu texto. 3.2 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA (SE NECESSÁRIO) Digite aqui o seu texto. 3.3 UNIVERSO E AMOSTRA Digite aqui o seu texto. 3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS Digite aqui o seu texto. 3.5 TÉCNICAS DE TRATAMENTO DOS DADOS Digite aqui o seu texto. (...)
19 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS Digite aqui o seu texto. 4.1 TÓPICO DA ANÁLISE DOS DADOS 1 Digite aqui o seu texto. 4.1.1 Subtópico da Análise dos Dados 1 Digite aqui o seu texto. 4.2 TÓPICO DA ANÁLISE DOS DADOS 2 Digite aqui o seu texto. 4.2.1 Subtópico da Análise dos Dados 2 Digite aqui o seu texto. 4.2.1.1 Subsubtópico da Análise dos Dados 2 Digite aqui o seu texto. 4.2.1.1.1 Subsubsubtópico da Análise dos Dados 2 Digite aqui o seu texto. (...)	20 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS Digite aqui o seu texto. 5.1 TÓPICO DA DISCUSSÃO DOS DADOS Digite aqui o seu texto. 5.1.1 Subtópico da Discussão dos Dados Digite aqui o seu texto. (...)

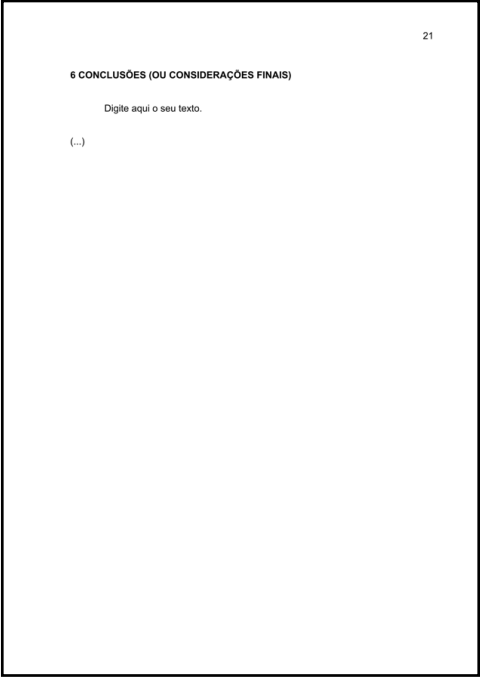
Fonte: elaborado pelo autor (2023).

No desenvolvimento, se apresenta o estado da arte (fundamentação teórica), a metodologia (materiais e métodos) e os resultados da pesquisa (análise e discussão).

Conclusão

Alicerçada nos resultados, deve associá-los à confirmação (ou não) da(s) hipótese(s) ou pressuposto(s), se for o caso, e aos objetivos estabelecidos. Inclui limitações, contributos teóricos e práticos da pesquisa, bem como propostas e recomendações para a implementação de resultados e de novas pesquisas, dando fechamento ao trabalho.

Figura 6.21 – Modelo de conclusão



21

6 CONCLUSÕES (OU CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Digite aqui o seu texto.

(...)

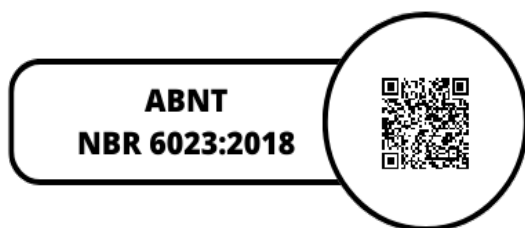
Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Parte interna – Elementos pós-textuais

Referências da Pesquisa (obrigatório)

As obras citadas para a elaboração do trabalho deverão ser organizadas de modo a constituírem uma lista única de referências, localizada logo após o texto. Essa lista inclui, portanto, todas as obras que o autor utilizou na escrita. As referências seguem a NBR 6023 (ABNT, 2018). Lá se identificam as referências como um conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento que permite sua identificação individual.

Conheça mais acessando o QR-Code:



A ordenação das referências pode ser em sequência **alfabética** (quando utilizado o sistema autor-data) – mais comumente utilizada, **numérica** (segundo a ordem de citação no texto e quando adotado o sistema numérico), **cronológica** (ordem de datas), etc.

Ademais, o alinhamento das referências deve ser feito à esquerda e não no formato justificado (dos dois lados) para evitar o distanciamento das palavras. Cada referência deve ser escrita em tamanho 12 separada de outra por um espaço simples mesmo tamanho (12). Vamos conhecer alguns modelos de referência mais comuns baseados nas referências com elementos essenciais e complementares abaixo:

REFERÊNCIA COM ELEMENTOS ESSENCIAIS:

SOBRENOME DO AUTOR, Prenome(s). **Título** (apenas a primeira letra da primeira palavra em maiúsculo, a não ser que haja nome próprio): subtítulo (se houver). Edição (se houver). Cidade onde foi publicado: Editora, ano de publicação.

REFERÊNCIA COM ELEMENTOS COMPLEMENTARES:

SOBRENOME DO AUTOR, Prenome(s). **Título** (apenas a primeira letra da primeira palavra em maiúsculo, a não ser que haja nome próprio): subtítulo, edição, cidade onde foi publicado, editora, ano de publicação, número de volumes, total de páginas. Nome da coleção. Distinção se é suplemento, coletânea - quando for o caso. Descrições relevantes para melhor identificação do material.

Figura 6.22 – Exemplos de referênciação

Livro:

Autor, título, subtítulo (se houver), edição (se houver), local, editora e data de publicação. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

LUCK, Heloisa. **Liderança em gestão escolar**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUCK, H. **Liderança em gestão escolar**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado:

Autor, título, subtítulo (se houver), ano de depósito, tipo do trabalho (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros), grau (especialização, doutorado, entre outros) e curso entre parênteses, vinculação acadêmica, local e data de apresentação ou defesa. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

RODRIGUES, Ana Lúcia Aquilas. **Impacto de um programa de exercícios no local de trabalho sobre o nível de atividade física e o estágio de prontidão para a mudança de comportamento**.

2009. Dissertação (Mestrado em Fisiopatologia Experimental) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2009.

Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado disponíveis online:

Inclusão dos meios digitais para além do que foi definido anteriormente.

COELHO, Ana Cláudia. **Fatores determinantes de qualidade de vida física e mental em pacientes com doença pulmonar intersticial: uma análise multifatorial**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/...pdf>. Acesso em: 4 set. 2009.

Capítulo de livro:

Autor e título da parte, seguidos da expressão *In:* ou “Separata de:”, e da referência completa da monografia no todo. No final da referência, deve-se informar a descrição física da parte. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento.

SANTOS, F. R. A colonização da terra do Tucujús. *In:* SANTOS, F. R. **História do Amapá, 1º grau**. 2. ed. Macapá: Valcan, 1994. p. 15-24.

Fascículo: Título, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, numeração do ano e/ou volume, numeração do fascículo, informações de períodos e datas de sua publicação. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento. DINHEIRO: revista semanal de negócios. São Paulo: Três, n. 148, 28 jun. 2000.
Artigos de periódicos: Autor, título do artigo ou da matéria, subtítulo (se houver), título do periódico, subtítulo (se houver), local de publicação, numeração do ano e/ou volume, número e/ou edição, tomo (se houver), páginas inicial e final, e data ou período de publicação. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento. DOREA, R. D.; COSTA, J. N.; BATTA, J. M.; FERREIRA, M. M.; MENEZES, R. V.; SOUZA, T. S. Reticuloperitonite traumática associada à esplenite e hepatite em bovino: relato de caso. Veterinária e Zootecnia, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 199-202, 2011.
Artigos escritos em meio eletrônico: As referências devem obedecer aos padrões indicados para artigo e/ou matéria de publicação periódica, acrescidos do DOI (se houver) e de informações relativas à descrição do meio eletrônico (CD-ROM, on-line e outros). RIBEIRO, P. S. G. Adoção à brasileira: uma análise sociojurídica. Dataveni@, São Paulo, ano 3, n. 18, ago. 1998. Disponível em: http://www.datavenia.inf.br/frame.artig.html. Acesso em: 10 set. 1998.
Artigo e/ou matéria de jornal físico: Autor, título, subtítulo (se houver), título do jornal, subtítulo do jornal (se houver), local de publicação, numeração do ano e/ou volume, número (se houver), data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento. OTTA, Lu Aiko. Parcela do tesouro nos empréstimos do BNDES cresce 566 % em oito anos. O Estado de S. Paulo, São Paulo, ano 131, n. 42656, 1 ago. 2010. <i>Economia & Negócios</i>, p. B1.
Artigo e/ou matéria de jornal eletrônico, inclusive sites: As referências devem obedecer aos padrões indicados para artigo e/ou matéria de jornal, acrescidas do DOI (se houver) e de informações relativas à descrição do meio eletrônico (CD-ROM, on-line e outros). VERÍSSIMO, L. F. Um gosto pela ironia. Zero Hora, Porto Alegre, ano 47, n. 16.414, p. 2, 12 ago. 2010. Disponível em: http://www.clicrbs.com.br/(...). Acesso em: 12 ago. 2010.
Publicação em Anais de congresso: Nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento, seguidos dos dados de local, editora e data da publicação. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento. BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 1994. p. 16-29.
Publicação em Anais de congresso online: As referências devem obedecer aos padrões indicados para as publicações em Anais de congresso, acrescidas do DOI (se houver) e de informações relativas à descrição do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, on-line e outros). BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 9., 1994, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 1994. p. 16-29. Disponível em: http://(...). Acesso em: 10 jan. 1995.

Patente: Inventor (autor), título, nomes do depositante e/ou titular e do procurador (se houver), número da patente, data de depósito e data de concessão da patente (se houver). Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento. VICENTE, Marcos Fernandes. Reservatório para sabão em pó com suporte para escova. Depositante: Marcos Fernandes Vicente. MU8802281-1U2. Depósito: 15 out. 2008. Concessão: 29 jun. 2010. Se a patente estiver disponível em formato eletrônico, incluir ao final: Disponível em: http://(...).com.br. Acesso em: 10 jan. 2023.
Legislação em formato eletrônico: Jurisdição, ou cabeçalho da entidade, em letras maiúsculas; epígrafe e ementa transcrita conforme publicada; dados da publicação. Quando necessário, acrescentam-se à referência os elementos complementares para melhor identificar o documento, como: retificações, alterações, revogações, projetos de origem, autoria do projeto, dados referentes ao controle de constitucionalidade, vigência, eficácia, consolidação ou atualização. Em epígrafes e ementas demasiadamente longas, pode-se suprimir parte do texto, desde que não seja alterado o sentido. A supressão deve ser indicada por reticências [...], entre colchetes. Quando em meio eletrônico as referências devem obedecer aos padrões indicados para as publicações em meio físico, acrescidas de informações relativas à descrição do meio eletrônico (disquetes, CD-ROM, on-line e outros). BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.
Filmes e vídeos em meio eletrônico: Os elementos essenciais são: título, diretor e/ou produtor, local, empresa produtora ou distribuidora, data e especificação do suporte em unidades físicas. Quando necessário, acrescentam-se elementos complementares à referência para melhor identificar o documento. Os elementos diretor, produtor, local e empresa produtora ou distribuidora devem ser transcritos se constarem no documento. JOHN Mayall & The Bluesbreakers and friends: Eric Clapton, Chris Barber, Mick Taylor: 70th birthday concert. [London]: Eagle Rock Entertainment, 2003. 1 disco blu-ray (ca. 159 min).
Autores com nomes hispânicos, compostos ou com prefixos (puxam a composição ao sobrenome): GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. O amor nos tempos do cólera. 33. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007. LA TORRE, Massimo. Two essays on liberalism and utopia. Florence: European University Institute, 1998. 45 p.
Autores sendo pessoa jurídica: PETROBRAS. Biocombustíveis: 50 perguntas e respostas sobre este novo mercado. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2007.
Instituição governamental: SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1993. 35 p.
Autoria desconhecida: ONDA de frio: reviravolta traz vento e forte chance de neve. Zero Hora, Porto Alegre, ano 47, n. 16.414, 12 ago. 2010. Disponível em: http://www.clicbs.com.br/(...). Acesso em: 12 ago. 2010.
Obra sem local e/ou editor utiliza-se sine loco [S. L.] e tb sine nomine [s. n.]: KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luís Antonio; FARIA, Tales. Todos os sócios do presidente. 3. ed. [S. L.: s. n.], 1992. 195 p.

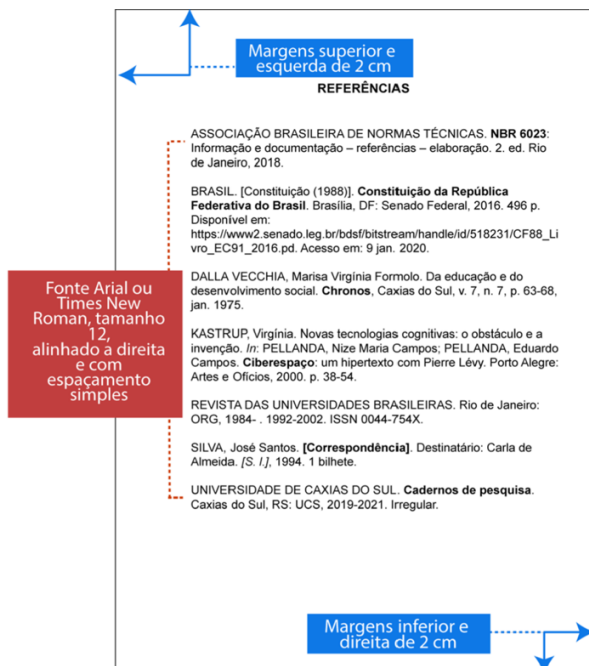
Fonte: adaptado pelo autor da NBR 6023 (ABNT, 2018).

Os casos omissos neste livro quanto à definição das entradas bibliográficas podem ser esclarecidos pela consulta direta à norma NBR 6023 (ABNT, 2018) e mediante a consulta a AACR2 (Código de Catalogação Anglo-Americano).

Veja aqui:



Figura 6.23 – Modelo de referências

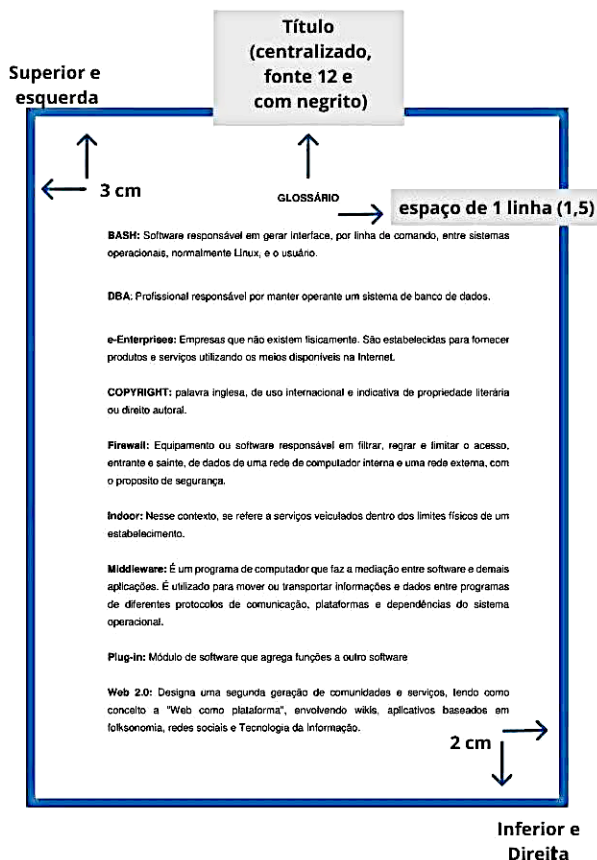


Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

Glossário (opcional)

O glossário é uma lista de palavras de sentido obscuro ou termos técnicos de uso restrito utilizados no texto, acompanhados das respectivas definições. Deve ser ordenado alfabeticamente. Encontra-se previsto na norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011).

Figura 6.24 – Modelo de glossário



Fonte: Moretti (2020).

Apêndice (opcional) e Anexo (opcional)

O apêndice é **um texto ou documento elaborado pelo autor** a fim de complementar sua argumentação ou prover informações mais analíticas sobre algum dado. Identificam-se por letras maiúsculas seguidas de travessão e de seus respectivos títulos. Exemplo: APÊNDICE A – Questionário Aplicado. Para citá-lo ao longo do texto usar o formato “Apêndice X” ou (APÊNDICE X) ao final do texto. Se esgotadas as letras do alfabeto, usam-se letras dobradas AA, AB, AC, etc.

O anexo, por sua vez, é um **texto ou documento não elaborado pelo autor** com a função de fundamentação, comprovação e ilustração. Segue a mesma formatação do apêndice. Exemplo: ANEXO A – Lei de Cotas. Para citá-lo ao longo do texto, usar o formato “Anexo X” ou (ANEXO X) ao final do texto. Se esgotadas as letras do alfabeto, também usam-se letras dobradas AA, AB, AC etc., como no apêndice.

Figura 6.25 – Modelo de apêndice e anexo

O diagrama ilustra a formatação de dois tipos de documentos: um apêndice e um anexo. Ambos seguem as mesmas regras de margens: 3 cm no topo e à esquerda, e 2 cm na base e à direita.

Modelo de Apêndice (Esquerda):

- Margens superior e esquerda de 3 cm**
- APÊNDICE A - PESQUISA DE SATISFAÇÃO SOBRE AS CAPACITAÇÕES ON-LINE NAS BIBLIOTECAS UCS**
- Questionário:
- 1. Qual a sua avaliação sobre o conteúdo apresentado?
Ótimo () Regular ()
Bom () Nada a declarar ()
- 2. Como você avalia o seu conhecimento do assunto antes das informações apresentadas?
Ótimo () Regular ()
Bom () Desconhecida as informações ()
- 3. Quanto você acha que a capacitação vai ajudar na realização de suas atividades?
Muito () Muito Pouco ()
Pouco () Não ajudará na realização das atividades ()
- 4. Ficou com alguma dúvida sobre o conteúdo apresentado ou possui alguma sugestão para o aperfeiçoamento das próximas capacitações?

- Margens inferior e direita de 2 cm**

Modelo de Anexo (Direita):

- Margens superior e esquerda de 3 cm**
- ANEXO A - CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA EMPRESA**
- CARTA DE AUTORIZAÇÃO**
- A empresa ABC, sob CNPJ 00 000 000000-01 autoriza a acadêmica Ana da Silva a realizar o Trabalho de Conclusão de Curso I e II, no curso de Biblioteconomia pela Universidade de Caxias do Sul.
- Contatos com a empresa pelo telefone (54) 0000-0000
- Caxias do Sul, 19 de fevereiro de 2019
- 
Assinatura
- Margens inferior e direita de 2 cm**

Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

Em trabalhos de dissertação e de tese é sugerido incluir o currículo do autor e bases de dados como anexos e saídas de softwares estatísticos como apêndice. O apêndice e o anexo estão previstos na norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011).

Índice (opcional)

O índice é uma relação de palavras ou frases ordenadas pelo autor, segundo determinado critério, que localiza e remete a informações contidas no texto. A NBR 6034 (ABNT, 2004a) elenca diferentes formas e tipos de índices. Há três tipos de índices: remissivo (que remete a um ponto no texto), onomástico (que remete a nomes de pessoas, entidades, entre outros) e cronológico (que segue uma ordem temporal). A classificação dos índices, quando escolhida por **ordenação**, pode ser **alfabética**, **sistemática**, **numérica**, **cronológica** ou **alfanumérica**. Se por **enfoque**, pode ser **especial**, onde o autor escolhe por **autores**, **títulos**, **pessoas e/ou entidades**; **assuntos**; **nomes geográficos**; **citações**; ou **mesmo anunciantes e matérias publicitárias** ou **geral** escolhendo entre duas ou mais opções anteriores. Ex.: autores e assuntos.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Figura 6.26 – Modelo de índice de autores e remissivo

Margens superior e esquerda de 3 cm ÍNDICE DE AUTORES ABATH, Rachel Joffily, 357 ALMEIDA, Iêda Muniz, 65 ALMEIDA, Marina dos Santos, 27 ALVES, Marília Amaral Mendes, 149 BANDEIRA, Suelena Pinto, 65 BLANK, Veleida Ana, 399 BORGES, Stélie Maris, 167 CABRAL, Anna Maria Rezende, 553 Margens inferior e direita de 2 cm	Margens superior e esquerda de 3 cm ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO A • acionista controlador 151 • ALIENAÇÃO ANTECIPADA • de bens • de quarta dispensada 51 • sem reservas 50 • sujeitos à depreciação econômica 49 • ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA • permutabilidade 75 • partilha de bens e ações 75 • APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CDC • à execução trabalhista 80 • ARREMATACÃO • mais longo 64 • preço vi • ARRESTO • de bens • sem prova de dívida líquida e certa 46 • ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA • multa e proibição do exercício de falar em autos 134 • AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA • aplicação de ofício na sentença 182 B • BENEFÍCIO • alienação antecipada • de quarta dispensada 51 • sem reservas 50 • sujeitos à depreciação econômica 49 • a alienação de patrimônio • a simulação pode ser declarada de ofício 182 • com alienação fiduciária 75 • com alienação mediante leasing 75 • de família • aluguéis 173 • doação com reserva de usufruto 183 • fraude contra credores • fraude à execução • adaptação do imóvel mais valioso 171 • pode ser perfurado quando há responsabilidade civil 149 • subleito 196 • eletrodomesticos • permutabilidade na execução trabalhista 122 • hipotecários • permutabilidade 71 • na posse do executado • presume-se a propriedade 60 • indisponibilidade de bens na execução trabalhista 180 • partilha • bem alienado fiduciariamente 75 • bem gravado com leasing 75 • bens dos diretores 70 • bens dos sócios 32, 112 • bens com hipoteca 71 • bens com penhor 72 • eletrodomesticos 122 • presume propriedade rural 117 • quotas sociais • saldos, vencimentos e proventos de aposentadoria 77 • sociedade anônima de capital aberto 70 • sociedade anônima de capital fechado 34 • sócio mantido 32 • sócio retirante 105, 107 • sócio retirante em caso de fraude 105, 107 • necessários ao exercício de trabalho profissional 65 • impermutabilidade 65 • bens necessários à atividade econômica 65
---	--

Fonte: Universidade Caxias do Sul (2021) e adaptado de Sousa em Docplayer (2017).

Formatação

A formatação dos trabalhos segue a utilização de papel branco em formato A4 (21 x 29,7 cm) com margens superior e esquerda de 3 cm e margens inferior e direita de 2cm. As fontes usuais são a Arial e a Times New Roman. Os títulos sem numeração devem obrigatoriamente estar centralizados.

Cabe destacar que a paginação só começa a partir da introdução (apesar de a partir da folha de rosto já ser contada) e devem figurar no canto superior da folha que deve ser escrita somente de um lado (anverso). A fonte ao longo do texto deve ser padrão; em outras palavras, se você começar a escrita do texto em Arial, utilize ela até o final do documento. O tamanho normal de texto escrito é 12 e o espaçamento entre as linhas textuais deve ser de 1,5 cm. O recuo de novos parágrafos deve respeitar 1,25 cm.

Algumas regras específicas devem ser seguidas para o tamanho de fonte em alguns casos. Vejamos:

Figura 6.27 – Medidas de fonte

Tamanho	Local de uso (elementos)
Fonte 12	Pré-textuais: capa, folha de rosto, ficha catalográfica, dedicatória, agradecimento, epígrafe, resumo e abstract, lista de ilustrações, tabelas, abreviaturas e siglas, símbolos e sumário. Textuais: introdução, desenvolvimento e conclusão. Pós-textuais: referências, glossário, apêndices e anexos.
Fonte 11 ou 10	Textuais: citações textuais de mais de três linhas com recuo, paginação, notas de rodapé, legendas, texto da fonte das ilustrações, figuras e tabelas.

Fonte: adaptado de NBR 14724 (ABNT, 2011).

Os espaçamentos entre linhas também possuem algumas regras específicas, como o tamanho das fonte. Observe:

Figura 6.28 – Medidas de espaçamento

Espaçamento	Local de uso (elementos)
1,5	Pré-textuais: capa, folha de rosto, dedicatória, agradecimento, epígrafe, lista de ilustrações, tabelas, abreviaturas e siglas, símbolos e sumário. Textuais: introdução, desenvolvimento e conclusão. Pós-textuais: glossário, apêndices e anexos.
Simple (1,0)	Pré-textuais: resumo e abstract. Textuais: citações textuais de mais de três linhas com recuo, paginação, notas de rodapé, legendas, texto da fonte das ilustrações, figuras e tabelas. Pós-textuais: referências.

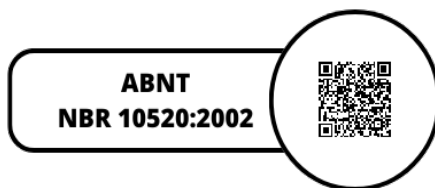
Fonte: adaptado de NBR 14724 (ABNT, 2011).

Muita atenção a essas normas. É comum encontrarmos textos com fontes de tamanhos ou tipos diferentes em monografias, dissertações e teses. Alguns parágrafos escritos em espaçamento simples e outros em espaçamento 1,5. Não esqueça que a estética do texto deve ser mantida e preservada por você, pesquisador. A formatação dos trabalhos está prevista na norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011).

Citações

As citações são passagens de textos de outras autorias que embasam teoricamente o trabalho científico. Estão previstas na NBR 10520 (ABNT, 2002).

Conheça mais acessando o QR-Code:



A **citação direta** indica uma cópia literal do texto. Transcrevem-se normalmente decretos, regulamentações, leis, fórmulas ou trechos de obras. O tamanho da citação determinará sua localização no trabalho.

No caso de a citação possuir até três linhas (**citação direta curta**), esta virá incorporada ao parágrafo, entre aspas duplas. Já as citações com mais de três linhas (**citação direta longa**) ficarão abaixo do parágrafo, em bloco, com início sob a linha anterior, com recuo de 4 cm (quatro centímetros) à direita da margem, em espaçamento simples.

Citação incorporada no texto:

Conforme cita Souza (2017, p. 34) “é fundamental que os gestores saibam da importância das estratégias de marketing digital para as empresas”. Tal concepção se dá exatamente pela ascensão das tecnologias nas residências das pessoas ...

ou

A ascensão das tecnologias nas residências das pessoas e o uso das redes sociais em massa indicam um excelente caminho para os gestores apostarem no marketing digital nas empresas. Afinal, “é fundamental que os gestores saibam a importância das estratégias de marketing digital para as empresas” (SOUZA, 2017, p. 34).

Citação abaixo do texto:

Segundo Souza (2017, p. 34):

É fundamental que os gestores saibam a importância das estratégias de marketing digital para as empresas. Vale ressaltar que fortalecer a presença digital não é somente uma

questão de vantagem competitiva, e sim de sobrevivência em um mercado tão disputado. Portanto, as organizações precisam se adequar a essa nova realidade o quanto antes.

ou

Texto que precede a citação não mencionando nada acerca do texto que será citado. Com isso, é muito importante

(...) que os gestores saibam a importância das estratégias de marketing digital para as empresas. Vale ressaltar que fortalecer a presença digital não é somente uma questão de vantagem competitiva, e sim de sobrevivência em um mercado tão disputado. Portanto, as organizações precisam se adequar a essa nova realidade o quanto antes (SOUZA; 2017, p. 34).

Veja que o uso de reticências (...) indica que a frase original não inicia exatamente a partir do momento em que você a cita, ou seja, há uma supressão. O uso de () ao meio de uma citação indica algum comentário do autor. Toda citação direta deve conter, junto ao sobrenome do autor e do ano de publicação o número da(s) página(s) de onde foi retirada a citação. No caso de mais de uma página, usar, por exemplo: Souza (2017, p. 34-35) no fluxo frasal ou (SOUZA, 2017, p. 34-35) ao final da frase.

No caso de citações diretas às quais você quer dar alguma ênfase (grifo) em alguma palavra, você poderá utilizar a opção do negrito no texto e incluir a expressão “grifos do autor, ou grifo nosso” ao final da citação. Isso vale também para textos traduzidos por você e para comentários. Indica-se que o texto no idioma original seja incluído em nota de rodapé (após o traço), veja:

(...) que os gestores saibam a importância das estratégias de **marketing digital** para as empresas. Vale ressaltar que **fortalecer a presença digital** não é somente uma questão de vantagem competitiva, e sim de sobrevivência em um mercado tão disputado. Portanto, as organizações precisam se adequar a essa nova realidade o quanto antes (SOUZA; 2017, p. 34, grifos nossos).

(...) que os gestores saibam a importância das estratégias de **marketing digital** para as empresas (inclusive conhecendo as ferramentas). Vale ressaltar que **fortalecer a presença digital** não é somente uma questão de vantagem competitiva, e sim de sobrevivência em um mercado tão disputado. Portanto, as organizações precisam se adequar a essa nova realidade o quanto antes (SOUZA; 2017, p. 34, comentários nossos).

O marketing digital é o componente de marketing que usa a Internet e tecnologias digitais baseadas on-line, como computadores de mesa, telefones celulares e outras mídias e plataformas digitais para promover produtos e serviços (AUTOR; 20xx, p. XX, tradução nossa)¹.

¹ Do original: “*Digital marketing is the component of marketing that uses the Internet and online based digital technologies such as desktop computers, mobile phones and other digital media and platforms to promote products and services*” (AUTOR, 20xx, p. XX).

A **citação indireta**, por sua vez, reproduz as ideias de um autor citado sem sua transcrição – é uma **paráfrase** (maneira diferente de dizer algo que já foi dito). Enquanto na citação direta transcreve-se literalmente o texto, neste caso, utiliza-se a ideia ou o raciocínio do autor apenas. A citação indireta é feita no próprio fluxo textual. Veja:

De acordo com Mattar (1996), a pesquisa bibliográfica é apropriada para os primeiros estágios da investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são geralmente pouco ou inexistentes.

Ou

Os estudos exploratórios têm como principal característica a informalidade, a flexibilidade e a criatividade, e neles procura-se obter um primeiro contato com a situação a ser pesquisada (SAMARA; BARROS, 2002).

Veja que, no caso das citações indiretas, fazemos o mesmo processo de referenciação direta, porém, sem citar a(s) página(s) da obra, já que se trata de uma paráfrase e não de uma transcrição literal.

Importante perceber que existem algumas regras também quando se tem a citação de mesmos autores com obras em mesmos anos, bem como citações simultâneas de autores e obras. Vejamos:

As citações de diversos documentos de um **mesmo autor** em um **mesmo ano** se distinguem por letras minúsculas após a data, em ordem alfabética. Exemplos: De acordo com Reeside (1927a) em **citação indireta** ou Reeside (1927a, p. 30), em **citação direta** por exemplo no fluxo textual. Ao final de outro parágrafo, tem-se novamente o autor, porém, em outra obra do mesmo ano; usa-se no caso de **citação direta** (REESIDE, 1927b, p. 30) ou **indireta** (REESIDE, 1927b).

No caso de **citações indiretas** de obras de um **mesmo autor** de **anos diferentes** citadas simultaneamente, tem-se as datas separadas por vírgula. Assim: no fluxo textual, utiliza-se Dreyfuss (1989, 1991, 1995). Ao final do texto, utiliza-se (DREYFUSS, 1989, 1991, 1995).

No caso de **citações indiretas** de **vários documentos** com **vários autores** mencionados simultaneamente, ao final da citação os autores devem ser separados por ponto e vírgula em ordem alfabética; no caso de obras com mais de um autor, eles devem ser citados por separação de ponto e vírgula, seguidos da data da obra separada dos seus nomes por vírgula, veja: (FONSECA, 1997; PAIVA; 1997; SILVA, 2003; SAMARA; BARROS, 2002).

Quando existem **citações de obras com muitos autores** é comum citá-los com a expressão latina (*et al.*) que indica “e outros”. Exemplo: Fonseca *et al.* (1997), ou mesmo Fonseca e outros (1997). Ao final da citação, utiliza-se (FONSECA *et al.*, 1997). Lembre-se de incluir a página, no caso de citações diretas.

No caso de autores com o mesmo sobrenome e ano de publicação, os autores devem ser identificados pela inicial do nome. Exemplo: temos o autor João Silva que publicou em 1995 e o autor Celso Silva que publicou no mesmo ano. Assim, você deve citá-los ao final do texto

como (SILVA, J., 1995) e (SILVA, O., 1995). Caso a coincidência ainda aconteça com autores com a mesma inicial, usa-se o prenome todo. Exemplo: temos o mesmo João Silva que publicou em 1995 e o autor José Silva que publicou no mesmo ano. Assim, você deve citá-los ao final do texto como (SILVA, João, 1995) e (SILVA, José, 1995).

E quando eu vejo algum autor citado em algum texto, mas não tenho acesso à obra original?

Aí você fará o que se chama de “citação de citação”. Os famosos *apud*s. Você citará o autor em questão e referenciará a obra em que consta a citação com expressões como: *apud*, conforme, segundo ou citado por. Veja:

No fluxo textual:

De acordo com Silva (1983 *apud* ABREU, 1999, p. 3) (...).

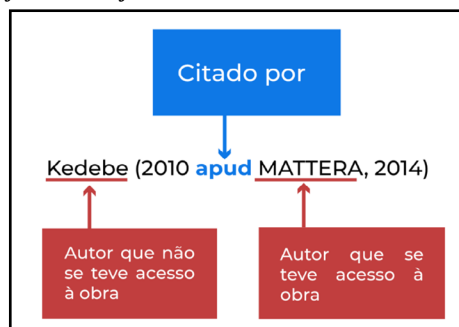
Conforme Silva (1983 citado por ABREU, 1999, p. 3) (...).

No final da citação:

(SILVA, 1983 *apud* ABREU, 1999, p. 3).

(SILVA, 1983 conforme ABREU, 1999, p. 3).

Figura 6.29 – Citação de citação



Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

É importante que você tenha acesso à obra original. Você já pensou se o autor da obra que você consultou (teve acesso) fez uma interpretação equivocada das palavras do autor que você pretende citar (aquele a quem você não teve acesso)? É possível que isso crie um círculo vicioso de transmissão de informações incorretas. Por isso, priorize sempre o acesso à obra original e faça os *apud*s apenas quando realmente necessário.

Siglas

A adoção de siglas deve considerar que a primeira vez em que figura no texto deve aparecer entre parênteses, após o seu nome por extenso. Deve também constar na Lista de Abreviaturas e Siglas (ou acrônimos). Exemplo: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é responsável por (...). As siglas devem se grafadas sem ponto e não sofrer divisão silábica ao final de linhas. Quando devem ser pronunciadas todas as letras, a grafia deve ser maiúscula como no exemplo do IBGE, acima. Quando a leitura for a junção das letras, use apenas a primeira letra em maiúsculo. Exemplo: A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é responsável (...). As siglas seguem a norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011).

Equações e fórmulas

Devem figurar no texto de forma destacada e, se preciso, numeradas com algarismos arábicos entre parênteses, alinhados à direita, visando facilitar sua leitura e futura citação; é permitido o uso de uma entrelinha maior que comporte seus elementos (expoentes, índices e outros). Estão previstas também na norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011).

Exemplo:

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a} \quad (1)$$

Ilustrações

As ilustrações são elementos enriquecedores do texto e compreendem figuras, gráficos, quadros, lâminas, plantas, fotografias, organogramas, fluxogramas, desenhos e mapas, dentre outros. A indicação do tipo de ilustração deve aparecer na parte inferior, seguida do respectivo número sequencial em algarismo arábico e do seu título; abaixo, em corpo 10, espaço simples, podem figurar a indicação da fonte de onde foram extraídos e/ou as notas sobre as informações apresentadas, se for o caso, conforme define a norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011) e conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003). É interessante incluir, antes do título da ilustração, um espaçamento de 5 pontos para que o título não fique grudado na borda da ilustração. Assim:

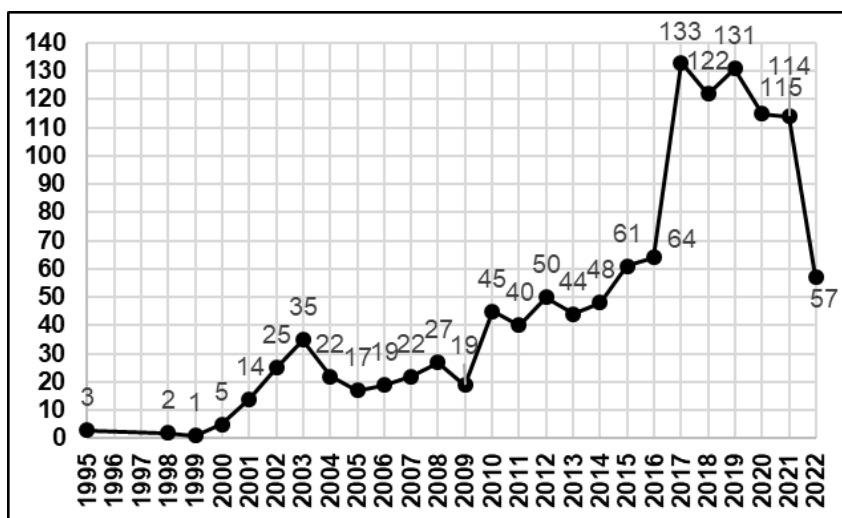


Gráfico 1.1 – Publicações de autores brasileiros sobre EaD 1995-2022.

Fonte: Web of Science (2022).

Tabelas e Quadros

A denominação “tabela” deve aparecer na parte superior, seguida do respectivo número sequencial em algarismos arábicos e do seu título; abaixo, em corpo 10, espaço simples, deve figurar a indicação da fonte de onde foram extraídos os dados e notas a respeito, se necessário. Utiliza-se por convenção o termo “tabela” para designar a organização (sem bordas laterais) de dados normalmente numéricos. É importante incluir, após o título, 5 pontos de espaçamento para que este não fique colado demais na borda da tabela ou quadro. O mesmo vale para a fonte dos dados, com 5 pontos de espaçamento antes dela. Para dados textuais sintetizados, utiliza-se a expressão “quadro” com todas as bordas. O uso de tabelas e quadros está previsto na norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011) e nas Normas de Apresentação Tabular elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003).

Conheça mais acessando o QR-Code:



Veja abaixo um exemplo de tabela.

Tabela 1.1 – Pessoas residentes em domicílios particulares, por sexo e situação do domicílio – Brasil – 1980

Situação do Domicílio	Total	Mulheres	Homens
Total	117 960 301	59 595 332	58 364 969
Urbana	79 972 931	41 115 439	38 857 492
Rural	37 987 370	18 479 893	19 507 477

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1981).

E agora, um exemplo de quadro:

Quadro 1.1 – Teoria sobre Estilos de Liderança

	Autoritário	Participativo	Delegativo
Nível Autoridade	◆◆◆	◆◆	◆
Características	Pouca participação dos liderados na tomada de decisão	Distribuição do poder de decisão com os liderados	Líder apoia os subordinados tomarem as decisões
Vantagens	Decisões rápidas e centralizadas	Aumento do comprometimento dos liderados	Maior motivação para os especialistas e autônomos
Desvantagens	Conflitos dentro da equipe e dependência do líder	Decisões mais lentas e controle menor sobre os processos	Desorganização devido a liderança enfraquecida

Fonte: adaptado de Chiavenato (2005).

Notas de rodapé

As notas de rodapé fazem referência ao texto complementando, referenciando ou explicando alguns termos textuais.

As **notas de referência** podem ser consideradas como tipos de notas de rodapé e indicam a referência da qual a citação foi retirada, no rodapé da página. Já as **notas explicativas** têm o intuito de esclarecer sobre algo que precisa de um detalhamento maior, mas, se fosse incluso no texto, o deixaria muito denso ou “truncado” (particionado). Utiliza-se, no fluxo textual, a identificação numérica da nota^{1 2 3} e, no rodapé da página, o esclarecimento da nota.

Algumas instituições, principalmente no contexto jurídico, não utilizam a referência de obras no modelo autor-data ao final do texto, mas sim o modelo numérico, com auxílio de notas de referência. Veja alguns exemplos:

Nota explicativa:

¹ Veja-se como exemplo desse tipo de abordagem o estudo de Netzer (1976).

² Encontramos este tipo de perspectiva na 2ª parte do verbete referido na nota anterior, em grande parte do estudo de Rahner (1962).

³ FARIA, J. E. (Org.) **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. São Paulo: Malheiros, 1994.

Figura 6.30 – Exemplo de nota de rodapé

O comportamento liminar correspondente à adolescência vem se constituindo numa das conquistas universais, como está, por exemplo, expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente³.

Os pais estão sempre confrontados diante das duas alternativas: vinculação escolar ou vinculação profissional.⁴

Fonte tamanho 10, espaçamento simples, alinhados a partir da segunda linha da mesma nota, abaixo da primeira palavra

³ Se a tendência a universalização das representações sobre a periodização dos ciclos de vida, desrespeita a especificidade dos valores culturais de vários grupos, ela é condição para a constituição de grupos de pressão integrados a moralização de tais formas de inserção de crianças e jovens.

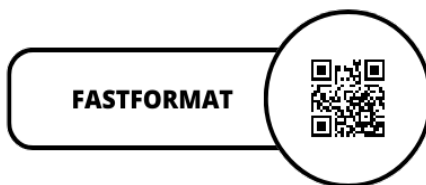
⁴ Sobre essa opção dramática ver também Moreci (1996, p. 269-290).

Fonte: Universidade de Caxias do Sul (2021).

As notas de rodapé estão previstas na norma geral NBR 14724 (ABNT, 2011) e na norma voltada às citações NBR 10520 (ABNT, 2002).

Uma ferramenta chamada FastFormat[®] que possui muitos *templates* de trabalhos acadêmicos e permite que você formate com facilidade o seu trabalho acadêmico pode ser uma boa opção para você agilizar essa parte burocrática do seu trabalho, focando no que importa, que é o desenvolvimento da pesquisa e sua relatoria.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Resumo do Capítulo

Neste capítulo, você aprendeu a estruturar relatórios de pesquisa, conforme exigem as normas de publicação científica.

Compreendeu a estrutura de tais trabalhos com parte externa, composta por capa e lombada, e parte interna estruturada em elementos pré-textuais (folha de rosto, errata, folha de aprovação, dedicatória, agradecimentos, epígrafe, resumo em língua vernácula, resumo em língua estrangeira, lista de ilustrações, lista de tabelas, lista de abreviatura e siglas, lista de símbolos e sumário), textuais (introdução, desenvolvimento e conclusão) e pós-textuais (referências, glossário, apêndice, anexo, índice). Cada uma das estruturas expostas foi detalhada conforme as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) vigentes, com vários exemplos práticos.

Ainda, você aprendeu sobre regras gerais de formatação dos trabalhos científicos, processos relativos às citações (diretas e indiretas, longas ou curtas, citação de citação), bem como regras para inclusão de siglas, equações, ilustrações (figuras), tabelas, quadros e notas de rodapé no seu texto científico.

Agora você reúne condições de escrever o seu relatório de pesquisa. Claro que, apesar deste capítulo ter feito uma síntese das normas, no caso de dúvidas, é importante recorrer às regras na íntegra.

Referências

ABNT. **NBR 10520:2002**. Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2002.

ABNT. **NBR 12225:2004**. Informação e documentação – Lombada – Apresentação. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004b.

ABNT. **NBR 14724:2011**. Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2011.

ABNT. **NBR 6023:2018**. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2018.

ABNT. **NBR 6024:2012**. Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento – Apresentação. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2012a.

ABNT. **NBR 6027:2012**. Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2012b.

ABNT. **NBR 6028:2021**. Informação e documentação – Resumo, resenha e resensão – Apresentação. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021.

ABNT. **NBR 6034:2004**. Informação e documentação – Índice – Apresentação. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004a.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

FACULDADES FIO OURINHOS. Lista de Ilustrações. **Normatização de Trabalhos Acadêmicos**. Disponível em: https://fio.edu.br/manualtcc/co/13_Lista_de_ilustracoes.html. Acesso em: 23 jan. 2023.

FACULDADES FIO OURINHOS. Lista de Tabelas. **Normatização de Trabalhos Acadêmicos**. Disponível em: https://fio.edu.br/manualtcc/co/14_Lista_de_tabelas.html. Acesso em: 23 jan. 2023.

FEBRAB. **Código de catalogação anglo-americano**. 2. ed. São Paulo: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, 2004.

FERNANDES, Márcia. Normas da ABNT: regras de formatação para trabalhos acadêmicos. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/normas-abnt-trabalhos/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

GAZETA DO POVO. Regras da ABNT: normas para monografias e trabalhos acadêmicos. **Infográficos Educação**, 2018. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/educacao/normas-abnt/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

IBGE. **Normas de apresentação tabular**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

LUSBISCO, N. M. L.; VIEIRA, S. C.; SANTANA, I. V. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses**. 4. ed., Salvador: EDUFBA, 2008.

MORETTI, I. Glossário: o que é, como fazer e exemplo. **Regras para TCC**, 2020. Disponível em: <https://regrasparatcc.com.br/primeiros-passos/glossario/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

PEREIRA, M. G. Estrutura do artigo científico. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 351-352, 2012. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v21n2/v21n2a18.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SOUSA, A. A. Índice Alfabético Remissivo. **Docplayer**, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15740627-Indice-alfabetico-remissivo.html>. Acesso em: 23 jan. 2023.

TOMASI, C.; MEDEIROS, J. B. **Comunicação científica – Normas Técnicas para Redação Científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos (recurso eletrônico)**. Caxias do Sul: Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul, 2021. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/guia-trabalhos-academicos_4.pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.

VIANNA, I. O. de A. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: E.P.U., 2001.

CAPÍTULO VII - LINGUAGEM CIENTÍFICA, PLÁGIO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS EM BANCAS EXAMINADORAS

em coautoria com Sienne Cunha de Oliveira¹

Assista ao resumo deste capítulo no canal do autor.



Objetivos de Aprendizagem:

- Conhecer e compreender a importância, as regras e as características da linguagem científica nas pesquisas;
- Detectar plágio acadêmico, entendendo as implicações dessas práticas; e
- Identificar atributos importantes relacionados à apresentação de trabalhos a bancas examinadoras.

Introdução

Neste capítulo discutiremos a importância do uso da linguagem científica nas pesquisas. Trataremos de conceituar essa linguagem e apresentar as suas características para que você compreenda que a escrita de textos científicos segue os preceitos dessa linguagem. É importante que você a conheça e a domine, mesmo que de forma elementar, para que consiga comunicar com clareza os resultados da sua pesquisa.

¹ Sienne Cunha de Oliveira é doutora e mestra em Ciências da Educação pela Universidad del Sol (UNADES) no Paraguai, além de mestra em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Possui graduação em Letras – Português e em Direito. É professora da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC-AM), bem como da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), além de grande amiga do autor. Contato: sienneoliveira@gmail.com.

Ademais, conheceremos uma prática muito corriqueira na academia, que trata do plágio e do autoplágio e que envolve apropriação e cópia de materiais sem citação da fonte, como se fossem de elaboração própria. Essas práticas precisam ser combatidas e evitadas, para que a sua investigação não seja desacreditada.

Por fim, trataremos dos atributos de uma boa apresentação a bancas examinadoras, indiferente do nível ou da situação em que ocorrem, para que você possa se preparar melhor para esses momentos.

Vamos lá?

Linguagem Científica

Você deve pensar... já não chegam todas as regras de gramática e ortografia para a escrita de textos, ainda tenho que identificar e saber usar a linguagem científica? Pois é, o trabalho científico deve apresentar, conforme Camargo e outros (2003), uma linguagem condizente com o nível científico, com regras qualitativas (impessoalidade, objetividade e modéstia) e características (função informativa, clareza, vocabulário e fraseologia técnica).

Regras e Características da Linguagem Científica

Assim, a linguagem científica **deve** ser:

- **Impessoal:** textos redigidos em terceira pessoa, evitando-se referências pessoais e pronomes possessivos (meu trabalho, meus estudos, minha tese, julgamos que, deduzimos que, chegamos à conclusão que);
- **Objetiva:** não deve conter impressões subjetivas (juízos de valor), não fundamentadas em dados obtidos, ou com a presença de qualquer raciocínio subjetivo (eu penso, parece-me que, parece ser);

- **Modesta:** os resultados de uma pesquisa conduzida adequadamente se impõem por si mesmos, não se deve insinuar que resultados obtidos por outros autores continham incorreções, pois o trabalho, por mais perfeito que pareça, não está isento de erros. A cortesia deve suceder a modéstia, pois não se deve transmitir um resultado com autoritarismo e visão de que os seus resultados são melhores do que os resultados de pesquisas anteriormente realizadas. A linguagem científica tem por objeto expressar e comunicar, não impressionar.

E ainda deve apresentar características como:

- **Ser informativa:** o texto deve ser adequado à transmissão de conhecimentos e de informações derivadas da análise dos dados. Portanto, deve ser cognitivo e racional, derivado dos dados a partir dos quais é feita a análise, a síntese, a argumentação e a conclusão;
- **Ter clareza:** o texto científico deverá transmitir conhecimentos e informações de forma precisa e objetiva, maximizando a compreensão de quem o lê. Assim, deverá enunciar questões, problemas, informações e ideias também com clareza e precisão;
- **Usar vocabulário adequado:** o emprego dos termos corretos proporciona que a linguagem científica seja clara e precisa. Deve-se escolher os termos mais adequados às ideias a serem expressas e determinar o seu significado com exatidão. O uso de termos no sentido figurado não é admitido na redação científica;
- **Fraseologia científica:** além de cuidar a escolha do vocabulário, é importante que se observe com critério a construção frasal (de frases). Os períodos devem ser simples, traduzindo o desenvolvimento lógico do pensamento e conter apenas uma ideia. O uso de frases longas (com muitas linhas, várias ideias, intercaladas por entre vírgulas e parênteses) dificulta a compreensão e torna a leitura pesada, o que pode cansar o leitor.

De modo geral, a linguagem científica tem várias características e deformações. Para você ser um bom redator científico, é necessário esforço e muito treino, acompanhado de uma análise crítica do que foi redigido.

Muitas vezes as frases construídas não refletem e não atendem a algumas características da linguagem científica. Elas acabam por não fazer ligação com a frase anterior, truncam a leitura e o redator se dá por satisfeito pois sente que terminou mais uma parte do trabalho. Importante que você planeje com antecedência o texto que vai ser construído e, após isto, planeje as frases e os parágrafos para que a leitura seja fluida. Não coloque frases soltas e tente montá-las sem que haja uma ligação adequada.

Figura 7.1 – Exigências e deformações da linguagem científica

Exigências	Deformações
Impessoal	Pessoal
Objetiva	Subjetiva, ambígua
Modesta e cortês	Arrogante, dogmática e autoritária
Informativa	Persuasiva, expressiva
Clara e distinta	Confusa, equivocada
Própria ou concreta	Figurada
Técnica	Comum
Frases simples e curtas	Frases longas e complexas

Fonte: adaptado de Cervo e Bervian (1983) por Camargo e outros (2003).

Além dos problemas de deformações na linguagem, a falta de harmonia entre seções, parágrafos e frases também são problemas na escrita científica. Isso é muito visível em teses, dissertações e artigos publicados em periódicos especializados. Para ter condições de escrever, é necessário ler. Um bom exercício, além de escrever, é ler e tentar compreender como foi feita a construção textual e como poderia ser melhorada essa construção para atingir os requisitos da redação científica.

A fim de eliminar problemas da redação científica e facilitar o desenvolvimento das ideias, é necessário um planejamento antes da redação. A elaboração de esquemas, mapas conceituais e fichamentos contendo os itens e seu conteúdo, como sugerimos no Capítulo I, que tratava sobre Métodos de Estudo, pode colaborar para a melhor redação.

Figura 7.2 – Dicas para uma adequada redação científica

Frases curtas e simples
Redação impessoal
Domínio do vernáculo (norma culta)
Pontuação correta
Abstenção de gírias
Ausência de palavras com significado impreciso como “há uma boa correlação entre ...” (o que é uma boa correlação, afinal?) ... “O rendimento do produto X foi alto ...” (o que é um rendimento alto para tal contexto?)
Ausência de palavras ou termos supérfluos
Clareza de ideias e de expressão (evitar o “embromation”)
Abreviaturas e símbolos corretos
Unidades de acordo com o Sistema Internacional (SI)
Padrão interacional de medição (kg – quilograma, m ² – metro quadrado, m – metro, s – segundo, K – Kelvin, A – Ampere, etc.).

Fonte: adaptado pelo autor de Camargo e outros (2003).

Plágio

O plágio, de acordo com Ferreira (1999), consiste em assinar ou representar como sua a obra artística ou científica de outrem; é imitar o trabalho alheio. Corroborando com essa posição, Moraes (2004, p. 95) identifica que o plágio “(...) é uma imitação fraudulenta de uma obra, protegida pela lei autoral, ocorrendo um verdadeiro atentado aos direitos morais do autor: tanto à paternidade quanto à integridade de sua criação”.

Assim, o plágio é a apropriação e/ou cópia de materiais sem citação da fonte como se fossem de elaboração própria. Com a popularização da internet, o plágio acadêmico tem sido um problema para as instituições de ensino e a prática constante nos trabalhos acadêmicos que muitas vezes tem ocasionado reprovações de teses, dissertações, monografias e artigos com a retirada de títulos concedidos por universidades. A prática do plágio possui diversos tipos de implicações no âmbito ético, jurídico, institucional e pedagógico.

No **âmbito ético**, o plágio é considerado uma má conduta, eticamente incorreta e, portanto, reprovável no meio acadêmico. Conforme defendem Booth e outros (2005), toda investigação deve oferecer um “convite à ética” para quem realiza a pesquisa, tanto é que o autor de

um trabalho científico deve ter preocupação com a integridade do seu trabalho científico, condenando a prática do plágio, visto que quem o comete de forma intencional não furta apenas palavras, mas a confiança na produção científica.

Conforme Torresi e outros (2011, p. 371):

(...) as consequências dependem muito das decisões políticas das IES (...) Elas deveriam ser as mais interessadas em desenvolver a conscientização de seus alunos e docentes quanto à questão do plágio através de cursos, cartilhas, ciclo de debates e em ampliar o escopo dos comitês de ética em pesquisa para esta questão. (...) elas (as IES) devem incentivar o pensar e o senso crítico e nisso devem estar inseridas a questão da ética e o plágio.

Infelizmente, segundo Pithan e Vidal (2013), a prática da fraude faz parte de uma cultura de desonestidade e distorção de valores ao passo que a punição exemplar de alunos que cometem plágio, quando existe, acaba sendo vista com maus olhos.

Quando se pensa no **âmbito jurídico**, a Lei de Direitos Autorais (BRASIL, 1998) enfatiza a regra de citação, afirmando a obrigatoriedade da indicação de autoria e local da obra citada:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

III – a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra (...).

Assim, “ainda que o autor tenha autorizado a utilização de sua obra por terceiro, este não pode atribuir a obra a si ou a outrem” (HAMMES, 2002). A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso XXVII identifica que pertence aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras (BRASIL, 1988). A violação dos direitos autorais constitui crime previsto no artigo 108 da própria

Lei de Direitos Autorais (BRASIL, 1998), a qual dispõe que responderá por danos morais aquele que utilizar obra sem indicar ou anunciar o nome do autor ou do intérprete. Ainda, no Código Penal alterado pela Lei n. 10.695 de 2003 (BRASIL, 2003) encontra-se tipificado no art. 184 como conduta criminosa a violação de direitos autorais e é cabível pena de detenção de três meses a um ano ou multa.

Além de responder no âmbito penal, é possível que haja responsabilização na área cível pelo dano patrimonial ou material (direitos de uso e comercialização) e moral (direitos de personalidade). A Lei de Direitos Autorais (BRASIL, 1998) no seu art. 102 identifica que o titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida poderá requerer a apreensão ou suspensão desta, sem prejuízo da indenização cabível (dano moral); e o Código Civil (BRASIL, 2002), no seu art. 1.228, assegura por lei ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens e de reavê-los do poder de quem quer que, injustamente, os possua (dano material ou patrimonial).

No **âmbito institucional**, há que se pensar que as universidades americanas são as mais severas nas punições de casos de plágio. Exemplo disso é a Universidade de Harvard que chega a prever a expulsão do estudante que cometer plágio. Muitas vezes a prática se torna comum; nesta seara, Pithan e Vidal (2013) afirmam que:

Quando o furto intelectual se torna comum, a comunidade enche-se de suspeitas, depois fica desconfiada e por fim cínica – Quem se importa? Todo mundo faz o mesmo. Os professores, então, têm de se preocupar (...) com a possibilidade de serem enganados (...).

Seguindo esta linha, é comum as instituições de ensino brasileiras reprovar os trabalhos, porém, brevemente oportunizam que o estudante os reescreva sem os plágios, para que possa, em momento oportuno, realizar uma nova defesa oral com pouca ou nenhuma sanção administrativa.

Afinal, de quem é o dever de “esclarecer” sobre a prática do plágio para a prevenção e educação do estudante sobre o tema?

Talvez a universidade tenha essa atribuição; porém, indireta. Cabe ao orientador do estudante, enquanto primeira pessoa de contato, exercer essa função pedagógica.

No **âmbito pedagógico**, não cabe somente ao professor de Metodologia da Pesquisa ou disciplina similar esclarecer sobre o plágio. Em todos os trabalhos acadêmico-científicos, o tema deveria ser tratado com a devida importância. Afinal, muitos professores universitários recebem trabalhos plagiados da internet e fazem “vista grossa”. Assim, o plágio precisa ser esclarecido por todos os professores que estão em contato com os alunos (PITHAN; VIDAL, 2013).

O estreitamento da relação orientando/orientador é fundamental no sentido de prevenir também essas práticas. A construção do conhecimento científico se dá na interação entre esses sujeitos de pesquisa e a atividade de orientação, de acordo com Ferreira e outros (2009), não pode se resumir simplesmente pela leitura dos escritos do aluno, mas também do acompanhamento das várias etapas da qualificação acadêmica para a pesquisa; inclusive, conteúdos que contemplem a ética em pesquisa.

A partir do exposto, você compreendeu o que vem a ser o plágio e os âmbitos de influência dele, mas precisa ainda compreender quais são os tipos de plágio que normalmente assolam as instituições de ensino.

Tipos de Plágio

Existem vários tipos de plágio. Conforme Krokosz (2012), existem 8 (oito) tipos de plágio que derivam de plágios diretos (cópia integral), conluíus ou plágios consentidos (quando se coloca o nome de alguém em um trabalho feito por outros ou o caso de “trabalhos comprados”) e do autoplágio (o próprio autor comete plágio dele mesmo). Vejamos as tipologias elencadas por Krokosz (2012, p. 131-142):

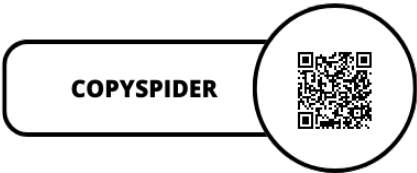
- **Plágio total, integral ou direto:** consiste como o nome já diz, no plágio da obra inteira, palavra por palavra, sem mencionar as devidas fontes.
- **Plágio parcial:** trata-se de uma obra dita de um autor, porém sendo um mosaico de partes extraídas de obras de terceiros, com omissão dos créditos para os verdadeiros autores.
- **Plágio conceitual:** utiliza-se do texto de outro autor, escrevendo de outra forma (parafraseando), sem atribuir a citação àquele que concebeu a ideia.
- **Plágio indireto:** pode ser de diversas formas, sempre com a intenção de aproveitar a ideia de outro, porém a revestindo de uma nova forma de apresentação.
- **Plágio às avessas:** retira da obra a autoria do seu legítimo autor e atribui a terceiro, que detenha conhecimento de grande prestígio.
- **Plágio invertido:** autor retira o seu próprio nome do texto para atribuí-lo a um terceiro que é autoridade na matéria para buscar atribuir maior reconhecimento e validade nos argumentos contidos no texto.
- **Plágio por encomenda:** contratação de algum terceiro para escrever sobre algo; também conhecido como “compra de trabalhos”, sem atribuição de quem elaborou o texto.
- **Plágio consentido:** aquele em que dois ou mais pesquisadores trocam suas produções para que sejam utilizadas por um ou por ambos para potencializar a produção acadêmica.

Importante perceber também que, enquanto o **plágio é crime**, o **autoplágio** é apenas **antiético**, a não ser que os direitos da obra já não sejam mais do autor (PAMPLONA, 2011).

Como detectar e evitar o Plágio?

Há uma infinidade de ferramentas, tanto *online* quanto *offline*, para detecção de plágios acadêmicos. Particularmente, existe uma que se chama *CopySpider*, disponível para Sistemas Operacionais *Windows*, que faz uma varredura completa no documento, tanto comparando textos *offline* quando procurando correspondências na Internet.

Conheça mais acessando o QR-Code:



Você poderá encontrar em sites de busca várias páginas *web* que fazem algum tipo de varredura de plágio; porém, não serão feitas aqui indicações pelas limitações que essas páginas possuem, que vão desde o número de caracteres de pesquisa, bases de dados limitadas que realizam o cruzamento e até mesmo exigências de compartilhamento de informações pessoais para a criação de usuários.

Mateus, Silva e Silva (2020), citando Tibúrcio (2013) tratam de apresentar algumas questões a avaliar que podem levantar suspeitas de plágio:

Figura 7.3 – Suspeitas de Plágio

1. O nível do texto é superior à capacidade do autor.
2. O texto mudou de estilo e de qualidade.
3. A análise dos dados para em um ano sem uma explicação plausível.
4. As citações são difíceis de serem obtidas.
5. Não existe vínculo entre as partes.
6. As citações são defasadas.
7. Existe tradução em citações literais.
8. O tema é pouco usual na literatura acadêmica brasileira.
9. Os gráficos apresentam baixa resolução.
10. A formatação difere das regras pré-estabelecidas.

Fonte: de acordo com Tibúrcio (2013) citado por Mateus, Silva e Silva (2020).

Para evitar plágios, é importante que você faça boas anotações nos estudos e que não esqueça da citação, seja direta ou indireta, seguida da referência. Cuide para não **parafrasear** (reescrever com outras palavras ideias já existentes e com um mesmo encadeamento lógico). Importante também que você informe a fonte de imagens, gráficos, tabelas e outros elementos visuais que não foram elaborados por você. Na necessidade do uso de imagens, para não incorrer em problemas de direitos autorais, consulte e utilize imagens de **bancos gratuitos** como o *FreePik* e o *Wikimedia Commons* e, mesmo assim, cite o autor. Para conhecer, clique sobre os nomes. Por fim, para não esquecer das referências, você pode utilizar gerenciadores como o *Mendeley* e o *Zotero*. Para consultá-los, clique sobre os nomes. Inclusive, o *Zotero* possui uma extensão que se instala no navegador e, quando você se encontra na página *web* do texto (seja artigo, livro, monografia, tese, dissertação etc.), ele capta as referências automaticamente para o gerenciador instalado no computador, sem precisar digitá-las. Assim, os gerenciadores de referências criam bibliografias em formatos desejados com um clique dentro dos mais diferentes padrões, inclusive de acordo com a ABNT, e organizam os textos para que você possa, em uma necessidade, recorrer a eles; servem, portanto, também como repositórios de materiais.

Tudo pronto, sem plágio, e agora é hora da apresentação do trabalho para uma banca examinadora ou um conjunto de especialistas na área e bate aquele nervosismo. Como contornar tal situação? Vejamos.

Apresentação de Trabalhos em Bancas Examinadoras

Antes de pensar que apresentar um trabalho científico é algo complexo e difícil, além de ser desagradável, já que muitos avaliadores estão mais para “criticar” o trabalho do que para contribuir, entenda que as considerações que serão feitas aqui servirão para que você possa se tranquilizar na frente desses examinadores. Você conduziu a pesquisa. Logo, ninguém conhece melhor o trabalho do que quem o fez (espera-se que tenha sido você). Então, fique tranquilo. Há algumas maneiras de não passar vergonha na frente desses “peritos da área”. Vamos conhecer algumas.

Atributos de uma boa apresentação oral

Antes de mais nada, cabe destacar que normalmente as sessões de apresentação de trabalhos são **públicas**. Isso quer dizer que qualquer pessoa interessada em acompanhar a discussão do seu trabalho como ouvinte, poderá, salvo casos específicos, adentrar às salas presenciais ou virtuais.

A depender do tipo de avaliação, normalmente, existem de três a cinco especialistas compondo o conjunto de autoridades na área e que serão examinadores do trabalho. Conforme Santos (2016), existem 12 (doze) pontos que você deve ter atenção na sustentação oral do seu trabalho. São eles:

Figura 7.4 – Pontos importantes a considerar para uma boa apresentação

1. Fazer um estudo profundo sobre o trabalho.
2. Fazer um trabalho digno da área.
3. Utilizar de forma efetiva os recursos visuais.
4. Empregar linguagem impessoal e científica.
5. Respeitar o tempo limite.
6. Treinar de forma cronometrada.
7. Adotar dicção, vestimentas e postura adequadas.
8. Empregar vocabulário condizente.
9. Demonstrar envolvimento.
10. Esquecer o “achismo”.
11. Se errar, ignorar e seguir em frente.
12. Manter-se tranquilo e sem preocupações adicionais.

Fonte: adaptado de Santos (2016).

Vejamos esses pontos com mais detalhes.

Fazer um estudo profundo sobre o trabalho

Antes de apresentar, você deve fazer um estudo profundo sobre o trabalho, pois os questionamentos dos avaliadores costumam ser muito bons e objetivos. Cuidado para não ser pego de surpresa. Conheça bem o trabalho que você desenvolveu e procure perceber em que parte ele pode suscitar mais dúvidas ou questionamentos.

Fazer um trabalho digno da área

Não prepare um trabalho acadêmico de qualquer jeito com vistas simplesmente a cumprir uma etapa, mas prepare algo mais que decente, um trabalho digno de alguém que é profissional em sua área. Isso vale tanto para a escrita, quanto para uma apresentação bem “formatada”, com encadeamentos lógicos visíveis.

Utilizar de forma efetiva os recursos visuais

Explore mais imagens do que textos. Os avaliadores irão adorar. É importante que as imagens possuam relação direta com o que está sendo apresentado. Infográficos, esquemas e mapas também ajudam. Ao utilizar *slides* ou apresentações do gênero, procure fazer sempre o contraste de cores correto. Use letra preta em tela branca, por exemplo. O uso de letras coloridas em fundos também coloridos pode atrapalhar a leitura. Ainda, os projetores (equipamentos de *datashow*) podem variar a tonalidade das cores, dificultando a leitura se forem muito próximas as cores de fundo com as cores do texto. Procure trabalhar os *slides* em formato de tópicos, evitando a poluição visual. Não inclua textos longos; use relações, tabelas, gráficos e demais recursos visuais. Um slide com mais de 8 (oito) linhas já possui muita informação. Utilize fontes grandes e que sejam comuns (estilo Times New Roman ou Arial, tamanho 20 a 30, salvo normativas específicas). Uma substituição de computador que não tenha determinada fonte instalada pode desconfigurar completamente a sua apresentação.

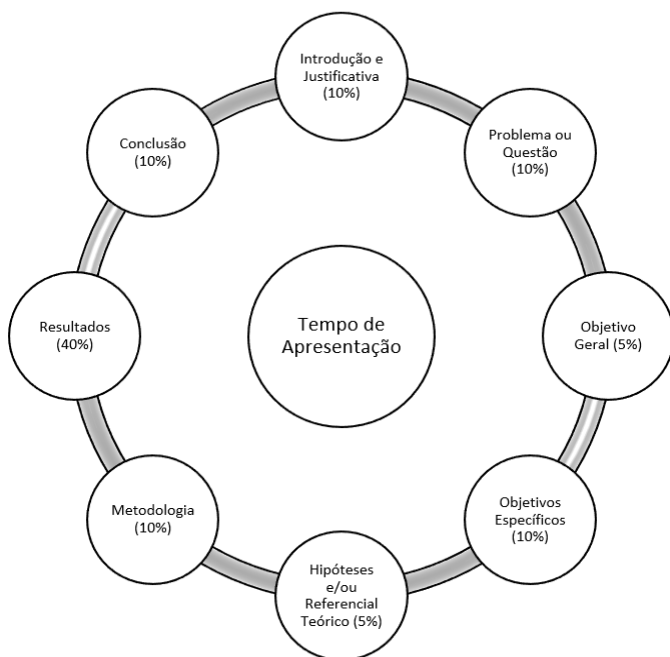
Empregar linguagem impessoal e científica

Lembra da linguagem científica? Pois bem, a use. Procure evitar a primeira pessoa (tanto no singular, quanto no plural). Evite construções como “a minha pesquisa”, “eu fiz”, “eu identifiquei”, “eu encontrei”, “os meus resultados”; essas frases podem parecer arrogância.

Não ultrapasse o tempo estipulado. O tempo de apresentação gira em torno de vinte minutos para cursos de graduação e pós-graduação. Depois o pesquisador é submetido a arguição e argumentação por parte dos avaliadores. Aceite as correções e/ou censuras com humildade e tranquilidade, já que é algo natural da pesquisa; afinal de contas, todo conhecimento científico é refutável.

Sobre a distribuição do tempo, é importante que você projete o gasto de tempo com foco nos resultados. Entre parênteses estão, como indicação, os percentuais médios que se deve gastar na apresentação:

Figura 7.5 – Tempo de Apresentação



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O que muitas vezes percebemos ao participar de bancas examinadoras é um uso exagerado do tempo nas apresentações iniciais, até a metodologia e pouco tempo para explanação dos resultados. Isso é um

erro que pode comprometer a sua apresentação, afinal, os avaliadores querem saber sobre os seus achados e as relações que você conseguiu estabelecer com o fenômeno pesquisado.

Sendo assim, com base na Figura 7.5 e considerando uma apresentação de 20 (vinte) minutos você poderá utilizar aproximadamente: 2 (dois) minutos para a introdução do tema e justificativa de escolha, 2 (dois) minutos para explicar a delimitação do tema e seu problema de pesquisa principal e acessórios se houverem, 1 (um) minuto para o objetivo geral, 2 (dois) minutos para os objetivos específicos, 1 (um) minuto para hipóteses e referencial teórico – sugere-se aqui a inclusão de tópicos do referencial com principais autores, sem detalhamento, 2 (dois) minutos para a metodologia, 8 (oito) minutos para os resultados e 2 (dois) minutos para a conclusão ou considerações finais, seguidas da apresentação das referências.

Treinar de forma cronometrada

Antes da apresentação, é importante que você treine em frente ao espelho ou para uma plateia. Isso evitará que você extrapole o tempo e te dará mais segurança na fala quando a apresentação ocorrer. Convide amigos, parentes, vizinhos para te ouvir no treino e pergunte se conseguem compreender o que está sendo apresentado.

Adotar dicção, vestimentas e postura adequadas

É importante que você fale claramente na apresentação com velocidade e tom de voz adequados; não olhe para baixo ou fique virado para a apresentação ou de um lado para o outro. Encare os avaliadores normalmente como se estivesse falando com conhecidos. No caso de defesas públicas com ouvintes, é importante olhar para eles dando a entender que eles também são notados. Não fixe o olhar em uma só direção (seja pessoa ou ponto) para evitar uma fala “robotizada” ou mecanizada.

A sua vestimenta atua na comunicação não-verbal. O que deve chamar atenção é o trabalho e não você.

Mulheres devem evitar roupas justas, decotadas ou com brilhos; os acessórios não devem ter muito brilho, nem balançar ou fazer barulho; devem evitar salto alto com barulho, tênis e botas. As mulheres devem escolher com antecedência roupas formais, leves e confortáveis; preferir cores discretas, suaves e sem estampas; maquiagem, pintura de unhas e perfume devem ser moderados.

Figura 7.6 – Roupas adequadas e inadequadas na apresentação de trabalhos - mulheres



Fonte: Portal R7 (2023).

Fonte: Ana I. Alvarado em Pinterest (2023).

No caso dos homens, o padrão é o **paletó**, com gravata, sapato e camisa social. Uma calça jeans elegante, com camisa social bem passada e um bom sapato já podem ser suficientes. Aparência saudável também faz um bom marketing pessoal: cabelo cortado e barba feita.

Figura 7.7 – Roupas adequadas na apresentação de trabalhos – homens



Fonte: Creazilla (2023) e OnlineShop (2023).

A postura do apresentador também deve ser condizente com um profissional a depender do tipo de apresentação e pode ser:

- em pé;
- atrás de uma tribuna; ou
- sentado.

Assim, deve-se evitar:

- ficar de costas para os avaliadores e para a plateia;
- colocar as mãos nos bolsos ou fazer movimentos inadequados;
- cruzar os braços ou se debruçar sobre a mesa;
- referir-se a uma figura sem apontá-la no material de apresentação;
- passar na frente da projeção da imagem;
- falta de serenidade; e
- falta de naturalidade.

Empregar vocabulário condizente

Evite o uso de gírias e tiques de linguagem como: “né, bom, tá”; e use um vocabulário condizente com a área e com o jargão técnico.

Demonstrar envolvimento

Mostre entusiasmo e envolvimento com o trabalho, como se ele corresse pelas suas veias. Ser apático é um convite à reprovação.

Esquecer o “achismo”

“Eu acho isso”, “eu acho aquilo” não dá. Você sabe que na pesquisa científica devemos evitar os “juízos de valor”. Troque esses posi-

cionamentos por “a partir da pesquisa é possível concluir que”, “a partir disso é possível identificar que”, “a partir daquilo evidencia-se que” etc. Coloque-se como um apresentador da pesquisa e não como alguém que faz conjecturas sobre ela.

Se errar, ignorar e seguir em frente

Caso cometa algum erro durante a apresentação, ignore e siga em frente. A menos que o erro seja referente ao conteúdo do trabalho, cabe você fazer uma justificativa rápida sobre a necessidade do ajuste e o que já foi feito para corrigir o problema. Esqueceu uma palavra? Substitua por outra e siga e não permaneça no erro.

Manter-se tranquilo e sem preocupações adicionais

É importante que você esteja para o trabalho de corpo e alma. Não marque atividades muito próximas ou paralelas à apresentação. Tire um momento para sentir-se tranquilo, fazer apontamentos e revisar o material sem preocupações. Isso evita que situações emocionais intensas lhe desestabilizem em momento próximo à apresentação.

No dia, chegue no local com antecedência; verifique as condições gerais; prepare os recursos multimídia que irá utilizar e teste a sua apresentação; desligue ou coloque o celular em modo silencioso; peça para que os convidados façam o mesmo e não esqueça da garrafa de água. A garganta pode falhar e a água ajuda a desobstruir as vias.

Dirija-se às pessoas com respeito, cumprimente os examinadores, o seu orientador e a plateia (se houver), nesta ordem, caso o orientador faça parte do júri ou banca de avaliação. Utilize a forma de tratamento: o senhor professor, a senhora professora ou o título acadêmico, como por exemplo: o doutor fulano de tal, a doutora fulana de tal.

Resumo do Capítulo

Neste capítulo você conheceu a linguagem científica própria de trabalhos acadêmicos e de pesquisa. Compreendeu que a linguagem deve ser condizente com o nível científico, com regras qualitativas (impessoalidade, objetividade e modéstia) e com características específicas (função informativa, clareza, vocabulário e fraseologia técnica). Compreendeu algumas distorções que decorrem de uma escrita científica deficiente e pôde conhecer algumas dicas para uma melhor redação científica.

Ainda, apropriou-se do conceito de plágio, de suas implicações no campo ético, jurídico, institucional e pedagógico; aprendeu sobre os seus tipos e características, bem como sua identificação e formas de evitar práticas desse tipo, consideradas crimes contra o direito autoral.

Por fim, aprendeu como fazer uma apresentação de trabalho para bancas examinadoras e sobre pontos importantes a considerar para uma boa apresentação, que envolvem: fazer um estudo profundo sobre o trabalho; fazer um trabalho digno da área; utilizar de forma efetiva os recursos visuais; utilizar linguagem impessoal e científica; respeitar o tempo limite; fazer um treinamento cronometrado do tempo de apresentação; garantir vocabulário, dicção, vestimentas e postura adequados; sentir-se envolvido com e pelo trabalho; esquecer o “achismo”; se errar, ignorar e seguir em frente e estar tranquilo e sem preocupações adicionais.

Referências

BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 10.695, de 1º de julho de 2003**. Altera e acresce parágrafo ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.695.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.610 de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

CAMARGO, F.; MEURER, E. J.; ANGHINONI, I.; CASSOL, L. C. **Normas para Elaboração de Dissertações e de Teses**. Porto Alegre: PPG-Ciência do Solo – UFRGS, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 1983.

CREAZILLA. (Robert) Businessman is Doing a Presentation clipart. **Creazilla – Free graphic resources for designers**. Disponível em: <https://creazilla.com/nodes/32954-robert-businessman-is-doing-a-presentation-clipart>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FERREIRA, A. B. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo, 1999.

FERREIRA, L. M.; FURTADO, F.; SILVEIRA, T. S. Relação orientador-orientando: o conhecimento multiplicador. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 24, n. 3, p. 170, 2009.

HAMMES, B. J. **O direito de propriedade intelectual**. 3. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

KROKOSZ, M. **Autoria e plágio – um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores**. São Paulo: Atlas, 2012.

MATEUS, S.; SILVA, J.; SILVA, L. S. Plágio: conceito, tipos e sua função metodológica. **Bol. Mus. Int. de Roraima (online)**, v. 13, n. 1, p. 23-32, 2020.

MORAES, R. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Diálogos Possíveis**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 92-109, 2004. Disponível em: https://www.rodri-gomoraes.adv.br/arquivos/downloads/Plagio_na_pesquisa_academica___Rodrigo_Moraes.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

ONLINESHOP. Sapato Social e calça jeans. **Empresa Shopshk1.Tk** Alle Rechten Voorbehouden. Disponível em: <https://hkwebshow.off-71.gq/ProductDetail.aspx?iid=233898116&pr=25.88>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PAMPLONA, V. **Autoplágio**. Página *Web* de Vitor Pamplona, 2011. Disponível em: <https://vitorpamplona.com/wiki/Autopl%C3%A1gio>. Acesso em: 21 jan. 2023.

PINTEREST. **Defensa de Tesis – ropa**. Perfil de Ana I. Alvarado. Disponível em: <https://pin.it/320E0Xq>. Acesso em: 21 jan. 2023.

PITHAN, L. H.; VIDAL, T. R. A. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça**, v. 39, n. 1, p. 77-82, 2013.

PORTAL R7. **O que não vestir para trabalhar?** Blog Muito Mulher: muito mais que um portal feminino. Disponível em: <https://muitomulher.com.br/sem-categoria/o-que-nao-vestir-para-trabalhar>. Acesso em: 21 jan. 2023.

SANTOS, V. **Como apresentar um TCC para a Banca Examinadora**. Medium.com, 2016. Disponível em: <https://wagnerm.medium.com/como-apresentar-um-tcc-para-a-banca-examinadora-efa79bb7ae74>. Acesso em: 21 jan. 2023.

TIBÚRCIO, C. **10 dicas para identificar o plágio**. Blog Contabilidade Financeira, 2011. Disponível em: <https://www.contabilidade-financeira.com/2013/04/10-dicas-para-identificar-o-plagio.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

TORRESI, S. I. C. de; PARDINI, V. L.; FERREIRA, V. F. É plágio, e daí? Editorial. **Química Nova**, v. 34, n. 3, p. 371, 2011.

CONCLUSÃO DA OBRA

Assista à conclusão desta obra no canal do autor.



Caro leitor, chegamos ao fim!

Ao longo da leitura deste livro, você teve a oportunidade de compreender a importância de aprofundar em determinados temas que irão acompanhá-lo durante toda a sua trajetória como pesquisador.

No primeiro capítulo, abordamos alguns dos principais instrumentos para a prática de estudos, além de refletirmos sobre a importância de elaborar um método de estudo. Lembre-se que, como estudante, a autonomia, a proatividade e a visão crítica são essenciais para o seu pleno desenvolvimento acadêmico, assim como também em sua vida, para além dos espaços acadêmicos.

No segundo capítulo, revisitamos os conceitos de ciência e conhecimento científico, além de aprofundarmos o entendimento sobre as principais características da pesquisa científica e suas particularidades no campo da Administração. Também apresentamos as diferenças entre a metodologia e o método científico. Todos esses conceitos são fundamentais para o entendimento e para a definição da ciência e das especificidades que demarcam esse tipo de conhecimento em relação a outros. Por isso, não deixe de pesquisar os materiais e referências indicados neste livro para ampliar seu horizonte de estudos!

No terceiro capítulo, discutimos as características que distinguem os diferentes tipos de pesquisa científica, bem como as estratégias de pesquisa que fazem parte de algumas das mais importantes escolhas metodológicas, relacionadas à forma como o problema de pesquisa é cuidadosamente elaborado. Cada pesquisa possui suas próprias caracterís-

ticas e especificidades. Por isso, conhecê-las e associá-las ao seu cotidiano acadêmico e profissional é um exercício enriquecedor!

No quarto capítulo, aprofundamos a compreensão sobre a pesquisa científica por meio do desmembramento de seu processo, formado por etapas que auxiliam o pesquisador a rascunhar o seu projeto de pesquisa. Como você pôde perceber, entre essas etapas, a delimitação do problema e dos objetivos é essencial para determinar a amplitude e a profundidade do estudo, e por isso essa delimitação merece muita atenção, assim como a execução de cada fase da pesquisa: incluindo o modelo de análise, a coleta, a interpretação dos dados e a elaboração de uma conclusão coerente.

Após um cuidadoso planejamento, o pesquisador deve dedicar-se a coletar seus dados e informações conforme abordamos no quinto capítulo. Nessa seção, pudemos conhecer os principais instrumentos e técnicas de coleta de dados, bem como as etapas constituintes da fase de análise de dados. Procure utilizar essas técnicas com seriedade e rigor, pois esse processo é fundamental para criar consistência em trabalhos de investigação científica.

No sexto capítulo, conhecemos como um relatório de pesquisa deve ser estruturado, com ênfase nos seus elementos textuais, constituídos pelas seções de introdução, desenvolvimento e conclusão. Procure exercitar e desenvolver a capacidade de comunicar-se com clareza e precisão em relação aos resultados provenientes de suas pesquisas. Pratique continuamente, pois o exercício regular da escrita científica lhe propiciará uma evolução interessante como pesquisador.

No sétimo e último capítulo, foi possível perceber a importância da linguagem científica na comunicação escrita por meio de relatórios de pesquisa. Ademais você percebeu o que caracteriza o plágio, como identificá-lo e como evitá-lo. Ainda, aprendeu dicas importantes sobre como realizar a apresentação de trabalhos às bancas examinadoras de forma mais segura e adequada.

Espero que aqui, ao final, tenhamos atingido o objetivo proposto na apresentação da obra, com você se sentindo capaz de organizar a sua pesquisa científica e apresentá-la publicamente.

Cordial abraço,

Prof. Dr. Juliano Milton Kruger

SOBRE O AUTOR

Juliano Milton Kruger



Doutor em Ciências da Administração pela Universidade do Minho (Portugal). Mestre em Gestão pela Universidade de Coimbra (Portugal). Mestre em Ciências da Educação pela Universidad del Sol (Paraguai). Especialista em várias áreas da Gestão, do Direito e da Educação. Bacharel em Administração (UFOP), Contabilidade (UFPR), Economia (UFSC) e Licenciado em Matemática (FIAR). Possui experiência com Educação a Distância, Gestão e Contabilidade Gerencial. É docente do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) na área de Administração e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) na área de Contabilidade de Custos e Gerencial.

Contato: juliano.kruger@ifam.edu.br e jmkruger@uea.edu.br.

ÍNDICE REMISSIVO

A

ABNT 7, 15, 18, 24-25, 91, 127-128, 130-135, 137-138, 140-146, 148, 152, 155-157, 159, 161, 167-169, 171-173, 185

abordagem 7, 20, 22, 30-31, 36-37, 50-52, 54, 56, 58-59, 67, 88, 96, 102, 109, 113-114, 129, 170

abordagens 6, 23-24, 34-35, 42, 49-50, 53, 68, 79, 83, 89, 94, 100, 117-118

abreviaturas 133, 144-145, 167

acadêmica 13, 83, 117, 182-183, 194

acadêmico 8, 13, 15, 19, 23-25, 48, 61, 70, 91, 106, 129, 134, 171, 173, 175, 179, 187, 192, 194-196

acadêmicos 7, 11-13, 15, 23, 129, 171-174, 179, 184, 193, 195

acontecimentos 28, 33, 77, 79, 114

Administração 2, 5-6, 8-9, 12, 19, 25, 27, 41, 45-47, 55-58, 62, 64, 69, 72, 74, 80-82, 86, 89, 111, 118, 195, 197

amostra 68, 78, 104-107, 109, 123

âmbito 24, 28, 56-57, 64, 70, 77, 179-182

anexo 158-159, 172

ano 18, 131, 133, 163, 165-166, 181

anotações 12, 15-16, 18-19, 59, 94, 114, 117, 185

análise 7, 9-12, 18, 20-22, 29, 35, 51, 59-60, 62, 66, 69-70, 72-73, 77, 81, 88-90, 94, 96, 101-106, 108-109, 111-112, 117, 122-125, 151, 177-178, 196

análises 23, 60, 70, 108, 124

aplicadas 35, 40-41, 50, 55-57, 68-69, 72

aplicação 38, 44, 53, 63, 66, 68, 71, 74, 77, 104

apresentar 7, 24, 91, 93, 116, 123, 175-177, 184-186, 194

apresentação 5, 7, 10, 17, 25, 109, 125, 133, 140-141, 169, 172-173, 175-176, 183, 185-193, 196

aprovação 31, 133, 136-137, 172

apêndice 158-159, 172

argumentos 13, 22-23, 183

artigo 17-19, 23, 26, 129-130, 173, 180, 185

artigos 15, 18-19, 24-25, 95, 127-130, 140, 178-179

área 5, 52, 55-56, 59-64, 66, 70, 74, 78, 85, 87, 89, 94, 97-98, 103, 118, 129, 136, 181, 185-187, 191, 193, 197

áreas 31, 40-41, 45, 55-57, 68-69, 86, 130, 197

aspectos 12, 94, 101-102, 105, 108, 113, 118-119, 134

Associação 7, 15, 60, 73, 120, 127, 172-173

assunto 7, 12-13, 17-19, 21, 23-24, 70, 89, 93, 95, 129, 149

atividade 5, 14, 19, 28, 59, 72, 90, 96, 108, 182

atividades 5, 15, 19, 31, 36, 67, 72, 89-90, 94, 108, 113, 130, 192

automaticamente 185

autor 4-5, 8, 10-11, 16-18, 20, 22-23, 27, 49-50, 55, 65, 71, 73, 79, 83, 86, 97, 99-100, 102, 111, 127, 130-131, 133, 136, 146, 149-152, 155, 158-159, 163-167, 175, 179-183, 185, 188, 195, 197

autorais 2, 180-181, 185, 194

autores 4, 16-17, 24, 49-50, 62, 69, 83, 93, 95, 118, 122, 159-160, 165-166, 168, 177, 180, 183, 189

avaliadores 185-189, 191

ação 73-75, 98, 115

ações 15, 57-59, 62, 74-75, 86, 97, 103

B

banca 136, 185, 192, 194

bancas 5, 7, 10, 91, 175-176, 185, 188, 193, 196

base 17, 32, 39, 46, 60-61, 63, 65, 69, 73, 77-78, 102, 109, 117, 119, 189

bases 37, 70, 95, 159, 184

bibliográfica 17-19, 51, 68-70, 89, 93, 97

bibliográficas 12, 15, 18-19, 69-70, 122, 140, 156

Brasil 15, 37, 62, 82, 105, 110, 134, 169, 180-181, 193-194, 198

Brasileiro 167-169

básica 51, 55, 74, 106

básicas 15, 40, 55

C

caminho 13-14, 20, 29-30, 41-42, 86, 162

campo 6, 27, 30-31, 34, 36, 45, 59, 70, 72-73, 75-76, 84-86, 89-90, 101, 106, 111-113, 123, 148, 193, 195

capa 90, 128, 131-133, 172

Capítulo 4, 6-7, 9-12, 15, 18, 20, 23, 27, 42, 49, 51, 59, 62, 67, 83-84, 88-89, 94, 104, 108-109, 111, 116, 120, 125, 127, 140, 172, 175, 178, 193, 195-196

caracteriza 29, 36, 45, 196

características 27, 32, 35, 49, 53-54, 59, 62-63, 66, 68, 72, 75, 78, 89, 98, 101, 105-107, 113, 175-178, 193, 195

caso 23, 36, 42, 50-51, 59, 70-73, 84, 104-106, 113, 122, 141, 146, 151, 162-166, 168, 172, 182, 189-190, 192

causa 58, 62-64, 124

central 6, 22, 62, 121, 123, 125

cientificamente 6, 38, 44

científica 5-10, 13, 15, 26-30, 33, 35, 42, 45, 47-50, 54, 78, 81, 83, 85-86, 95, 103, 110, 126-128, 130, 172-180, 187, 191, 193-196

científicas 5-6, 12, 15, 24, 28, 35, 48, 50, 95, 127

científico 6, 9, 24, 26-29, 31-35, 37-38, 40-45, 55, 66, 69, 77, 85, 93, 122, 125, 127, 130, 161, 172-174, 176-178, 180, 182, 185, 188, 193, 195

científicos 7, 10, 12, 23, 31, 35, 41, 50, 52, 68, 91, 95, 97, 127-130, 172, 175

citação 16-17, 127, 152, 162-167, 170, 172, 176, 179-180, 183, 185

citações 4, 10, 17-18, 24-25, 69, 140, 159, 161-163, 165, 171-172

ciência 5-6, 9, 15, 27-29, 31, 33-34, 37-38, 40-41, 45-46, 55, 65, 86, 97, 101, 195

classificação 6, 9, 18-19, 39-40, 79, 96, 116, 122-123, 159

coleta 6, 10, 15, 29, 50-54, 57-59, 61-63, 68, 70, 77, 84, 88-90, 94, 96, 101, 103-105, 107, 111-112, 114, 116-117, 119-122, 125, 196

coletados 34, 60, 64, 69, 77, 105, 111, 117, 122

complementares 15, 152-153

compreender 11, 14, 20-22, 27-32, 34-35, 41, 49, 60-61, 64, 68-70, 72-73, 75, 87, 91, 93, 97-98, 100, 112, 116, 120, 175, 178, 182, 189, 195

comunidade 28-29, 33, 35, 38, 50, 72-73, 78, 83, 89, 106, 181

conceito 14, 27, 34-35, 101, 120, 193-194

conceitos 21, 27, 44, 59, 67, 70, 77, 84, 97, 101-102, 122-123, 195

conclusão 5, 10, 58, 108, 110, 128-129, 149, 151, 172, 176-177, 189, 195-196

condições 22, 28-29, 33, 37, 44, 64-66, 83-84, 100, 105, 115-116, 172, 178, 192

conformidade 28-29, 38, 97

conhecimento 6, 8-9, 11, 13-15, 27-29, 31-41, 44-46, 55, 63, 69, 71, 74, 84-86, 89, 93-94, 112, 122, 125, 129-130, 182-183, 188, 194-195

conhecimentos 14, 31, 33, 40-42, 45, 55, 108, 177

conjunto 14, 22, 29, 32, 40, 42, 49, 51, 54, 56, 58-59, 62, 70, 84, 88, 104,

106, 113, 115, 117, 123, 129, 142, 152, 185-186
 consulta 19, 94-95, 130, 156
 contexto 12, 37, 44, 58-60, 71, 75-76, 112-114, 116-117, 170
 contextos 59, 63, 69, 71, 73
 conteúdo 4, 13, 15, 17-18, 20-24, 41, 70, 86, 108, 123, 125, 140-141, 149, 178, 192
 controle 37, 63-67, 71, 77, 112-113, 116
 critérios 27, 34, 38, 57, 93-94, 106, 122
 críticas 22-24, 129
 cursos 11, 129, 180, 188

D

dados 2, 6-7, 10, 15, 24, 28-29, 31, 34, 42-43, 49-55, 57-65, 67-68, 70, 72, 75, 77, 84-85, 88-90, 93, 95-96, 101-109, 111-112, 114-117, 119-123, 125, 141, 159, 169, 176-177, 184, 196
 decisão 58, 66
 declaratória 133, 137-138, 172
 definição 9, 34-35, 51, 55-56, 63, 65, 67, 78, 84-85, 87, 89, 97, 99-100, 105, 109, 120, 147, 156, 195
 delimitação 20, 84-85, 94, 97, 101, 104, 109, 148, 189, 196
 delineamento 62, 78, 89
 descrever 54, 57, 68, 87, 89, 98, 109, 113
 descritiva 23, 49-51, 53-54, 62, 87, 116, 124
 descritivas 50, 53-54, 68, 70, 120, 123
 desempenho 61, 81, 85, 87, 106, 112
 desenvolver 5-6, 8, 11, 15, 18, 45, 53, 57, 111, 180, 196
 desenvolvimento 28, 31, 37, 67, 91, 128, 149-151, 171-172, 177-178, 195-196
 diferentes 23-24, 32, 37, 45, 49-50, 58, 66, 69-70, 75, 105, 108, 115-117, 125, 149, 159, 161, 165, 185, 195
 diferença 27, 35, 41, 72, 77, 96, 129-130
 direitos 2, 4, 86, 171, 179-181, 183, 185, 194
 dissertação 129, 133, 136, 159, 185
 dissertações 26, 48, 84, 95, 110, 127, 129, 131, 140-141, 161, 173, 178-179, 194
 docente 114, 197
 documental 14-15, 50, 68-70, 122
 documentação 9, 11, 14-16, 18-19, 25, 94, 96, 172-173
 documento 18, 69, 90, 109, 114, 146, 152, 158, 160, 173, 184
 documentos 12, 15-16, 19, 25, 68-70, 72, 96, 122, 165, 172

E

Educação 11, 72, 106, 173, 175, 182, 197
 efeito 58, 60-64, 81, 124
 efeitos 54-55, 58, 60-61, 63-64, 66-67, 98
 elaboração 5-6, 12, 26, 48, 72, 74, 84, 89, 102, 110, 121, 127, 152, 172, 174, 176, 178-179, 194, 196
 elementos 13, 30, 34, 36, 54, 61, 68, 94, 106, 113, 127-131, 133, 147, 152-153, 167-168, 172, 185, 196
 eletrônico 174
 empírica 29, 40-42, 57, 73, 89, 103, 113
 empírico 6, 30, 32, 40-42, 84-85, 89, 101-102, 111-113, 123
 empíricos 31, 40, 42, 49, 51, 53, 62, 89, 101-102, 112, 116, 125
 ensino 11-12, 25, 72, 90, 95, 105, 117, 179, 181-182
 entrevista 61, 116-119
 entrevistados 58, 116-118
 entrevistas 10, 59, 61, 63, 70, 72, 89-90, 94, 104, 107, 111, 116-120, 125
 epígrafe 139-140, 172
 equipe 74, 89-90, 111-112, 115, 125
 erros 7, 65, 87, 98, 106-107, 122, 135, 177
 escola 34, 36-37, 64-65, 106
 escolas 9, 34-35, 61, 106
 escolhas 42, 49, 56, 62, 94, 104, 111, 195
 escrever 5, 16, 23, 83, 98, 129, 172, 178, 183
 escrito 18, 23, 90, 109, 120, 160
 especialistas 28, 38, 95-96, 130, 185-186
 específicas 23, 99, 118, 128, 146, 160-161, 187, 193
 específico 18-19, 24, 30-31, 70-72, 79, 89, 98, 113-114
 específicos 9, 28, 58-59, 86-87, 97-99, 186, 189
 esquema 21, 52-53, 99-100, 134
 essenciais 5, 16, 101-102, 125, 152-153, 195
 Estatística 56-57, 124, 167-169
 estatísticas 57-58, 70, 107, 124, 159
 estrangeira 91, 129, 133, 141, 172
 estratégia 7, 15, 47, 53, 58, 60, 63-64, 67-71, 76, 78, 104
 estratégias 6, 9, 14, 42, 46, 49, 51, 53, 58-59, 62-63, 68, 70, 83, 88, 114, 162-164, 195
 estratégico 58, 74, 85, 87
 estudado 38, 52, 60, 69, 72, 79, 96-97, 108, 112, 120

estudados 56-57, 63-64, 71, 93, 107, 112
 estudantes 5, 11-12, 14, 61-62, 87, 95, 194
 estudar 12, 58, 72, 75, 84-85, 88, 93, 102, 104, 106
 estudo 6, 9, 11-12, 15, 19, 24-25, 30, 34, 36, 41-42, 45, 47, 50-51, 53, 57, 59, 63, 69-73, 77-78, 82, 85-86, 88-89, 91, 94, 102, 104-106, 108-109, 112, 116, 129, 148-149, 170, 178, 180, 186, 193, 195-196
 etapas 6, 20, 29, 42-43, 52-53, 62, 65, 74, 83, 87-88, 90-92, 98, 102, 109, 123, 125, 182, 196
 etnografia 42, 50, 75-76
 exemplo 16-19, 21, 23, 29, 31, 36, 40, 42, 52, 55-56, 58-59, 61-65, 67-68, 70-76, 85-87, 89, 98, 102, 104-106, 113-115, 120-121, 128, 131, 133, 136-137, 158, 163, 165-167, 169-171, 173, 181, 187, 192
 exemplos 9, 40, 55, 58, 60, 68, 87, 96, 113, 153, 165, 170, 172
 existentes 14, 27, 29, 32-35, 54, 57, 59, 108, 115, 118, 185
 experimento 50, 56, 60, 63-65
 experiência 32-33, 35, 41, 64-65, 86, 94, 197
 explicativa 49-51, 54-55, 62, 87, 116, 170
 exploratória 49-51, 55, 62, 74, 83-84, 87-90, 109, 116
 exploratórias 50, 52-54, 70, 94-96, 113, 120, 123
 expressão 17, 57, 77, 163, 165, 169
 extensão 24, 101, 149, 185

F

fatores 55, 61, 65, 67, 108
 fatos 33, 50, 74, 79, 103, 113
 fenômeno 23, 31, 37, 44, 53-54, 60, 71, 73-74, 76, 78-79, 85-86, 89, 93, 96-97, 101, 103, 108, 112, 114-116, 120-121, 189
 fenômenos 30, 34, 39-41, 45, 54-60, 63, 65, 69, 71, 76, 86, 93, 106-107, 112-113, 115-116
 ferramenta 21, 62, 97, 171
 fichamento 16-19
 fichamentos 12, 18-19, 94, 178
 Figura 16-17, 20-21, 29-30, 32, 37, 39, 43, 52, 79, 84, 92, 97, 99-100, 102-103, 119, 128, 130, 132-140, 142-148, 150-151, 153, 156-158, 160-161, 166-167, 171, 178-179, 184, 186, 188-191
 figuras 122, 142-143, 168, 172
 finalidade 14, 17, 20, 23, 40, 50-51, 56, 59, 65-66
 fluxo 19, 92, 113, 117, 119, 163-166, 170
 folha 133-137, 139, 142-143, 160, 172

Fonte 16-17, 19-21, 30, 32, 37, 39, 43, 52, 69, 79, 84, 86, 92, 95, 97, 99-100, 102, 119, 128, 131-140, 142-151, 155-158, 160-161, 166, 168-171, 176, 178-179, 184-188, 190

fontes 7, 12, 14-15, 19, 68-69, 93-96, 148, 160-161, 183, 187, 193

forma 2, 5-6, 8, 12-14, 18, 23-24, 35-36, 40-41, 45-46, 49-52, 54, 67-68, 89, 91-94, 97-98, 101, 104-105, 107-109, 111-112, 115-116, 118, 120-122, 129, 135, 138, 146, 167, 175, 177, 180, 183, 187, 189, 192-193, 195-196

formato 24, 69, 83, 95, 115, 127, 138, 141, 152, 158, 160, 187

fundamentada 6, 18, 77

fundamentação 88, 101-103, 151, 158

G

gerais 18, 32, 40, 46, 66, 116, 120, 172, 192

geral 18-19, 21, 23, 30-31, 45, 51-52, 55, 64, 86-87, 96-98, 122, 127-128, 131, 142-145, 148, 157, 159, 161, 167-169, 171, 178, 189

gestores 45, 162-164

Gestão 59, 66, 71, 74, 197

grupos 17, 40, 63-64, 78, 104-105, 112, 117-118, 124-125

gráfica 7, 21, 53, 146

H

hipótese 30, 34, 77, 103, 151

hipóteses 6, 30, 33-34, 42-43, 45, 57, 59, 65, 67, 74, 77, 101, 103-105, 109, 113, 123, 148, 189

I

ideias 13, 16-17, 21-23, 34, 37, 42, 45, 53, 71, 77, 86, 91, 94, 118, 149, 164, 177-178, 185

identifica 17, 31, 40, 60, 131, 179-181

identificar 7, 22, 27, 40, 49, 51, 61, 75-76, 78, 83, 85, 87, 98, 106, 112, 120, 122-123, 127, 175-176, 192, 194

ilustrações 7, 133, 142, 168, 172-173

importante 7-8, 13-15, 17, 22-24, 35, 37, 53, 63-65, 69-70, 75-78, 84-85, 87, 90-91, 96-97, 102, 104-105, 108-109, 114, 116, 120, 129, 146, 149, 163, 165, 167, 169, 172, 175, 177-178, 183, 185, 187-189, 192

importância 6, 11-12, 22, 58, 72, 86, 119, 121, 162-164, 175, 182, 195-196

informação 15, 17, 19, 25, 42, 63, 68-69, 94-95, 130, 172-173, 187

informações 5, 19, 51, 61-62, 65, 67, 70, 74-75, 85, 89, 93-96, 98, 102-104, 109, 112, 114, 116-117, 122-123, 125, 130, 146, 158-159, 167-168, 173, 177, 184, 196

instituição 72, 90-91, 95, 105, 117, 131, 135-136

instituições 95, 104, 137-138, 170, 173, 179, 181-182

instrumento 8, 15, 17, 62-63, 104, 120-121

instrumentos 5-6, 10-12, 14, 31, 42, 52, 59, 63, 84, 88-89, 103-104, 107, 109, 111, 114, 116, 123, 195-196

interação 38, 59, 72, 116, 182

Internet 15, 120, 164, 179, 182, 184

interpretar 23, 49-51, 61, 65, 74, 111-112

interpretação 7, 9-11, 20, 53-54, 60-62, 76, 94, 104, 108-109, 111-112, 122-123, 125, 167, 196

interpretações 23-24, 72, 102, 108-109, 114

Introdução 9-11, 27, 49, 66, 81, 83, 98, 111, 127-128, 148-149, 160, 172-173, 175, 189, 196

investigador 36, 59-60, 93-94, 115

investigação 6, 13, 27, 38, 42-43, 45, 54-55, 57, 62, 70, 73, 76-78, 84-85, 87-91, 93-94, 98, 104, 106, 110, 114, 128, 176, 179, 196

investigações 29, 31, 50-51, 89, 94, 123-124, 129

J

justificativa 109, 128, 148, 189, 192

L

Lei 2, 40, 158, 179-181, 193-194

leiturais 12, 15-16, 18, 84, 94, 129

linhas 18, 21, 32, 46, 66, 90, 129-130, 135, 160-162, 167, 177, 187

lista 117, 133, 135, 138, 142-146, 152, 157, 167, 172-173

literatura 70, 88, 98, 101-103, 149

livro 2, 5, 8, 12, 17-19, 23, 47, 81, 86, 156, 185, 195

livros 5, 15, 18-19, 24, 62, 90, 95, 146, 180

língua 91, 129, 133, 139-142, 172, 194

lógica 21-22, 24, 39-40, 44, 52, 145

M

mapas 21, 124, 142, 168, 178, 187

marketing 60-61, 81, 162-164, 190

materiais 6-7, 15, 22, 53, 66, 69, 90, 95, 121, 151, 176, 179, 185, 195

material 5, 15, 69, 73, 108, 181, 191-192

medida 59, 65, 77, 91, 124, 180

metodologia 2, 5-6, 8-9, 12, 24-27, 41, 47-48, 50, 62, 77, 81, 91, 104, 109-110, 126, 128, 140, 149, 151, 173-174, 182, 188-189, 194-195

metodológica 6, 20, 42, 56, 72, 194

metodológicas 42, 49, 56, 62, 111, 195

metodológicos 5, 40, 49, 51, 53, 56, 59-62, 68, 88-89, 91, 98, 104, 123

Modelo 38, 77, 88-89, 97, 99-101, 103, 132-135, 138-140, 142-148, 151, 156-158, 160, 170, 196

modelos 30, 34, 37-40, 55, 57-59, 62, 67-68, 81, 93, 97, 102, 108, 150, 152

monografias 25-26, 48, 84, 110, 127, 129, 140, 161, 173, 179

método 5, 9, 11, 13-14, 24-25, 27-29, 31, 33, 38, 41-45, 47, 56, 66-68, 74, 81, 109-110, 113, 125, 195

métodos 6, 9, 11-12, 24, 28, 31, 34, 36, 38, 41, 45, 48-49, 62, 70, 81-82, 88, 109-110, 125, 129, 151, 178

N

naturais 36, 39-40, 47, 81, 109, 125

natureza 34, 36, 40, 51, 55-56, 59, 63, 69, 71, 117, 119, 123, 140

necessidade 6, 12, 62, 74, 91, 185, 192

Normas 4, 7, 15, 18, 29, 91, 97, 127, 161, 169, 172-174, 194

Numeração 160, 173

O

objetiva 23, 28, 36, 52, 97, 101, 109, 176-177

objetividade 13, 34, 91, 114, 176, 193

objetivo 6, 14, 19, 30, 36, 40, 50, 55, 57, 60, 62, 64, 66, 70, 72, 76-77, 86-88, 91, 94, 98, 101, 105, 107, 112-114, 116, 118, 120, 146, 189, 196

objetivos 6, 9, 11-12, 14, 24, 27, 36, 45-46, 49-51, 55-57, 63, 66, 83-84, 86-88, 97-101, 105, 108-111, 113, 116, 127-128, 130, 148, 151, 175, 186, 189, 196

objeto 30, 36, 38, 41, 53, 55, 59-60, 63, 70, 75-76, 79, 84-85, 89, 94, 96-97, 102, 105, 112, 114, 118, 125, 148, 177

objetos 31, 39-40, 45, 106

obra 2, 5-8, 10, 17-19, 44, 66, 86, 140-141, 146, 165-167, 179-181, 183, 195-196

obras 12, 16, 18, 25, 69, 121, 152, 162, 165, 170, 180, 183

observação 10, 31, 39, 41, 57, 59, 63, 72, 76, 101, 104, 107, 111-116, 125

observações 14, 30-31, 41, 70, 74, 77, 89, 115-116, 121, 129-130

ocorrência 55, 66, 69, 77, 86, 121

olhar 36, 38, 45, 54, 101, 103, 114, 189

organizações 41, 46, 72, 82, 86, 89, 96, 104, 110, 113, 163-164

orientador 84, 90, 97, 117, 133, 182, 192

original 23-24, 163-164, 166-167

P

padronizadas 54, 112, 118-120
padrões 15, 18, 57, 59, 72, 76, 91, 97, 120, 122-123, 185
papel 13, 62, 97, 113, 117, 160
partes 7, 45, 60, 94, 116, 118, 146, 149, 183
participante 73, 75-76, 111-114, 125
particulares 29, 59, 73, 96, 107, 169
parágrafo 17, 20, 162, 165, 193
parágrafos 2, 17, 140, 160-161, 178
pedagógica 182
pensamento 9, 14, 31, 34-35, 37, 177
pergunta 7, 50-53, 62, 70, 77, 84-86, 93-94, 97-98, 104, 109, 123, 125
perguntas 84, 89, 104-105, 109, 117-121
periódicos 95, 121, 128, 130, 178
pesquisa-ação 73-75, 82
pesquisa 2, 5-10, 12-15, 25, 27-31, 34-35, 37-38, 41-42, 45-99, 101-123, 125, 127-130, 141, 147-149, 151-152, 171-172, 175, 177, 179-180, 182, 184-185, 187-189, 191-196
pesquisador 30, 34, 36-38, 41-42, 49, 51-53, 55-56, 59-60, 62-65, 68, 71-72, 74-79, 85-86, 89-91, 93, 96-98, 101-109, 111-119, 122-123, 125, 127-128, 161, 188, 195-196
pesquisadores 6, 30, 33, 38, 44-45, 56, 68, 71, 73, 77, 85, 90, 97, 103, 106, 130, 183, 194
pesquisar 85, 109, 195
pesquisas 5-6, 8, 12, 24, 28, 34, 49-56, 58-60, 62, 64-65, 68-70, 72, 75, 86, 107, 112-113, 116, 118, 120-121, 123, 125, 127, 141, 151, 175, 177, 196
pessoas 35, 41, 46, 67-69, 72, 75, 78, 106, 137-138, 159, 162, 169, 192
planejamento 12, 53, 58, 74-75, 85, 87, 111, 113, 178, 196
plano 12, 15, 22, 51, 53, 62-63, 67, 90-91, 94, 109, 113
plágio 5, 7, 10, 175-176, 179-185, 193-194, 196
população 53-54, 66, 68, 104, 106-107, 109
positivismo 9, 27, 34-36, 38
positivista 34, 37-38, 54-55, 63
positivistas 34, 37-38, 68, 103
premissas 28-29, 44
princípios 34, 38-40, 45
problema 29, 42, 49-52, 56, 62, 70-71, 73-76, 83-87, 89, 91, 93, 96-98, 101, 103-104, 109, 123, 148, 179, 189, 192, 194-196
problemas 29, 33, 35, 55-56, 66-67, 74, 118, 122, 177-178, 185
problemática 6, 51, 62, 73, 85, 87-88, 96, 101, 103

procedimentos 5-6, 13-14, 29-31, 38, 40-43, 49-51, 53, 55-57, 59-62, 68, 72, 88-89, 91, 104, 107, 111, 115, 118
processo 2, 5, 11, 13-16, 20, 22, 28-30, 39, 53, 57-60, 83, 88, 91-92, 94-95, 97, 102-104, 107, 112, 119, 123-124, 165, 196
processos 31, 52, 58, 66-67, 71, 76, 172
produto 35, 60-61, 81, 129
produção 6-7, 42, 50, 65-67, 85-86, 95, 174, 180, 183
professor 5, 14, 16, 117, 182, 192
professores 12, 24, 91, 105, 181-182, 194
profundidade 61, 72-73, 75, 112, 117-118, 120, 125, 196
projeto 6, 9, 67, 83-84, 90-91, 93, 98, 105, 109, 196
projetos 5, 67, 90, 129
proposta 6, 12, 21, 24, 40, 43, 55, 66, 83, 87, 89-90, 94, 105, 118, 123
práticas 5, 29, 40, 82, 91, 104, 108-109, 175-176, 182, 193
psicologia 40-41, 45, 57, 63, 86
publicação 2, 18, 24, 129, 163, 165, 172, 180
página 19, 148, 163, 165, 170, 185, 194
páginas 5, 7, 24, 129-130, 184
pública 19, 58-59, 67, 71-72, 96
públicas 7, 41, 61, 89, 113, 186, 189

Q

quadro 77, 88, 90, 101-102, 131, 169-170
quadros 7, 104, 142, 168-169, 172
qualidade 15, 57, 60-61, 95, 97, 122, 129
qualitativa 9, 42, 47, 54, 56, 59-60, 70, 77, 81, 109, 125
qualitativas 51, 59-60, 81, 107, 112, 117-118, 123-124, 176, 193
quantitativa 9, 42, 47, 54, 56-58, 70, 81, 109, 125
quantitativas 51, 57-59, 66, 68, 107, 117, 124
questionário 59, 98, 117, 120, 158
questionários 10, 58, 67, 70, 89, 104, 107, 112, 114, 116, 120-121
questão 6, 51-53, 73, 94, 103, 107, 163-164, 166, 180
questões 4, 7, 51, 54, 58, 61, 71, 84, 87, 91, 97, 99, 105, 113, 177, 184

R

realidade 29-32, 34-38, 40-41, 50, 54-55, 58-59, 68, 72, 75, 79, 96, 101-103, 121, 163-164

realizar 18, 21-22, 29, 49, 53, 61-62, 86-89, 108, 111, 114, 116, 123, 129, 181, 196
recursos 6, 14, 46, 53, 58, 64, 66-67, 83, 85, 90, 93, 112, 187, 192-193
referencial 4, 88, 101, 189
referenciação 127, 140-141, 152-153, 165, 170, 185
referência 8, 24, 135, 141, 152-153, 170-171
referências 9-10, 18, 24-25, 47, 59, 80, 109, 125, 128, 132, 141, 152, 156, 172, 176, 185, 189, 193, 195
registros 15, 18, 69, 78, 96
regras 14, 18, 40, 141, 160-161, 165, 172-173, 175-176, 193
relatório 98, 109, 127-128, 172, 196
relatórios 5, 7, 10, 68-69, 96, 122, 127-130, 172, 196
relação 20, 24-25, 31, 38, 60, 62, 65-66, 68, 78, 86, 93-94, 96, 103, 107-109, 112, 120, 124-125, 148, 159, 182, 187, 194-196
relações 21, 24, 30, 34, 40, 44, 54-55, 57-58, 62-63, 65, 73, 76-78, 89, 104, 108, 113, 120, 122-124, 187, 189
relevantes 17-18, 42, 60, 97, 105, 113-114, 140
relevância 15, 56, 70, 85, 93
representação 34, 36-38, 53, 122
Research 26, 47-48, 80-82, 126
resenha 9, 12, 17-18, 23-24, 173
resenhas 22, 24
resolver 42, 50, 56, 75, 85, 98
resposta 29, 53, 61, 89, 97, 103, 107, 123
respostas 50, 54, 58, 70, 84, 86-87, 89, 103, 108, 117, 119, 121, 123
resultado 28, 31, 37-38, 42, 50, 58, 65, 73, 123, 129, 177
resultados 7, 13, 28, 37, 39, 44-45, 58-59, 61, 63-66, 68, 74-75, 103, 105, 107-108, 115, 123, 125, 140, 149, 151, 175, 177, 187-189, 196
resumo 9-12, 17-18, 23, 27, 49, 79, 83, 109, 111, 125, 127, 129, 133, 139-142, 172-173, 175, 193
revistas 15, 18-19, 24, 69, 95, 121, 129-130, 180
revisão 2, 70, 88, 93, 95, 97-98, 101-102, 121, 123, 130, 149
revisões 70
rodapé 7, 163, 170-172

S

saber 6-8, 12, 14, 45, 93, 95, 176, 189
seleção 66, 106-107, 109, 122, 125
semelhantes 6, 44, 54, 63, 66, 91, 97, 106, 122
sentido 17, 20, 35, 49, 52, 55, 73, 76, 89, 99, 102, 116, 118, 157, 177, 182

sequência 17, 22, 27, 42-43, 79, 88, 109, 119-120, 136, 152
 seção 7, 14, 20, 91, 98, 116, 148, 196
 siglas 7, 133, 144-145, 167, 172
 significado 93, 108, 177
 sintetizar 16-17, 23, 103, 108
 sistemática 57, 59, 67, 70, 77, 91, 96, 104, 111-113, 120-121, 125, 159
 sistemático 2, 13, 32-33, 50, 101
 sociais 31, 34-35, 39-41, 47, 50, 55-57, 63-65, 68-69, 76-77, 81, 85, 104-106, 109-110, 116, 125, 162, 171
 sociedade 35, 37, 85, 104
 sociologia 40-41, 45, 57, 63, 72, 81
 solução 42-43, 52, 55, 75
 soluções 35, 40, 66, 74, 118
 Study 26, 81-82
 subtítulo 131, 133, 136
 sujeito 14, 29, 32, 34, 38
 superior 11-12, 57, 72, 77, 105, 160, 167, 169
 símbolos 76, 140, 145-146, 172
 síntese 16-18, 23, 73, 102, 114, 122-123, 172, 177

T

tabelas 7, 122-123, 133, 143-144, 169, 172-173, 185, 187
 tamanho 131, 133, 152, 160-162, 187
 tema 6, 8, 15, 18-19, 22-23, 69, 85-86, 93-95, 97, 108-109, 116, 129, 139-140, 148, 182, 189
 temática 8, 18-19, 22, 141
 tendências 28, 57, 70, 73, 78, 123, 148

teoria 24, 30-31, 38-41, 44, 46, 64, 66-67, 71, 77, 81, 88-89, 108, 110, 123, 170
 teorias 23-25, 30-31, 40, 42-44, 55, 57, 77, 84, 93, 97, 101-102, 123
 tese 22-23, 129, 133, 136, 159, 176, 185
 teste 30, 33-34, 57, 64, 121, 192
 testes 31, 53, 57-58, 60, 87, 124
 texto 12-13, 17-18, 20-25, 48, 131, 133, 138, 140, 142-146, 152, 157-168, 170, 172, 177-178, 183, 185, 187
 textos 2, 11-13, 15, 19-20, 23, 25, 127, 161, 163, 175-176, 184-185, 187
 textuais 12, 17-18, 23, 127, 147, 160, 169-170, 172, 196
 textual 9, 12, 20-21, 128, 164-166, 170, 178
 teórica 30, 41, 45, 88, 101-103, 109, 123, 151
 teóricas 29, 45, 91, 108-109
 teórico 6, 24, 77, 84, 86, 88, 101-102, 189
 teóricos 24-25, 44, 65, 101, 151
 tipo 7, 13, 17, 28-29, 33, 45, 50, 54-56, 59, 71, 73-74, 76-78, 87-88, 96, 104, 107, 113-114, 117-118, 121, 128, 136, 142, 148, 168, 170, 184, 186, 191, 193, 195
 tipos 6, 9, 15, 17-18, 23, 27, 31-33, 42, 49-51, 53, 58, 60, 62, 68, 71, 81, 83, 104-105, 107-108, 112, 118-120, 125, 159, 161, 170, 179, 182, 193-195
 trabalho 7-8, 12, 15, 20, 23, 26, 35, 52, 56, 69, 72, 74, 85-86, 90-91, 93-94, 98, 100-101, 103, 105, 109-110, 125, 127-128, 130-138, 140, 147-148, 151-152, 161-162, 171, 173-174, 176-180, 182, 185-187, 189, 191-193

trabalhos 5, 7, 10, 12, 19, 24, 67, 95-96, 127, 129-132, 148, 159-161, 171-175, 179, 181-183, 185-186, 190, 193, 196
 tratamento 29, 57, 60, 69, 122, 192
 trechos 17, 23, 146, 162
 técnica 15, 21, 62, 67, 72, 112, 114-115, 122, 176, 193
 técnicas 6-7, 10, 15, 28-29, 31, 35, 41-42, 51, 54, 57, 59, 62, 66-67, 70, 81-82, 87, 96, 98, 104, 106-112, 115, 120-121, 123, 125, 127, 172-174, 196
 título 73, 93, 100, 131, 133, 136, 141-142, 168-169, 192
 títulos 149, 158-160, 179

U

universidades 95, 132, 134, 179, 181

V

variáveis 54, 59-60, 62-64, 66-67, 73, 77-78, 104, 120, 124
 variável 64, 77-78
 verificação 10, 13, 30, 34, 45, 74, 103, 122
 vernáculo 129, 133, 139-140, 172
 visando 30, 54, 57, 68-69, 148, 167
 vocabulário 176-177, 191, 193

A escrita de um livro de metodologia é certamente uma atividade desafiadora na carreira de qualquer professor. Estamos habituados a escrever trabalhos acadêmico-científicos, a orientar alunos em projetos de iniciação científica e em trabalhos de conclusão de curso, a participar de bancas de avaliação dos mesmos trabalhos, a participar de editais de fomento em agências de pesquisa, entre outras atividades de pesquisa; porém, estamos acostumados a aplicar procedimentos metodológicos e não os teorizar.

A obra que ora apresenta-se ao leitor, intitulada Metodologia da Pesquisa em Administração em Linguagem descomplicada, nos traz em sete capítulos, idealizados e formatados de forma simples e direta, como organizar-se para desenvolver uma pesquisa científica. Um verdadeiro passo a passo para uma construção de um trabalho acadêmico de excelência de forma eficaz. Sua temática é atual e possui a linguagem acessível, sem, todavia, perder o padrão da linguagem científica. Assim, a obra possui um subsídio importante a ser utilizado como instrumento para a realização de seu sonho acadêmico e profissional.

ISBN 978-65-5368-212-2



Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br